

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS / CÂMPUS DE ARARAQUARA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO E O SENTIDO DA REFORMA  
AGRÁRIA PARA AS MULHERES DA VIA CAMPESINA**

**KELLI CRISTINE DE OLIVEIRA MAFORT**

**ORIENTADORA: MARIA ORLANDA PINASSI**

**ARARAQUARA, 2013**

**KELLI CRISTINE DE OLIVEIRA MAFORT**

**A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as  
mulheres da Via Campesina**

Dissertação para o mestrado apresentada por Kelli Cristine  
de Oliveira Mafort. Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras FCLAR /  
UNESP - Araraquara.

Orientadora: Maria Orlanda Pinassi

**ARARAQUARA, 2013**

**KELLI CRISTINE DE OLIVEIRA MAFORT**

**A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO E O SENTIDO DA REFORMA  
AGRÁRIA PARA AS MULHERES DA VIA CAMPESINA**

Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de mestre  
em Ciências Sociais.

Aprovada em 13 de março de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Orlanda Pinassi (orientadora)**

Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Araraquara.

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Adoue**

Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Araraquara.

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Ricardo Antunes**

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

## **Dedicatória**

Ao coletivo de mulheres que me educam a cada dia: Giulia Mafort Lavratti, Giovana Mafort Lavratti, Bruna Mafort Lavratti e Ana Carolina Mafort Lavratti.

À minha querida mãe Regina Maria de Oliveira Mafort e ao meu pai Djalma Norberto Mendes Mafort. À minha companheira e irmã Katia Aparecida de Oliveira Mafort

E à todas e à todos que constroem os movimentos históricos da classe trabalhadora.

## RESUMO

Procuro investigar as implicações sociais da hegemonia do agronegócio no campo brasileiro e sua relação com a perspectiva da realização de um amplo programa de Reforma Agrária.

Para tal, desenvolvo uma pesquisa sobre um caso específico: a luta das mulheres da Via Campesina contra o grupo Cosan, colocando em evidência as tensões existentes entre dois projetos antagônicos. Analiso a questão a partir de um referencial teórico, cujo eixo central, foi delimitado anteriormente no projeto de pesquisa.

Problematizo como a modernização conservadora, desenvolvida no período da Ditadura Militar, efetivou-se como uma resposta à questão da Reforma Agrária, que havia sido muito fomentada no período anterior. Procuro demonstrar como a modernização conservadora foi fundamental para desenvolver as bases da hegemonia atual no campo brasileiro: o agronegócio.

Nesse contexto, a questão da Reforma Agrária, como uma possibilidade de desenvolvimento do capitalismo no campo, foi sendo superada. Diante disso, a Reforma Agrária pode ficar como uma tarefa para fazer ou pode ser resignificada, trazendo novo sentido para a sociedade. Ambos os caminhos estão se defrontando na atualidade.

Para entender o movimento do capital na agricultura, analiso o setor sucroenergético e mais especificamente, o caso da fusão entre as empresas Cosan e Shell, que deu início a criação do grupo Raízen.

Procuro o sentido da Reforma Agrária resignificada através das ações desenvolvidas pelas mulheres da Via Campesina no período do dia internacional das mulheres. Tais lutas vinculam a conquista da Reforma Agrária ao enfrentamento contundente ao capital.

## ABSTRACT

Seeking to investigate the social implications of the hegemony of agribusiness in the Brazilian countryside and its relationship with the prospect of carrying out an extensive program of land reform. To this end, I develop a search on a specific case: the struggle of women of Via Campesina against the group Cosan, highlighting the tensions between two

opposing designs. I analyze the issue from a theoretical framework whose central axis was defined previously in the research project. I discuss how the conservative modernization, developed during the military dictatorship, was accomplished as an answer to the question of land reform, which had been very encouraged in the previous period. Seeking to demonstrate how the conservative modernization was essential to develop the foundations of the current hegemony in the Brazilian countryside: agribusiness. In this context, the issue of land reform, as a possibility of development of capitalism in the countryside, was being overcome. Therefore, the Agrarian Reform can get a job as backwards or can be resignified, bringing new meaning to society. Both paths are facing today. To understand the movement of capital in agriculture, analyze the sugarcane industry and more specifically, the case of the merger between Cosan and Shell, who launched the creation of Raizen group. Seeking the meaning of Agrarian Reform resignified through the actions undertaken by the women of Via Campesina during the international day of women. Such struggles bind the conquest of Agrarian Reform to facing scathing capital.

## Sumário

Introdução .....	09
I - A hegemonia do agronegócio e a superação da Reforma Agrária sob a lógica do capital	
1. Reestruturação produtiva no campo: o agronegócio .....	11
2. Contradições do agronegócio .....	15
3. Reforma Agrária e capitalismo no campo: da “tarefa em atraso” à “tarefa superada” .....	24
II - Atualidade do capital na agricultura: o caso do grupo Raízen – uma fusão entre a Cosan e a Shell	
1. Caracterização do setor sucroenergético .....	46
2. A Raízen e a atualidade do capital na agricultura .....	61
III - O sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina	
1. Reforma Agrária Popular e as organizações sociais do campo .....	80
2. Reforma Agrária e o dia internacional das mulheres .....	85
3. Gênero e feminismo na Via Campesina .....	98
Considerações Finais .....	102
Referencias Bibliográficas .....	103
Anexos	

A – Evolução das desapropriações de terra no Brasil .....	106
B – Carta da comunidade indígena Guyraroka para a sociedade .....	108
C – Mecanização do corte de cana de açúcar .....	110
D – Declaração do Encontro Nacional Unitário dos trabalhadores, das trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas .....	111
E – Plataforma da Via Campesina .....	116
F – Programa Agrário do MST .....	118
G - Seleção de fotos das ações do 8 de março realizadas pelas mulheres da Via Campesina .....	127
H - Seleção de fotos da luta do 8 de março de 2009, realizada pelas mulheres da Via Campesina no estado de São Paulo .....	130
I – Linhas Políticas do Setor de Gênero do MST .....	134



## Introdução

Procuro investigar as implicações sociais da hegemonia do agronegócio no campo brasileiro e sua relação com a perspectiva da realização de um amplo programa de Reforma Agrária.

Para tal, desenvolvo uma pesquisa sobre um caso específico: a luta das mulheres da Via Campesina contra o grupo Raízen, resultante da fusão entre as empresas Cosan e Shell. Procuro analisar a questão a partir de um referencial teórico, cujo eixo central, foi delimitado anteriormente no projeto de pesquisa.

No primeiro capítulo, levanto alguns elementos históricos sobre a questão agrária brasileira, com foco nas transformações ocorridas a partir da década de 1970. Faço uma reflexão a cerca da modernização conservadora, desenvolvida no período da Ditadura Militar, como uma resposta à questão da Reforma Agrária, que havia sido muito fomentada no período anterior.

A seguir, procuro demonstrar como a modernização conservadora foi fundamental para desenvolver as bases da hegemonia atual do campo brasileiro, que tem sido protagonizada pelo agronegócio. Com isso, a questão da Reforma Agrária, do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo no campo, foi sendo superada.

No segundo capítulo, analiso o setor sucroenergético e mais especificamente, o caso da fusão entre as empresas Cosan e Shell, que deu início a criação do grupo Raízen. Procuró analisar, a partir desse caso, a movimentação atual do capital na agricultura e suas implicações no que diz respeito ao trabalho, às questões ambientais e sociais.

Por fim, no terceiro capítulo, procuro compreender a natureza do conflito entre esses dois projetos antagônicos de desenvolvimento para o campo: o agronegócio e a Reforma Agrária. Abordo essa questão, através da luta desenvolvida pelas mulheres da Via Campesina em 2009, no dia 08 de março

– Dia Internacional das Mulheres. Essa luta teve como foco central, as denúncias contra a empresa Cosan, explicitando diversas contradições da ação desse grupo econômico, para a humanidade.

Analiso o conteúdo dessa ação política no sentido de compreender qual o projeto de Reforma Agrária que as mulheres da Via Campesina defendem e as razões que as movem na direção de enfrentamento ao capital.

Com essa reflexão procuro contribuir no debate geral sobre questão agrária, entendendo que essa é uma temática que permanece atual, por conter um conjunto de contradições que precisam ser analisadas do ponto de vista sociológico.

## **I - A hegemonia do agronegócio e a superação da Reforma Agrária sob a lógica do capital**

### **1. Reestruturação produtiva no campo: o agronegócio**

No Brasil, ao final dos anos de 1970, as atividades desenvolvidas no campo ainda estavam profundamente impactadas pelo processo de modernização imposto pela Ditadura Militar desde 1964, processo esse que enfatizava o avanço da técnica - principalmente através do pacote tecnológico conhecido como Revolução Verde - sem promover qualquer alteração significativa em sua estrutura fundiária. Ou seja, uma modernização conservadora, sem reformas profundas dentre as quais se destaca a Reforma Agrária.

Este modelo de organização do espaço produtivo no campo, na verdade, contrapunha-se radicalmente à ideia de implantação da Reforma Agrária, como parte do desenvolvimento social e econômico do campo, tal como ocorrera em outros países capitalistas. Sobre a questão,

É importante ter em conta que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela Reforma Agrária. (...) Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos. **DELGADO, 2005.**

O projeto para o campo, efetivado durante os diferentes governos militares, representou a efetivação de uma tese bastante fomentada pelo economista Delfim Neto alguns anos antes do início da ditadura. Entre 1962 e 1965, Delfim escreveu vários textos nos quais propunha uma modernização agrícola, com grande suporte tecnológico, sem a necessidade de se promover maiores mudanças na estrutura fundiária. No centro da tese de Delfim, estava a função da agricultura no desenvolvimento econômico:

Neste sentido, Delfim Netto e toda uma geração de economistas e econometristas da USP demonstram a tese da reposta funcional da oferta agrícola às pressões da demanda, tentando desta forma desmontar o argumento implícito da rigidez da oferta agrícola, qual seja, a inadequação da estrutura agrária que, ao não responder às pressões da demanda, provocaria tensões inflacionárias e crises recorrentes de abastecimento. **DELGADO, 2012.**

Isso significa que o ciclo de modernização conservadora observada no campo vai contribuir para o desenvolvimento econômico do país baseando-se nos velhos esquemas políticos, de caráter marcadamente concentrador, que visam privilegiar médios e grandes proprietários. No entanto, o início da década de 1980 apontava para alguns sérios sinais de crise e estagnação. Vejamos.

A partir do início da década de 1980, a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições de endividamento externo. Neste contexto o papel da agricultura é crucial para a gestão das várias conjunturas macroeconômicas do período. **DELGADO, 2005.**

Na medida em que ficavam cada vez mais alijados dos benefícios do Estado, os pequenos proprietários, os trabalhadores temporários e os trabalhadores rurais sem terra intensificavam sua capacidade de organização, provocando tensões sociais visando alterar o modelo agrícola predominantemente concentrador. Sua maior e mais vigorosa exigência era a retomada imediata de uma política de Reforma Agrária.

A questão já havia sido muito fomentada no Brasil principalmente nas duas décadas que antecederam o período da Ditadura Militar, por diversas correntes políticas e teóricas. A questão do passivo produtivo no campo ocupou a pauta dos debates acerca do desenvolvimento brasileiro e a resposta a esse impasse produtivo veio das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e de parte da intelectualidade na síntese que se produziu em torno da bandeira da Reforma Agrária. No entanto, ao contrário desta aspiração,

manteve-se no Brasil uma concentrada estrutura fundiária herdada pelas capitanias hereditárias, pelas sesmarias e mais tarde pela Lei de Terras de 1850.

Todas as tendências que lutavam pela realização da Reforma Agrária foram derrotadas pelo regime militar que se impôs pela força e pela coerção. No entanto, no bojo do processo de redemocratização do país - ou abertura política -, a questão da Reforma Agrária volta a fazer parte da pauta das reivindicações populares no país com expressão particularmente relevante.

Vale salientar ainda que a questão agrária volta para o centro do debate político, fortemente impulsionada pelas lutas pela democratização de um país que já começava a sentir os efeitos da forte crise econômica que abalava não só o Brasil, mas o sistema como um todo.

De acordo com POMAR (1985) não é possível afirmar que existisse uma única concepção entre os que defendiam a necessidade da Reforma Agrária. Diferentes projetos eram articulados pelas organizações de trabalhadores, intelectuais etc., e sobre isso vale destacar a relevância que o tema passa a adquirir também entre setores da burguesia industrial dando início a pesadas críticas ao passivo produtivo existente no campo.

Essa ala considera que há muitos “ativos imobilizados” em terras e que eles representam um fator de entorpecimento das atividades produtivas da agricultura. (...) Essas camadas democrático-capitalistas opõem-se à burguesia latifundiária e defendem a desapropriação das terras ociosas previstas no Estatuto da Terra. **POMAR, 1985.**

Na década de 1960, o projeto que antevia mudanças estruturais no campo, e que tinha a Reforma Agrária como síntese, foi bruscamente interrompido pela Ditadura. Na década de 1980, quando o debate foi reaberto, a Reforma Agrária e seu conteúdo de mudanças estruturais voltaram para o curso da história como uma possibilidade de caminho a ser seguido no projeto de desenvolvimento do país. No entanto, diversos fatores contribuíram para a reconstrução do velho caminho brasileiro baseado no aprimoramento da modernização técnica de caráter conservador.

Entre esses fatores, teve influência fundamental o apelo internacional, com o avanço do neoliberalismo, a adequação dos países à nova ordem mundial e o fortalecimento da hegemonia capitalista, principalmente em face da derrocada das experiências socialistas na URSS (União das Repúblicas Soviéticas Socialista) e no leste europeu.

Na prática, o que se pôde verificar foi a abertura de um período de ajustamento do Brasil à ordem política neoliberal, predominante em escala mundial. E no caso do campo, passado o longo período de estagnação, vem a ocorrer uma retomada de seu desenvolvimento tendo como base o fortalecimento do modelo conhecido como agronegócio, de onde a grande exclusão ficará por conta, mais uma vez, da política ampla de Reforma Agrária.

Novamente, o caminho escolhido, apesar de não trazer qualquer alteração mais profunda na estrutura fundiária concentradora de terras e riquezas, proporcionou um cenário bastante diverso daquele que se verificava no início da década de 1980. Ou seja, o novo processo será movido por uma agressiva modernização e industrialização do campo, sem a necessidade de trilhar o caminho da Reforma Agrária, conforme justificavam seus defensores em passado recente.

O problema apontado pela burguesia industrial acerca dos chamados “ativos imobilizados” presentes nas áreas improdutivas do campo encontrou sua solução na modernização articulada pela própria da burguesia agrária em conjunto com demais e decisivos setores da economia: os crescentemente fortalecidos bancos privados e as empresas transnacionais, para citar os mais importantes.

O problema das históricas áreas improdutivas sempre foi motivo de reivindicação dos movimentos sociais, que propunham a Reforma Agrária como projeto de desenvolvimento agrícola, em contraposição a estrutura fundiária, pautada desde o início da colonização, no latifúndio.

A existência do latifúndio permanece inalterada, seja ele improdutivo ou produtivo, e as elites mantêm sua hegemonia no campo. O que está sendo alterado é a assimilação deste passivo improdutivo pelo agronegócio, sem o desenvolvimento de nenhum processo democratizador de acesso à terra.

É na atual quadra histórica, quando se consolida este modelo de produção agrícola, que, em resposta ao latifúndio improdutivo e à deficiência do passivo produtivo de períodos anteriores, a questão agrária vem sendo proclamada como um caso resolvido no Brasil. Porém, essa suposta resolução do problema não traz qualquer alteração significativa na alta concentração da estrutura fundiária do país e, sobretudo, na questão da desigualdade social. Por isso mesmo é que o cenário hoje encontrado em nada se assemelha à expectativa que, desde os anos de 1980, se depositou no cumprimento da função social da terra. Isso quer dizer que o atual processo de modernização do campo, pautado no ajustamento do Brasil à ordem sócio-política internacional do neoliberalismo não precisou trilhar o caminho de uma reforma burguesa no agrário.

Muito ao contrário. Por intermédio do agronegócio, intensificaram-se as atividades baseadas na monocultura, na concentração da terra e da riqueza social, na exploração da força de trabalho e na produção destinada à exportação. Tais características, já históricas do processo de produção agrícola no Brasil, vêm sendo ativadas por elementos exponenciais do atual padrão de acumulação do capital com destaque para a forte industrialização da agricultura, marcada, pela utilização da transgenia, da utilização intensiva de agrotóxicos e da exportação de commodities, sob o financiamento dos grandes bancos e com a presença de empresas transnacionais.

## **2. Contradições do agronegócio**

É insuficiente afirmar que a base da modernização do campo brasileiro se deu através do agronegócio e não da Reforma Agrária se não explicitarmos as contradições que esse caminho coloca para a humanidade.

A atualidade de reprodução do capital vem impondo um cenário extremamente adverso para o pleno desenvolvimento da humanidade em suas várias dimensões. E ainda que a aparência do cotidiano não apresente a gravidade dos problemas, estamos vivendo um impasse bastante dramático: na sua forma atual o capital não consegue se reproduzir sem necessariamente

criar forças destrutivas para a humanidade e, ao mesmo tempo, por outro lado, a mobilização das forças políticas e sociais, capazes de enfrentar essa realidade, encontra-se fragmentada e dispersa. Voltaremos a essa questão mais a frente.

Vejamos algumas contradições criadas pelo agronegócio que travam o avanço da humanidade e somente são justificáveis para a própria reprodução do capital.

Nos elementos a seguir, é possível identificar que as ações do capital no campo, estão para além do enquadramento do que é considerado tipicamente como agrário, ou seja, o agro; segundo os movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, nesta caracterização, devem ser incluídos o hidronegócio e o mineralnegócio, agregados à análise do agronegócio.

O modelo de produção da agricultura industrial adotado pelo agronegócio é dependente de agroquímicos e, conseqüentemente, dependente de fontes esgotáveis de petróleo, fósforo e potássio. Os venenos agrícolas são usados com intensidades e volumes cada vez maiores. O Brasil controla apenas 5% da área cultivada entre os 20 maiores países agrícolas no mundo. No entanto, consome 20% da produção mundial de venenos. Desde 2008, o Brasil tornou-se o país que mais consome agrotóxicos no mundo e isso representa que cada brasileiro consome em média 5,2 quilos de agrotóxicos por ano.

Em 2011, uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre contaminação da água, revelou que os resíduos de agrotóxicos são a segunda principal fonte de contaminação das águas brasileiras, atrás apenas do esgoto sanitário.

Segundo a pesquisadora Graciela Cristina Gómez:

A cada ano, cerca de 3 milhões de pessoas se intoxicam pelo uso de agrotóxicos no mundo e entre essas, mais de 220 mil morrem. Isto significa 660 mortes por dia, 25 mortes por hora. (...) A ONU considera que a taxa de intoxicações nos países do sul poderá ser 13 vezes maior do que nos países industrializados, razão pela qual declarou os agrotóxicos como um dos



maiores problemas em âmbito mundial. Em 1991, calcula-se que 25 milhões de trabalhadores agrícolas tenham sofrido alguma intoxicação com pesticidas e que estes seriam responsáveis por 437.000 casos de câncer e de 400.000 mortes involuntárias. **GÓMEZ, 2012.**

Os agrotóxicos destroem a biodiversidade, alteram o equilíbrio do meio ambiente, afetam as mudanças climáticas e, sobretudo, afetam a saúde das pessoas, com a proliferação de doenças como o câncer e má formação congênita. O programa de vigilância epidemiológica dos Ministérios da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde de sete países da América Central, estima que anualmente 400.000 pessoas se intoxicam com venenos.

O modelo do agronegócio não consegue e não tem interesse em produzir alimentos saudáveis. As dez maiores empresas mundiais produtoras de venenos, que começaram na primeira e segunda guerra mundial produzindo bombas químicas, agora produzem venenos. São elas: Syngenta, Bayer, Basf, Dow Agrosiences, Monsanto, Dupont, Makhteshim (de Israel) Nufarm (Austrália) e Sumimoto e FMC (Japão). São todas empresas transnacionais que controlam os venenos no mundo e aqui no Brasil.

Outra questão ligada ao incremento na produtividade do agronegócio, diz respeito às sementes e aos produtos transgênicos. Cientistas russos alertam por meio da Associação Nacional para a Segurança Genética da Rússia, que alimentação com soja GM (Geneticamente Modificada) causa esterilidade até a terceira geração, como também o aumento da mortalidade de fetos. Além disso, a transgenia é uma forma eficaz de controlar as sementes nas mãos das empresas e aumentar a dependência dos agricultores de buscá-las no mercado, ativando a economia e favorecendo as empresas capitalistas.

No contexto de crise mundial do capitalismo, há um crescente assédio sobre países como o Brasil, rico em recursos naturais e biodiversidade. O capital especulativo é agroexportador, avança de forma destruidora sobre os territórios e populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas.

Outro fator agravante é a dependência do agronegócio aos financiamentos. Os grandes fazendeiros capitalistas produzem um PIB (Produto Interno Bruto) agrícola ao redor de 150 bilhões de reais por ano e contraditoriamente, necessitam de crédito rural adiantado no valor de aproximadamente 120 bilhões de reais por ano. Ao final do ciclo de produção, distribuição e consumo, repartem as pesadas taxas de mais-valia extraídas dos seus trabalhadores com as empresas fornecedoras dos insumos, com as empresas compradoras das mercadorias e com os bancos que adiantaram o capital financeiro.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), esse padrão de exploração econômica levou a uma matriz básica de custo de produção, em que os fazendeiros capitalistas brasileiros gastam em média, 24% com fertilizantes químicos, quase todos importados, 15% de todo capital investido em venenos, e mais 6% em sementes transgênicas. Pagam em média 2% de royalties para as empresas de sementes, totalizando 47% de todo seu custo. E gastam apenas 4% com mão-de-obra de trabalhadores rurais brasileiros e ficam, no final, com 13% de lucro. Ou seja, a agricultura brasileira está totalmente subordinada aos interesses das empresas transnacionais e transferem a elas a maior parte do valor de produção.

A expansão da monocultura elimina a biodiversidade e traz maior dependência econômica, maior fragilidade social, e graves consequências ambientais, que começam a ser percebidas em todas as regiões brasileiras. Hoje 80% de todas as terras cultivadas são utilizadas no monocultivo da soja/milho, cana de açúcar, algodão e na pecuária extensiva. Isso tem gerado um desequilíbrio na biodiversidade, que se agrava com aplicação dos agrotóxicos.

Um exemplo do avanço do capital sobre os recursos naturais é o caso das frentes de extrativismo mineral na Amazônia. Segundo levantamento do CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores), somente no estado do Pará, em apenas uma década, as empresas passaram de uma movimentação financeira de 4 bilhões de reais para 25 bilhões de reais, em 2011. Inúmeras frentes de extrativismo mineral surgiram na Amazônia apenas na última década.

O modelo em curso de dominação mundial do capital impôs uma re-divisão do trabalho e da produção; com isso, condenou os países do sul a serem produtores apenas de matérias primas, agrícolas, minerais e ambientais. Isso tende a provocar um aumento nos índices de desigualdade e consequentemente um acirramento dos conflitos.

As *commodities* agrícolas colocam os alimentos na condição de mercadorias, cujos preços são regulados pelo mercado financeiro. Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), a atual produção mundial de alimentos é suficiente para alimentar as cerca de sete bilhões de pessoas existentes no mundo; no entanto existe um bilhão de pessoas que estão expostas a diversas situações degradantes motivadas pela miséria e pela fome. Somente em um ano, cerca de 100 milhões de pessoas passaram a integrar essa estatística, devido à crise de 2008.

O vice-presidente do comitê consultivo do Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, Jean Ziegler, chamou a atenção dos leitores do jornal *Le Monde Diplomatique* que, em janeiro de 2011, os representantes dos países reunidos no Fórum Social Econômico, de Davos, classificaram a alta dos preços das matérias primas, especialmente as alimentares, como uma das cinco ameaças que pesam sobre o bem estar das nações. Para se ter uma ideia da gravidade do tema, pense-se no fato de que a alta dos preços dos alimentos dividiu lugar de destaque com a guerra cibernética e o porte de armas de destruição em massa por terroristas.

As riquezas geradas no campo brasileiro estão concentradas em apenas seis estados, que somados respondem por 60,9% do PIB agropecuário, segundo pesquisa realizada pelo IBGE. Em primeiro lugar, aparece Minas Gerais, responsável por 15,2% do total nacional, seguido por São Paulo (11,3%), pelo Rio Grande do Sul (11,1%), pelo Paraná (9,3%) e por Goiás (7%). O sexto colocado é o estado de Mato Grosso, com 6,9% do PIB agropecuário brasileiro. Isso revela uma extrema concentração de riquezas, aprofundando desigualdades geográficas.

Além do exposto, outro elemento relevante diz respeito à questão do trabalho. Há uma superexploração do trabalho<sup>1</sup> agrícola no Brasil. Entre os camponeses, pelo aumento da jornada de trabalho, pelo envolvimento de toda família, e pela baixa remuneração recebida. Entre os proletários rurais, empregados no agronegócio, há uma superexploração relativa, em função da comparação dos seus salários, que são muito menores do que seus equivalentes trabalhadores das mesmas *commodities* agrícolas em outros países do mundo.

Oficialmente a escravidão foi abolida no país em 1888, no entanto, nas áreas urbanas e rurais, os trabalhadores são subordinados a uma série de fatores que afrontam a dignidade humana e que configuram uma condição de trabalho análoga à escravidão. Por exemplo, vinte e um cortadores de cana no estado de São Paulo morreram por exaustão (entre os anos de 2004 e 2008); eles cortaram uma média de 15 toneladas de cana por dia, de acordo com denúncia feita pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Segundo pesquisa realizada pela professora Maria Aparecida Moraes, o tempo médio de vida útil de trabalho no corte de cana do agronegócio é de 12 anos, enquanto escravos negros tinham 20 anos de utilidade para o trabalho.

As denúncias envolvendo a prática do trabalho escravo estão presentes em todo o país, até mesmo em estados onde o agronegócio é considerado como supostamente mais desenvolvido.

Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgataram um grupo de 50 trabalhadores, incluindo três menores de 18 anos, que viviam em

---

<sup>1</sup> Para melhor entender essa conjuntura de superexploração que, conseqüentemente, implica a degradação das condições de existência da força de trabalho - já que os baixos salários não são compatíveis com o custo de vida -, Marini (1976) aponta que é no surgimento da grande indústria moderna que se consolida a “divisão internacional do trabalho”, é ela quem cria o mercado mundial e realiza a “produtividade do trabalho” para além das “necessidades individuais”, consolidando dessa maneira uma sociedade capitalista que separa “uma parte cada vez maior da sociedade da produção [dos] meios diretos de subsistência”. Com o surgimento do capitalismo impulsionado pelas forças que o capital adquiriu mediante a subordinação do trabalho<sup>1</sup>, a dinâmica totalizadora e dominante da mediação reprodutiva posta pelo capital separa os trabalhadores dos “meios de produção” e faz com que o sistema do capital consiga impor-lhe condições de trabalho degradantes a cada dia. As funções reprodutivas sociais são subordinadas à produção do capital que, cada vez mais, se expande e se reproduz delimitando de forma clara a fronteira que separa “aqueles que produzem e aqueles que controlam” (ANTUNES, 2002, 23).

condições precárias, análogas à escravidão, no interior de São Paulo. Os nordestinos foram aliciados em janeiro, na cidade de Teotônio Vilela (AL), e trazidos para trabalhar de metalúrgicos nos serviços de manutenção de duas usinas de açúcar e álcool de Guararapes e Buritama, no interior paulista. Os trabalhadores procuraram o Sindicato dos Metalúrgicos de Araçatuba para denunciar a empresa Dias Máquinas e Equipamentos, que os contratou para prestar a manutenção da usina Unialco, de Guararapes. Segundo eles, os donos da Dias, além de os colocarem em alojamentos precários, não cumpriram as promessas de salários de R\$ 1,7 mil por mês, atrasaram os pagamentos e não fizeram reembolsos das verbas de passagem de vinda, o que os impediam de retornar para suas cidades de origem. Além disso, a terceirizada da Unialco teria exposto os trabalhadores a jornadas excessivas e se recusado a alimentar os acidentados. Na terça-feira (05), fiscais do MTE e sindicalistas resgataram os trabalhadores (...). Segundo o gerente do Ministério do Trabalho em Araçatuba, Marcos Figueiredo, os trabalhadores foram removidos e levados para outro alojamento, adequado, e o caso foi comunicado para o Ministério Público do Trabalho. "Esses trabalhadores foram aliciados no Nordeste e trazidos sem a Certidão do MTE, que autoriza o transporte de trabalhadores, não foram reembolsados pela viagem paga por eles e também não tiveram carteira assinada e os salários não foram pagos corretamente", disse. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013.**

O modelo do agronegócio não distribui renda e nem gera emprego para a juventude. O capital aplica um modelo de produção agrícola, sem agricultores e com pouca mão-de-obra. Isso traz como contradição a falta de perspectiva para a juventude, o aumento da migração e o despovoamento do interior.

De acordo com o último censo feito pelo IBGE, a população rural perdeu dois milhões de pessoas entre 2000 e 2010 e, agora, representa 15,6% da população total do país (29,8 milhões de um total de 190,8 milhões).

Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado da concentração da propriedade da terra. O índice que mede a concentração da propriedade da terra continua crescendo. O índice de Gini em 2006 estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando recém havíamos saído da escravidão. Nas estatísticas do cadastro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária), vê-se que entre 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades. E a área controlada por elas passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares em apenas oito anos.

Houve um aumento acelerado na desnacionalização da propriedade da terra, com o avanço de empresas estrangeiras. Estima-se que as empresas estrangeiras controlam mais de 30 milhões de hectares de terras no Brasil.

No que diz respeito à questão energética, segundo o CEPAT, o Brasil tem desenvolvido uma política assentada nas seguintes características: subordinação da questão ecológica ao mito do crescimento econômico ilimitado; produção de energia para a produção de commodities de exportação; por uma matriz energética oligopólica, concentradora, com enormes impactos sociais e ambientais, num momento em que o mundo já dispõe de alternativas mais limpas e eficientes.

Nesse contexto estão sendo desenvolvidos grandes projetos de hidroelétricas: Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, Teles Pires, no Mato Grosso, Santa Isabel, no Araguaia, Belo Monte, no rio Xingu, e o Complexo Tapajós, causando enormes impactos sociais, culturais e ambientais.

Configurou-se uma sólida parceria entre o setor energético e de extração mineral, já que os processos de beneficiamento mineral são intensivos no consumo de energia.

Para produzir 432 mil toneladas de alumínio a Albrás, instalada em Barcarena, consumiu a mesma quantidade de energia elétrica das duas maiores cidades da Amazônia, Belém e Manaus. A empresa responde por 1,5% do consumo de eletricidade do Brasil com seus quase 200 milhões de habitantes. A energia de Tucuruí, que entrou em operação na década de 1980, ainda hoje é consumida prioritariamente pela Albrás e pela Alumar, em São Luiz, no Maranhão. E ambas pagam tarifas subsidiadas, diga-se de passagem. **MALERBA, 2012.**

Outro pesquisador traz um elemento relevante para reflexão sobre os reais interesses na ampliação energética brasileira:

Se pegarmos a matriz de consumo setorial de energia elétrica no Brasil, praticamente 30% da energia é consumida pelos seis setores chamados de intensivos em energia. São eles: o cimento, a produção de aço, a produção de ferro-ligas (ligas a base de ferro), a produção dos metais não ferrosos (principalmente, o alumínio primário), a produção de química e, finalmente, o setor de papel e celulose. Esses seis setores consomem 30% da energia produzida no Brasil”. **BERMANN, 2012.**

No Brasil, a questão indígena está sendo associada ao atraso e tem se configurado como um obstáculo para o desenvolvimento do capital. Muitos são os conflitos que envolvem comunidades indígenas. A Constituição de 1988 determinou a demarcação das terras indígenas em até cinco anos; até 2009, 143 processos tramitavam na justiça, sem nenhuma perspectiva de solução. Recentemente a situação agravou-se pela decisão do Governo Federal que determinou que os projetos de demarcação antes de serem operados pela FUNAI, devem passar pelo Ministério de Minas e Energia. Ou seja, se a área for de interesse do capital de extração de minérios ou de geração de energia, não será demarcada (ou mesmo demarcada, é passível de intervenção para exploração mineral).

Existem mais de três mil comunidades quilombolas e mais de mil processos abertos no INCRA. Apesar disso, em 2012 foram publicadas apenas quatro Portarias de Reconhecimento e sete Relatórios de Identificação de Territórios Quilombolas (RTID).

Sobre o tema da criação de Reservas Extrativistas no país, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), no momento, oito novas Reservas Extrativistas aguardam decreto presidencial para a sua criação, sendo três no Pará, três no Maranhão, uma em Pernambuco e uma em Santa Catarina. A sua maioria espera há anos uma definição do Estado Brasileiro.

A extensa demora, a inviabilização de soluções para essas comunidades do campo, somados ao bloqueio da Reforma Agrária, estão na base dos conflitos fundiários. Segundo o relatório da violência no campo, organizado pela CPT – Comissão Pastoral da Terra, de 1985 a 2011, 1.616 pessoas foram vítimas de assassinatos no campo. Dos 1.220 casos apenas 92 foram julgados. Sendo 21 mandantes e 74 executores condenados e 7 mandantes e 51 executores absolvidos. Além disso, há uma sistemática campanha de criminalização dos movimentos sociais, utilizando-se de recursos que já foram amplamente deflagrados contra a população pobre e negra.

Todos os elementos citados pontualmente acima estão articulados num mesmo projeto e as mudanças ocorridas no campo recolocam a questão agrária em bases substantivamente distintas das que vinham sendo debatidas, ou seja, não se trata mais de uma disputa entre projetos de desenvolvimento assentados nas bases do agronegócio *ou* da Reforma Agrária.

O complexo agrário brasileiro impõe-se hoje como uma questão prioritária para o curso histórico da humanidade. E a própria Reforma Agrária somente voltará a ter relevância, caso consiga ser portadora de um projeto que não apresente somente soluções conjunturais, mas que altere efetivamente o curso desse modelo nefasto de desenvolvimento. Porém, é possível uma mudança estrutural no agrário sem transformações estruturais numa sociedade hegemônica pelo capital? Discutiremos esse tema mais adiante.

### **3. Reforma Agrária e capitalismo no campo: da “tarefa em atraso” à “tarefa superada”**

Existem várias formas para analisar a questão do bloqueio e a inviabilização atual da Reforma Agrária. Vejamos algumas delas: do ponto de vista das forças desencadeadas pelo capital na forma agronegócio, pela ação do Estado com destaque para as instituições jurídicas ou àquelas diretamente ligadas aos órgãos executores da Reforma Agrária, pela ação da mídia burguesa, pela perda de força política dos movimentos sociais, pelo refluxo das forças de esquerda, pelo esvaziamento do campo e dos camponeses, pela falta



de adesão da sociedade (e, portanto, ausência de uma justificação social), pelo posicionamento do Governo brasileiro ou pelo esvaziamento do debate teórico.

Qualquer um desses aspectos, se analisados isoladamente são incapazes de oferecer um quadro real do que ocorre. Além disso, a análise não atinge sua completude, caso um desses aspectos permaneça oculto.

Pelos limites próprios de uma pesquisa de mestrado e de um texto de dissertação, não tenho condições de desenvolver aqui, de forma mais cuidadosa, a análise sobre todos os aspectos mencionados. Mas trago alguns elementos de reflexão sobre o tema, tendo como fio condutor a questão da Reforma Agrária e do desenvolvimento brasileiro na atualidade.

Segundo Florestan Fernandes, o desenvolvimento brasileiro deu-se de forma desigual e combinada, devido ao seu caráter dependente. A burguesia brasileira, integrada com os interesses do capital internacional, enterrou a possibilidade do desenvolvimento de uma nação, não realizando medidas próprias de uma revolução burguesa:

Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de Reforma Agrária e na qual a revolução urbana se confunde, ou com a inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática.  
**FERNANDES, 2002.**

Na interpretação de Florestan Fernandes, numa perspectiva de revolução proletária, é possível desencadear uma *revolução dentro da ordem* no sentido de lutar por necessidades humanas de caráter estrutural, que o capitalismo não pode resolver integralmente, mas que são constitutivas do seu próprio desenvolvimento.

No caso brasileiro, a burguesia não realizou tarefas básicas do desenvolvimento capitalista, entre elas, a tarefa da Reforma Agrária. Desta forma, essas tarefas foram constituindo-se como “tarefas em atraso”, que

poderiam ser reivindicadas através de mobilização popular, com o objetivo de provocar tensionamentos para sua realização.

Ocorre que, com avanço do agronegócio, houve um processo de reativação produtiva do capital no campo e a Reforma Agrária foi perdendo espaço do ponto de vista do desenvolvimento capitalista.

Para lasi:

A Reforma Agrária não é uma tarefa que ficou em atraso no processo capitalista, e por tanto, trava o capitalismo, ela mais precisamente ficou para trás na ordem do plano do desenvolvimento capitalista em nosso país. O que nós vimos foi um profundo desenvolvimento do capitalismo no campo, do capital monopolista agrário, que é eufemisticamente chamado de agronegócio (...). **IASI, 2009.**

Na atualidade, o tema da Reforma Agrária tem sido questionado por parte da intelectualidade, apresentando como argumento principal a inviabilidade da questão no atual patamar de desenvolvimento da sociedade brasileira. Mas, sobre essa questão, também é necessário fazer uma distinção entre aqueles que apontam a superação da Reforma Agrária, do ponto de vista conservador, para fortalecer a estrutura fundiária concentradora existente e outros que apontam a necessidade de uma ressignificação do tema com vistas a uma profunda alteração do projeto hegemônico em curso.

Vejamos alguns exemplos, sob uma perspectiva conservadora:

Com a implantação do capitalismo no campo, rompendo com suas formas não capitalistas, como a do latifúndio improdutivo, opera-se toda uma transformação, com a introdução de novas tecnologias, culturas, formas de cultivo da terra, introdução de transgênicos, mecanização e, também, deslocamento de populações que migraram para os centros urbanos. Há aqui, evidentemente, todo o aspecto destrutivo que é criador de novas relações socioeconômicas, que possibilitaram ao Brasil se tornar um grande exportador de commodities e player internacional.

Ora, o que faz o MST? Fixa-se apenas no aspecto da destruição operada, procurando, com sua concepção marxista, criar condições de inviabilização da propriedade privada, da moderna exploração agrícola e do agronegócio. Não percebe - ou não quer aceitar - que foi o próprio capitalismo que eliminou o latifúndio improdutivo. **ROSENFELD, 2008.**

O autor identifica um limite objetivo de realização da Reforma Agrária, reconhecendo o aspecto destrutivo que o agronegócio proporciona e que, segundo ele, equivocadamente, tem sido o foco de atuação do MST. No trecho a seguir, fica ainda mais evidente a posição política do autor, no sentido de defesa das novas relações socioeconômicas forjadas no campo, a partir do agronegócio:

Um conceito particularmente apropriado para explicar as transformações do campo brasileiro é o de “destruição criadora”, elaborado por Joseph Schumpeter em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. O conceito de “destruição criadora” permite pensar os processos de destruição do capitalismo, próprios de seu movimento, que são criadores de novas etapas, que o colocam num patamar mais avançado. **ROSENFELD, 2008.**

Seguindo uma argumentação teórica semelhante, Navarro desenvolve sua crítica sobre a “Sociologia Militante” existente na academia (segundo ele) que não permite aprofundar a análise sobre a Reforma Agrária e o MST.

Em consequência, fruto desta acrítica perspectiva que ignora as mudanças do período contemporâneo, não se percebe que, senão a “morte da reforma agrária” pelo menos vigora a sua clara desnecessidade na maior parte do território nacional, essencialmente porque não existe mais demanda para sua implementação, na maior parte das macrorregiões brasileiras. (...) Parece mais do que definitivo que este “é rio que nunca cruzaremos”, por impossibilidade objetiva de realizá-la nacionalmente. **NAVARRO, 2008.**

Por outro lado, a partir de uma visão transformadora da realidade atual, alguns autores conferem à luta pela Reforma Agrária um novo conteúdo político, reconhecendo o atual estágio de desenvolvimento no campo sob a égide do capital.

(...) a luta por terra no Brasil, pela reforma agrária deixa de ser a luta contra o atraso, contra o latifúndio, e passa a ser uma luta contra o capital. A questão agrária, a produção agrária, a política agrária se revela na luta contra o capital e não pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. (...) Portanto, esses elementos para nós, não se constituem como tarefas de uma revolução burguesa em atraso. Mas, desafios de uma revolução proletária em curso, o que muda profundamente nossa ótica sobre elas. **IASI, 2008.**

Delgado critica a tese, bastante fomentada na década de 1950/1960 de que a estrutura agrária concentradora seria um obstáculo para o desenvolvimento capitalista. Para o autor, o agronegócio é prova contrária a essa tese, e afirma que esse modelo de desenvolvimento traz em si diversas contradições sociais:

O debate atual da questão agrária deslocou-se inteiramente de qualquer conotação relativa à estrutura agrária como obstáculo à acumulação capitalista, tese que a história revelou equívoca; para centrar-se naquilo que sempre foi e continua sendo essencial: o obstáculo que essa estrutura agrária, já sob pleno domínio do capital, impõe às condições de vida da população brasileira, em especial de sua população rural. Já em pleno século XXI, sob plena hegemonia da chamada economia do agronegócio, os problemas que hoje se revelam sob essa ótica são aqui enfocados sob ângulo da saúde pública, sem dúvida de que conflitos fundiários e trabalhistas continuam sendo frequentes e numerosos em todo o País. **DELGADO, 2011.**

Para Pinassi, a questão agrária brasileira não está resolvida e a reivindicação por Reforma Agrária na atualidade pode conter um potencial de ruptura, pelos limites de sua realização nos marcos do capital:

(...) a luta pela terra não pode mais se dar no velho sentido da reforma agrária, da reforma agrária como política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no campo. O campo se desenvolveu e atrás de si carrega um problema social de proporções dramáticas (...) A transição tem que ser antineodesenvolvimentista, pois diferentemente do que ocorrera antes, no atual momento, de crise estrutural do capital, o crescimento econômico não vem acompanhado de nenhum benefício para trabalhadores, nem mesmo para aqueles que permanecem organizados em torno de lutas historicamente defensivas, como os sindicatos e os partidos parlamentares. Assim, não se pode mais lutar por terra para simplesmente incluir-se no mundo do capital. **PINASSI, 2012.**

Na visão de SAMPAIO, a atualidade da questão agrária e da luta por Reforma Agrária, justifica-se pela grave situação dos trabalhadores e da população que vivem no campo:

A presença de um grande contingente populacional vivendo no campo em condições de grande precariedade revela a persistência e gravidade da questão agrária na sociedade brasileira. (...) cerca de 30 milhões habitam a zona rural (...) sendo que aproximadamente 55% – quase 17 milhões de pessoas - encontram-se em situação de pobreza (...). A persistência de homens pobres no campo está diretamente relacionada à forma de exploração da terra. **SAMPAIO, 2012.**

Ainda segundo SAMPAIO, o conteúdo da luta por Reforma Agrária está diretamente ligado ao tema de uma ruptura do projeto de sociedade em curso:

A natureza da questão agrária e os desafios da reforma agrária só serão compreendidos, portanto, quando diretamente vinculados à reflexão sobre o caráter da revolução brasileira. (...) a luta pela reforma agrária não pode ser desvinculada do conjunto de transformações que caracterizam a revolução brasileira, cuja tarefa fundamental consiste em romper a dupla articulação – controle do capital internacional sobre a economia nacional e segregação social como base do regime de classes – responsável pelo processo de reversão neocolonial que leva ao paroxismo a relação de causalidade entre capitalismo dependente e barbárie. **SAMPAIO, 2012.**

Esse debate também tem ocupado espaços nos veículos de comunicação, que procuram difundir a tese de superação da possibilidade de realização da Reforma Agrária. Vejamos um exemplo.

Uma matéria da revista Carta Capital, cujo título provocador evidencia a gravidade da questão: “*Extrema – Unção*”; a matéria traz depoimento de um trabalhador sem terra, acampado há 12 anos no estado de São Paulo, e que ainda alimenta o sonho da Reforma Agrária; sobre esse “sonho”, a matéria desenvolve o seguinte raciocínio:

(...) o sonho da reforma agrária no Brasil agoniza. Não deixa de ser irônico que as últimas pás de cal tenham sido despejadas por governos petistas, partido historicamente ligado aos movimentos sociais do campo. Mas é fato. **CARTA CAPITAL, 2011.**

Este controverso debate tem como base de questionamento a própria realidade objetiva de como está organizado o campo brasileiro a partir do agronegócio e qual sua importância estratégica para a classe dominante no cenário internacional.

Segundo o governo, a economia depende do setor do agronegócio para manter o Brasil entre as principais potências econômicas. Como o modelo atual

é basicamente produtor de commodities, tem peso fundamental na economia, principalmente no que se refere às exportações:

As exportações brasileiras do agro de 2012 somaram o valor recorde de US\$ 95,81 bilhões, o que representou incremento de cerca de 1% (US\$ 846 milhões) em relação a 2011. Já as importações chegaram a US\$ 16,41 bilhões, número 6,2% inferior a 2011. O saldo da balança comercial foi recorde, de 79,41 bilhões. “Os números comprovam a força do agro brasileiro. O País está cada vez mais competitivo internacionalmente e continuaremos trabalhando, ao lado dos produtores, na busca de novos mercados”, destacou o Ministro Mendes Ribeiro Filho (do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). **PORTAL SOU AGRO, 2013.**

Os recursos destinados para financiamentos e créditos agrícolas, também demonstram uma expressiva prioridade ao agronegócio. É o que demonstram os dados do Plano Safra 2012/2013:

O plano para a agricultura comercial, cujos beneficiários são majoritariamente o setor do agronegócio, recebeu R\$ 115,25 bilhões. Houve um aumento de 7% do montante recebido ano passado. Do total, R\$ 28,25 bilhões serão destinados para investimentos e R\$ 86,95 para financiamento de custeio e comercialização. (...) O pacote destinado à agricultura familiar recebeu um total de R\$22,3 bilhões, sendo R\$ 18 bilhões para crédito de custeio e investimento à agricultura familiar e R\$ 4,3 bilhões para programas voltados à assistência técnica e aquisição de alimentos. **MST, 2012.**

Tendo em vista o fortalecimento do agronegócio, ocorre no país um processo de reorganização do estado brasileiro, tanto no que diz respeito ao investimento, principalmente em termos de logística, como também de abertura de linhas de financiamento e aporte de recursos financeiros através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O BNDES tem representado um forte braço do Estado como indutor do crescimento econômico de várias empresas privadas, causando diversos impactos socioambientais. Isso evidencia que o agronegócio é de fato, o projeto prioritário do Estado e do Governo brasileiro.

Um exemplo disso é o que ocorre com o setor da celulose; um setor em que o BNDES atua com forte apoio e participação, inclusive como sócio de algumas empresas. O setor tem um histórico de conflitos com comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos.

No Maranhão, Mayron Régis, militante do Fórum Carajás, explica que desde a década de 1980 existe uma relação “intrínseca” do BNDES com o eucalipto na região em que os Estados de MA, PI, TO e PA fazem fronteira. No Baixo Parnaíba, região em que se localizam os municípios maranhenses de Santa Quitéria, Urbano Santos e Anapurus, a disputa pelas terras entre o eucalipto e a soja tem vitimado de maneira crescente as comunidades tradicionais. Os desmatamentos atingem áreas de extrativismo (do pequi, bacuri, babaçu e outros), e os conflitos agrários se multiplicam. **REPÓRTER BRASIL, 2011.**

Nessa região, há um forte interesse de grandes empresas tais como, Vale, Gerdau, Margusa, Suzano, principalmente devido a relação entre o setor da celulose e o da siderurgia.

No Espírito Santo, a atividade da celulose também tem gerado uma série de impactos e nesse caso também o BNDES participa ativamente dos negócios.

Desde os anos 1960, o impacto mais forte da atividade tem sido a grilagem de terras das comunidades tradicionais, como os indígenas Tupiniquins e Guaranis no município de Aracruz e os quilombolas do Sapê do Norte, em Conceição da Barra e São Mateus. Além dos conflitos fundiários, os atingidos passaram a enfrentar o assoreamento e a morte de diversos cursos d'água. O desmatamento atingiu em cheio as principais riquezas das comunidades. A



partir de 2005, os conflitos no Estado envolvendo as empresas de celulose (sobretudo a Aracruz) entram em novo momento, com a determinação por parte da Justiça da devolução de terras indígenas e quilombolas. Em 2007, o Ministério da Justiça determinou a devolução da totalidade das terras aos Tupiniquins e Guarani que a FUNAI tinha identificado nos anos 1990 como terra tradicional desses povos. **REPÓRTER BRASIL, 2011.**

Ou seja, o BNDES participou ativamente de um negócio no qual o próprio Estado reconheceu posteriormente, que era ilegal.

Esse aporte econômico contribuiu para a consolidação hegemônica do modelo do agronegócio no campo brasileiro. Os elementos analisados demonstram que a prioridade máxima ao agronegócio por parte do Estado, promove um processo de *contra Reforma Agrária*.

De fato, há um declínio vertiginoso na política de arrecadação de áreas para a criação de novos assentamentos.

FHC (1995-2002) chegou a 3.535 imóveis desapropriados e disse ter assentado 540,7 mil famílias. Lula desapropriou 1.990 imóveis de 2003 a 2010 e afirma ter beneficiado 614 mil famílias. Em 2005 e 2006 houve um pico de famílias assentadas (127.506 e 136.358, respectivamente, segundo os balanços oficiais), mas desde 2007 os números não param de cair. (...) o número preliminar de assentados em 2012 é de 23.073 famílias. Em 2011, foram 22 mil. **FOLHA DE SÃO PAULO, 2013.**

É importante fazer uma distinção entre uma política de assentamentos e a realização de uma ampla Reforma Agrária. Se analisarmos o quadro dos decretos de desapropriação de terra (ANEXO A), a partir de 1985 (portanto no período pós Ditadura civil militar) até 2012, podemos observar uma política de criação de assentamentos oscilante, mas existente. No entanto, a Reforma Agrária prevê medidas mais estruturantes que vão além da criação de novos assentamentos.

Uma política de reforma agrária não é apenas a simples distribuição de terras para os pobres. Isso pode ser feito de forma emergencial para resolver problemas sociais localizados. Embora nem por isso o governo se interesse. No atual estágio do capitalismo, reforma agrária é a construção de um novo modelo de produção na agricultura brasileira. Que comece pela necessária democratização da propriedade da terra e que reorganize a produção agrícola com outros parâmetros. **STÉDILLE, 2013.**

Ocorre que na atualidade, até mesmo uma política de criação de novos assentamentos em caráter nacional, está sendo relativizada. Nesse caso, é importante destacar a posição política do Governo Federal e da presidente Dilma Rousseff sobre o tema.

Em relação à interpretação da posição do Governo Federal, existe uma polêmica entre as forças progressistas de defesa da Reforma Agrária. Alguns defendem que o governo tem sido refém da política do agronegócio e, portanto, não tem força política para enfrenta-lo, o que poderia abrir espaço para medidas de democratização do acesso à terra, tais como a Reforma Agrária. Outros sustentam que o projeto do agronegócio é precisamente o projeto estratégico do próprio governo.

O foco de Dilma é economia, emprego e desenvolvimento e o campo nessa equação entra como uma base exportadora. Guilherme Costa Delgado, pesquisador do IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) diz que o governo fez a "opção estratégica" pelo modelo de agronegócio, que envolve grandes propriedades e monocultura: "O agronegócio seria um jeito de inserir a economia brasileira na economia mundial, por meio da provisão de *commodities*, como a salvação das contas externas." Nesse contexto, a presidente não acredita na Reforma Agrária como um mecanismo efetivo de desenvolvimento nacional, o quanto muito vincula a Reforma Agrária ao programa de erradicação da miséria. **CEPAT, 2012.**

A presidenta Dilma, que vem enfrentando com muito denodo e coragem interesses econômicos poderosos em defesa dos maiores interesses do povo brasileiro, e operando no limite pelo fortalecimento dos instrumentos de transferência de renda para o combate à miséria em nosso país, haverá de reavaliar os rumos atuais do programa de reforma agrária, de suma relevância para os interesses estratégicos do Brasil. **TEIXEIRA, 2013.**

O PT no poder não teve a coragem suficiente para interferir e alterar a estrutura agrária brasileira. Mesmo tendo em mãos instrumentos que lhe permitiriam radicalizar a distribuição de terras, tratou o tema de forma conservadora e burocrática. O retrocesso foi exatamente esse, a falta de ousadia em fazer uma grande, profunda e corajosa reforma agrária no país. **SANSON, 2012.**

O Governo da presidente Dilma Rousseff, bem como, o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, são frutos de uma aparente composição de classes, materializado num amplo leque de alianças, cujo programa tem como prioridade, o capital, as grandes empresas, os bancos e o agronegócio. Estimula o mercado interno com base na oferta de crédito e incentivo ao consumo, gerando o aumento efêmero da oferta de emprego. E, combinado a isso, desenvolve um programa social de políticas compensatórias e de combate à pobreza, através de medidas de transferência de recursos, de caráter pontual, sem o desenvolvimento de medidas estruturais.

No campo brasileiro, a prioridade dada pelo Governo ao agronegócio, somada à força hegemônica que tem o setor, traz como consequência direta um contundente bloqueio à política estrutural da Reforma Agrária e inibe uma política de assentamentos, mesmo que pontual.

O Governo Federal divulgou em 2012, uma medida que exemplifica tal situação: trata-se de um mecanismo que atua sobre a arrecadação de terras, conhecido como *o limite dos 100 mil*. Ou seja, através dessa medida o custo geral do assentamento de uma família não poderá ser superior ao limite estabelecido.

(...) a Casa Civil fixou limite aleatório de R\$ 100 mil por família para os projetos de assentamentos. Com isso retornaram ao INCRA dezenas de processos de desapropriação que estavam para despacho com a presidenta. A insensatez do limite imposto não se deve à intenção meritória pela redução dos impactos fiscais da desapropriação, mas à sua forma irrefletida. Até as cercas dos latifúndios sabem que os fatores que oneram o processo desapropriatório são os seus ralos imorais que irrigam os bolsos dos latifundiários. O pagamento de precatórios pelo INCRA, preponderantemente resultantes do pagamento indevidos de 'juros compensatórios', já constitui a segunda ação da autarquia em demanda de recursos. Em 2012, foram R\$ 374 milhões nessa ação. Para 2013, a proposta orçamentária prevê R\$ 634 milhões, ou seja, um incremento de 70% para pagamento de precatórios. Então, ao invés de propor mudança na MP nº 2.183/2001 para extinguir essa anomalia, entre outras, e assim reduzindo o custo da desapropriação para patamar bem abaixo dos R\$ 100 mil, a ilustre autoridade da Casa Civil estabeleceu corte arbitrário que inviabiliza em definitivo o instrumento da desapropriação. **TEIXEIRA, 2013.**

No cálculo do custo de cada família assentada, entram diversos itens, sendo que o mais relevante diz respeito ao preço da terra. Ora, com o avanço do agronegócio e a entrada das empresas transnacionais nos seus ramos produtivos, houve uma elevação extraordinária do preço das terras no mercado, especialmente na região centro – sul.

Entre março de 2011 e abril de 2012, a valorização média da terra no País foi de 16,5%, segundo pesquisa da Informa Economics FNP, consultoria especializada em agronegócio. A alta de preços é mais que o triplo da inflação acumulada no período, de 5,1%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em abril de 2012, o preço médio de um hectare estava em R\$ 6,7 mil. "É a maior cotação média registrada pela pesquisa, que começou a ser feita em 2002", afirma Nádia Alcântara, gerente técnica da Informa Economics FNP. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.**

Isso tem impacto direto na obtenção de novas áreas para assentamentos. Vejamos um exemplo: na região de Barretos, município de Colômbia, no estado de São Paulo, a Fazenda Colômbia está em processo de arrecadação para fins de Reforma Agrária, mas segundo próprio INCRA, o cálculo do assentamento de cada família ficaria em torno de 360 mil Reais (caso o critério do tamanho do lote familiar, fosse baseado no módulo fiscal do município), o que representa um valor muito acima do limite estabelecido pelo Governo Federal. Nesse caso, a tendência é que o INCRA reduza o módulo rural dos lotes das famílias a serem assentadas, no sentido de se enquadrar no teto estabelecido em âmbito nacional. O módulo rural de uma região é determinado através de um estudo de viabilidade econômica sobre aquela parcela e o número em hectares varia de acordo com cada realidade. Conseqüente, se o módulo for reduzido sem levar em consideração essas diferentes realidades, provavelmente a família, quando assentada, não conseguirá obter o mínimo de viabilidade econômica e poderá evadir-se do assentamento. A não ser que seja desenvolvido um plano de desenvolvimento, que incorpore tecnologia, tal como áreas irrigadas etc somadas a mecanismos de comercialização, o que não tem ocorrido na prática da maioria dos assentamentos no Brasil.

Recentemente o Governo anunciou uma relativização na *medida dos 100 mil*, provavelmente pelo impacto negativo que o estabelecimento do teto causou entre os movimentos sociais e entre estudiosos da questão agrária. Nesse novo formato, o governo estabelece quatro faixas de custos por família assentada, a partir das diferentes realidades existentes no Brasil.

A estatal definiu tetos de valores a serem pagos para aquisição de imóveis rurais por família. Para o Cerrado e Caatinga, na Região Nordeste, máximo de R\$ 40 mil por família. Na Amazônia e Mata Atlântica, na região Nordeste, e bioma Cerrado, no Estado do Tocantins, R\$ 80 mil por família. Na Amazônia, na região Centro-Oeste, Norte e bioma Pampa, R\$ 90 mil por família. Nas demais regiões, R\$ 140 mil por família. **JORNAL O VALOR, 2013.**

O Governo Federal atual, se comparado aos seus antecessores, tem tido um baixo desempenho na criação de novos assentamentos. O argumento principal utilizado para justificar tal situação, refere-se à questão da qualidade e do desenvolvimento econômico e social das novas áreas e das existentes. Nesse sentido o governo tem anunciado mudanças nos órgãos responsáveis pela Reforma Agrária, para que operem, em tese, a partir desta definição.

O governo atual foi o que menos assentou famílias nos últimos 16 anos, segundo números do próprio INCRA (...). Esses números não causam comoção no governo. Confrontado com as tabelas, Guedes (Presidente Nacional do INCRA) tem dito que a meta não é criar assentamentos, mas sim assentamentos com qualidade, integrados a diferentes políticas de governo, com as famílias bem instaladas e capazes de produzir alimentos. A meta é por abaixo a ideia de que assentamento seria sinônimo de favela rural. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013.**

No entanto, um relatório oficial do INCRA, revela que mesmo as medidas de desenvolvimento dos assentamentos têm sido incipientes, dado a precariedade existente nessas áreas:

Segundo o relatório oficial do INCRA do início de 2012, havia no Brasil 804 mil famílias assentadas ao longo dos trinta anos depois da ditadura militar. Destas, 465 mil não tem estrada trafegável o ano todo, pois se encontram na região amazônica, com difícil acesso. Cerca de 583 mil famílias não tem nenhum tipo de assistência técnica. (...) 215 mil famílias precisam fazer reformas em suas casas, pois receberam apenas 12 mil reais para construí-las. 121 mil famílias não tem casa. (...) 170 mil famílias não tem acesso à água potável. E 150 mil não tem energia elétrica. (...) 16% de todas as pessoas assentadas ainda são analfabetas. **MST, 2012.**

Outro argumento bastante utilizado pelo Governo para justificar o baixo desempenho na obtenção de novas áreas refere-se à elevação do preço da terra. Pesquisa recentemente realizada pela consultoria Informa Economics/FNP mostra que, entre o primeiro bimestre de 2003 e o último bimestre de 2012, o preço médio da terra no Brasil aumentou 227%. Vejamos alguns exemplos das regiões que tem o maior valor de terra do Brasil.

(...) em Ribeirão Preto (SP), o hectare chegou a valer R\$ 32 mil em dezembro, com alta de 138% em dez anos, segundo a consultoria. Em Piracicaba (SP), a cotação é ainda mais alta: R\$ 41 mil o hectare da terra para cana, com elevação de 305% em dez anos. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013.**

Mas além dessas regiões que já tem o agronegócio consolidado, as terras tem se valorizado significativamente nas chamadas áreas de expansão, como é o caso da região do MAPITOBA<sup>2</sup>.

É exatamente essa região que tem uma das terras agrícolas mais valorizadas do País. Em Uruçuí, no Piauí, o preço do hectare de alta produtividade subiu 15% ao ano desde 2003, ou um total de 321%. **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2013.**

O Governo Federal está descentralizando a sua política de desenvolvimento dos assentamentos existentes, através das prefeituras, estados, outros ministérios e de empresas privadas (como já ocorre com a Assistência Técnica). Com isso, o papel do INCRA está mudando significativamente e tende a funcionar como uma agência, esvaziada de poder político, inclusive dentro do governo.

---

<sup>2</sup> MAPITOBA significa a junção das siglas dos estados que fazem fronteira entre si e que hoje representam uma das maiores regiões de expansão do agronegócio – Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.

Com essas mudanças, o Governo cria mecanismos de seleção entre as famílias assentadas e aprofunda uma divisão fundamental: uma parte será integrada à agricultura familiar, na lógica predominante do agronegócio com todas suas contradições ambientais, sociais e de trabalho; e outra ficará à mercê das políticas sociais compensatórias.

A repercussão dessas mudanças na imprensa brasileira, porta voz do agronegócio, demonstra o conflito de classe da atual questão agrária:

O melhor sinal de que está certo o caminho escolhido para mudar o Inca talvez seja a reação do MST. Com a descentralização das tarefas relativas à reforma agrária, o grupo, que já se queixa da pouca interlocução com o governo federal, deverá perder ainda mais influência. Para o MST, Dilma desistiu de "democratizar" a terra e fez uma "opção pelo agronegócio" - como se fosse um crime apostar na produção agrícola que vá além da roça e do arado. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013.**

Segundo o Governo Federal, as mudanças inserem a Reforma Agrária na política de combate à pobreza e à miséria, que tem no campo brasileiro sua maior taxa de concentração.

A associação com o programa Brasil sem Miséria cria oportunidades para que famílias assentadas se beneficiem de uma ação integrada de governos, superando a visão colonizadora do Inca da década de 70. Outros programas como Minha Casa, Minha Vida, Água para Todos, Bolsa Família e Brasil Carinhoso melhorarão as condições de vida nos assentamentos. As parcerias com municípios para melhorar as estradas dos assentamentos por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Equipamentos se somam às ações em curso do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Inca. O acesso mais fácil ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e aos programas de compras públicas de alimentos, a ampliação da assistência técnica e a entrada do Pronatec Campo (Programa Nacional de Acesso ao Ensino



Técnico e Emprego) vão estimular o aumento da produção e da renda. A atuação conjunta com o BNDES, a Fundação Banco do Brasil, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no programa "Terra Forte" permitirá apoio às agroindústrias dos assentamentos. **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2013.**

Vale destacar que a citação acima faz parte de um artigo de opinião assinado conjuntamente pelo atual Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas e pelo presidente nacional do INCRA, Carlos Guedes e Guedes. Ao final do artigo, os representantes do Governo Federal expõem um elemento fundamental sobre a concepção de que a política de assentamentos já não se aplica em todo o Brasil e deve ter um caráter regional, onde os índices de concentração da pobreza são mais evidentes.

A nova rota da reforma agrária propõe uma agenda de trabalho composta pela ampliação das condições de autonomia das famílias assentadas e da produção de alimentos saudáveis por parte dos assentamentos. Também inclui identificação de regiões onde ainda é necessária a política de acesso à terra. Essa pode ser uma agenda pacífica e viável para a sociedade brasileira debater, aperfeiçoar e apoiar. **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2013.**

Também tem ocorrido no campo, um retrocesso nas áreas conquistadas, gerando uma reconcentração da terra seja na forma de retomada da propriedade para o latifúndio ou através da exploração da área.

O Assentamento Milton Santos localizado entre os municípios de Americana e Cosmópolis, na região de Campinas, estado de São Paulo, é um exemplo de como pode ocorrer esse retrocesso. O assentamento existe desde 2005 e conta com 68 famílias, numa área de 104 hectares. A área foi desapropriada na década de 1970 e repassada ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em função de dívidas contraídas pela antiga proprietária – família Abdalla- junto ao Governo Federal. Mesmo assim, a área continuava a ser utilizada irregularmente pela Usina Ester (arrendatária dos antigos

proprietários), através da produção e processamento da cana-de-açúcar. Em 2005, a posse da terra foi repassada para o INCRA, dando início ao assentamento. Uma cláusula da medida previa a devolução destes bens para os proprietários caso o seu valor excedesse o valor das dívidas. No processo, constou tal excesso e a propriedade reivindicada é justamente a área onde atualmente existe o assentamento Milton Santos. O Tribunal Regional Federal determinou a reintegração de posse em favor dos antigos proprietários; por outro lado, as famílias assentadas, vários apoiadores, movimentos sociais e o próprio Governo buscaram uma reversão do quadro. Essa movimentação social resultou na suspensão da reintegração de posse, o que trouxe um alívio temporário para as famílias assentadas. Porém até que seja tomada uma decisão definitiva, permanece o impasse.

O caso do assentamento Milton Santos, evidencia como a retirada dos direitos sociais adquiridos, situação que a classe trabalhadora enfrenta largamente, pode ocorrer no campo.

Além disso, a *contra Reforma Agrária* também pode ser constatada através dos arrendamentos de lotes de assentamentos por parte de empresas do agronegócio, que muitas vezes chegam a administrar os financiamentos dos assentados e das assentadas. Ou da medida adotada pelo Governo Federal de emancipação dos assentamentos, através da titulação dos lotes familiares.

Até o momento atual, a maioria das famílias assentadas tem uma concessão de uso da terra, firmada através de contrato feito com o INCRA. Através da concessão, os assentados permanecem vinculados ao INCRA e à política de Reforma Agrária, o que implica que a terra não seja vendida ou colocada como garantia numa negociação, mas garante o direito de posse da família. Mas na Constituição Federal, o artigo 189 determina que “os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela Reforma Agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”.

(...) o título de domínio, permite a alienação da terra após dez anos, desvincula o assentado do INCRA e o torna devedor das parcelas anuais referentes ao pagamento da terra. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se um processo chamado titulação ou emancipação dos assentamentos, que significa dar o título definitivo aos assentados para desvinculá-los do INCRA, isto é, emancipá-los. Este programa traz em seu bojo consequências desastrosas para a Reforma Agrária, pois muitas vezes o assentado não tem condições de pagar a terra e, além disso, ele fica sem acesso aos subsídios advindos da política de Reforma Agrária. Dessa forma, a terra conquistada pelos camponeses novamente se torna mercadoria a ser comercializada conforme ditames mercadológicos, e, conseqüentemente, volta a se concentrar. **MST, 2010.**

Entre as medidas da política agrária anunciada pelo Governo Federal, o tema da emancipação dos assentamentos tem permeado o debate atual. Recentemente, a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), representante dos ruralistas, endossou o pedido de agilidade na titulação dos assentamentos via emancipação.

A presidente da CNA solicitou ao MDA e ao INCRA a “libertação” dos assentados da reforma agrária, com a titulação dos lotes aos proprietários rurais e a conseqüente emancipação dos assentamentos. Hoje, os assentamentos são criados, mas os produtores, sem o título de propriedades das terras e sem renda para alcançar a sua sustentabilidade, permanecem dependentes de políticas públicas. Para surpresa da CNA, o INCRA mostrou disposição de estabelecer maior celeridade ao processo de titulação dos lotes dos assentados, aguardando apenas a solução judicial das áreas em litígio. **CNA, 2012.**

Ao passo que a própria entidade representante dos ruralistas, reivindica a emancipação dos assentamentos, o tema somente pode ser compreendido sob a hegemonia do capital na agricultura. É um chamado para que os

assentados participem do agronegócio, de forma inferiorizada em relação às grandes empresas, mas subordinados à sua lógica de produção. Ou ainda, representa uma possibilidade de titulação e posterior venda da terra ao agronegócio, contribuindo efetivamente para a reconcentração e para o fortalecimento do agronegócio.

Segundo ADOUE e FIRMIANO, a emancipação anunciada pelo Governo atual, pretende reduzir o custo de pagamento da terra por parte da família assentada, o que abriria grande possibilidade de abandono das comunidades e, além disso, terá caráter compulsório, ou seja, independe da vontade do assentado, uma vez que ele próprio compromete-se com ela no ato de assinatura do contrato de concessão de uso, o que é imposto como condição para o início do assentamento.

A emancipação outorga ao assentado o “direito” não apenas de uso e posse, mas de venda e arrendamento, ou melhor, de participar do agronegócio. (...) a emancipação compulsória dos assentamentos é, pois, o tiro de misericórdia na reforma agrária. **ADOUE, FIRMIANO, 2012.**

Ainda no âmbito do Governo Federal, existem duas políticas (consideradas positivas pela maioria dos movimentos sociais do campo) que de fato tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>3</sup> - que consiste no fortalecimento dos pequenos produtores, através da compra de sua produção pelo Governo e distribuição gratuita a entidades sociais e a Destinação de produtos da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar<sup>4</sup> – que obriga as prefeituras a comprar 30% dos itens da merenda escolar, diretamente de produtores assentados, quilombolas, comunidades tradicionais e pequenos

---

<sup>3</sup> O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003 e é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

<sup>4</sup> A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

produtores. No entanto, tais políticas atingem uma pequena parcela no universo geral das famílias assentadas.

Outro fator que tem determinado o bloqueio da Reforma Agrária tem sido a atuação da maioria dos representantes do Poder Judiciário, nas suas várias instâncias. Através da criminalização da luta e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, na morosidade para julgamento dos crimes do latifúndio e do agronegócio, o que fortalece a impunidade, nos rápidos julgamentos de reintegração de posse sem observar os elementos contraditórios que envolvem tal posse, na lentidão da análise dos processos agrários, atrasando as imissões de posse das áreas com decreto de desapropriação etc.

Todas essas questões colocam a Reforma Agrária sob um intenso debate. Claro está que, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, a Reforma Agrária está superada em definitivo, o que coloca a questão num patamar de rupturas estruturais a fim de garantir sua própria realização. No último capítulo deste trabalho discutirei qual tem sido a percepção do MST e da Via Campesina sobre essa questão, principalmente a partir da visão das mulheres dessas organizações. Mas antes disso, desenvolvo no próximo capítulo uma breve análise de como o agronegócio tem operado no setor sucroenergético, com ênfase num estudo de caso: a empresa Raízen, resultado da fusão entre os grupos Cosan e Shell.

## II. Atualidade do capital na agricultura: o caso do grupo Raízen – uma fusão entre a Cosan e a Shell

### 1. Caracterização do setor sucroenergético

Para compreender o estágio atual do desenvolvimento do setor sucroenergético, faz-se necessário recuperar alguns elementos históricos, principalmente a partir do estabelecimento do programa governamental do Proálcool, a partir da década de 1970.

O Proálcool (Programa Nacional do Álcool)<sup>5</sup> foi criado pelo governo federal em 1975, em plena Ditadura Militar e no auge da implementação da modernização conservadora através da chamada *revolução verde*. A motivação principal para a criação do programa era a de socorrer os produtores de cana, que enfrentavam uma forte crise com as oscilações do preço do açúcar no mercado internacional; por outro lado, o preço do barril do petróleo estava elevado, o que criava as condições de mercado para um combustível produzido através de outra fonte energética.

O programa consistia no incentivo à produção etanol a partir da cana-de-açúcar, com aplicação de tecnologia associada à uma diversidade de investimentos, subsídios e isenções aos grandes proprietários. Desde sua criação, os usineiros receberam repasses de recursos extraordinários,

(...) tendo, desde o ano de 1976, recebido investimentos em ordem sempre crescente por parte do Governo Federal, a ponto de, em 1981 e 1984, ter ultrapassado a cifra de 1,0 (um) bilhão de dólares (1.636,4 milhões de dólares, em 1981, e 1.131,3 milhões de dólares em 1984). **CAVALCANTI, 1992.**

O Governo subsidiou a produção e ofereceu a demanda por álcool combustível, o que provocou uma significativa ampliação da área de cana plantada, nas regiões produtoras. Nesse caso, o estado de São Paulo

---

<sup>5</sup> O Programa Nacional do Álcool foi criado através do Decreto Lei nº 76.593/75.

concentrou a maior parte da produção nacional, e isso se deu de forma mais impactante na região de Ribeirão Preto. A monocultura da cana de açúcar nessa região foi definitiva na reconfiguração do campo através de uma intensificação do êxodo rural e consequente aumento das populações urbanas, elevação dos preços dos alimentos e a consolidação completa do trabalho assalariado, especialmente na atividade do plantio e do corte da cana.

Além dos largos subsídios do Estado, e do incentivo das empresas automobilísticas de fabricarem uma grande frota de veículos movidos à álcool combustível, o programa previa ainda, a mistura de uma porcentagem de etanol na gasolina, proporcionando um mercado estável e permanente aos usineiros.

Nas usinas, a produção a partir da cana poderia variar entre álcool combustível ou açúcar (além de outros produtos com menor relevância). A decisão sobre o que produzir, sempre foi mediada pela lógica do melhor preço.

A partir de 1985, alguns fatores contribuíram para o fim do Proálcool: o governo retirou parte significativa dos incentivos, pressionado por uma conjuntura internacional - estabilização do preço do petróleo e elevação do preço do açúcar (vale lembrar, que nesse período o país estava submetido, a uma acentuada crise econômica que provocava forte desestabilização).

Grande parte dos usineiros vendeu suas terras e usinas para grupos mais consolidados, o que gerou uma ampliação da concentração no setor (a Cosan é um exemplo disso, como veremos mais adiante).

Com a crise estabelecida, houve um colapso no abastecimento de etanol no país, e o setor perdeu credibilidade junto à sociedade, especialmente naquela parcela da população que investiu na aquisição de carros movidos à álcool combustível.

Através dos elementos históricos, brevemente tratados, é possível perceber o extremo grau de dependência do setor em relação ao Estado, principalmente na produção de combustível. E foi justamente na crise econômica da década de 1980 que isso ficou mais explícito, pois a

comercialização da mercadoria álcool combustível, sem os financiamentos e subsídios estatais, era inferior ao seu custo de produção.

Relativamente à reprodução e acumulação de capital, vê-se, pois, que o fato da mercadoria álcool ser vendida a um preço inferior ao seu custo de produção dificulta a continuidade da acumulação capitalista dentro do setor e aprofunda a crise financeira do segmento sucroalcooleiro. Diante da evidência de que os preços do álcool não correspondem a seu valor, a produção e a circulação da mercadoria entram em colapso e a manifestação concreta da mais valia sob a forma de lucro é insuficiente para assegurar a reprodução do capital de forma ampliada. **CAVALCANTI, 1992.**

A fim de buscar viabilidade econômica com o funcionamento das usinas, as famílias e grupos econômicos que permaneceram na atividade, passaram a seguir ostensivamente as metas de redução dos custos de produção, principalmente através do aumento da produtividade e da intensificação da exploração do trabalho.

A partir da década de 1990 o Brasil aprofunda sua subordinação à ordem neoliberal, hegemônica em nível mundial e campo ocorre o processo de financeirização da agricultura consolidando as bases do agronegócio.

Ainda na década de 1980, é possível encontrar indícios da construção do agronegócio brasileiro, através da formação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, um fórum de debates e planejamento de ações conjuntas das entidades de classe, associações e cooperativas dos ruralistas.

Nesse período Ney Bittencourt de Araújo, engenheiro agrônomo, começa a difundir no Brasil, o conceito de *agribusiness*, trazido dos Estados Unidos, através dos estudos desenvolvidos por Ray Goldberg e seus colaboradores na Universidade de Harvard.

A Frente Ampla buscava uma nova modernização no campo brasileiro, incorporando rapidamente o conceito de *agribusiness* às suas ações, e ao mesmo tempo, ganhava força como um contraponto às posições extremadas



da UDR (União Democrática Ruralista), que acabavam fortalecendo a ideia de um campo atrasado. No entanto veremos mais adiante, como isso não passou de um discurso principalmente no tocante às questões do trabalho, ambiental e de propagação da violência.

Com a criação da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) em 1993, o agronegócio se fortalece, articulando entidades de classes e empresas ligadas aos negócios. A ABAG, desde o seu início, atuou como representante do setor, impulsionando a formulação de uma estratégia comum. Para tal, foi fundamental o suporte de pesquisa desenvolvido por meio da parceria com o PENSA (Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (Universidade de São Paulo), criado em 1990.

Nesse período, o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) ligado ao Banco Mundial impunha aos países periféricos, um conjunto de políticas agrárias ajustadas aos parâmetros neoliberais.

Basicamente, a agenda agrária do BIRD consiste em quatro grandes linhas de ação: a) estímulo a relações de arrendamento, como prioridade máxima; b) estímulo a relações de compra e venda de terras; c) privatização e individualização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais; d) privatização de terras públicas e comunais. Para implementá-las, o BIRD vem estimulando a mudança das legislações agrárias e aumentando a liberação de empréstimos para os governos nacionais, criando as condições legais e administrativas para a livre transação mercantil da terra e a atração de capital privado para o campo. **SAUER e PEREIRA, 2006.**

A seguir, trago alguns elementos para analisar como o agronegócio se materializou no setor sucroalcooleiro, principalmente a partir da dimensão que a questão energética tomou na década de 2000.

### **De sucroalcooleiro à sucroenergético: a cana de açúcar e o agronegócio**

O início do século XXI tem sido marcado, entre outros fatores, pelos impactos da mudança no clima do planeta e pela crise energética, provocada pelo risco de diminuição das reservas de petróleo e pelos conflitos decorrentes do enorme aparato militar pelo seu controle.

Nesse contexto, o debate sobre a necessidade de buscar energias menos poluentes e de fontes renováveis ganha força, mobilizando diferentes forças do capital. Sobretudo, a energia produzida através da agricultura, a chamada agroenergia, passa a ter relevância mundial.

O Brasil tem buscado liderança mundial no tema, e como parte desse projeto, lançou em 2005 o Programa Nacional de Agroenergia. Na categoria Agroenergia constam os principais biocombustíveis<sup>6</sup> comercializados hoje no mundo: o etanol (produzido com cana de açúcar, milho e beterraba) e o biodiesel (produzido a partir da soja, canola, palma africana etc). Além da proliferação das chamadas florestas energéticas, ou seja, formadas basicamente por eucalipto e pinus, para suprimento das empresas siderúrgicas.

Em 2007, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush visitou o Brasil, governado na ocasião por Luís Inácio Lula da Silva. Juntos celebraram um acordo que ficou conhecido como a Aliança do Etanol, formalizada num documento denominado “Memorando de Entendimento”, que estabeleceu uma série de medidas de cooperação para expandir a produção de etanol, com vistas à criação de uma nova commodity no mercado internacional de agroenergia.

Esse período foi marcado por uma ampla projeção do etanol como energia limpa e renovável e os usineiros considerados como heróis pelo presidente Lula, devido ao suposto potencial ambientalista presente na arrojada proposta energética.

---

<sup>6</sup> Para os movimentos sociais o termo biocombustíveis, traz em si um grave equívoco perante o caráter destrutivo desse produto. Bio significa vida e na visão dos movimentos, a atividade é nociva ao meio ambiente, aos povos e à soberania alimentar; desta forma, na denominação dos movimentos, biocombustíveis é chamado de agrocombustíveis (adotarei esta denominação).

Nessa perspectiva, os usineiros e as corporações que assumiram liderança nos negócios do etanol, foram colocados num plano de figuras essenciais para minimizar os efeitos das mudanças climáticas.

Sob a justificativa de mudança da matriz energética preponderante, milhares de hectares de ecossistemas tradicionais, terras agriculturáveis e modos de vida estão sendo impactados pela expansão dos cultivos de bioenergia. Na prática a apropriação do discurso ambientalista pelo capital visa prioritariamente a ampliação de seus lucros.

Este momento crucial de “tornar verde” as corporações ou “descarbonizar” a economia para “salvar o planeta” somente está promovendo o livre comércio, hoje fortemente amparado como talvez nunca antes por governos nacionais, disfarçado como comprometimento com tratar do aquecimento global, e efetivado pelos governos como estratégias de “segurança energética”. (...) Lucros corporativos são incompatíveis com qualquer esforço sério de deter as mudanças climáticas, da mesma forma que são incompatíveis com esforços de voluntariamente e de forma coletiva reduzir o consumo. **MORENO, 2008.**

Principalmente no centro sul houve uma significativa expansão do cultivo de cana de açúcar na segunda metade da década de 2000, incidindo sobre áreas de produção de alimentos. Como consequência, a produção dessa região foi empurrada para a ocupação de outros territórios, como por exemplo, da Amazônia, reproduzindo um ciclo vicioso de derrubada da floresta para extração da madeira, seguido das queimadas com altas emissões de carbono, abrindo novas áreas para pastagem do gado e depois destinadas às monoculturas de soja.

Ao passo que áreas agrícolas de produção de alimento humano, passam a ser disputadas para a produção de mercadorias que abastecem os automotivos – agrocombustíveis, somado ao problema do limitado acesso aos alimentos sob a lógica do capital, aprofunda-se a perda da soberania alimentar.

O conceito de soberania alimentar foi apresentado pela Via Campesina, a articulação internacional dos camponeses e das camponesas, durante a Conferência Mundial sobre a Alimentação, em Roma no ano de 1996, contrapondo-se ao conceito de segurança alimentar.

A segurança alimentar refere-se à obrigação dos Estados de garantir o acesso aos alimentos necessários para determinada população. O conceito de soberania alimentar traz a perspectiva de classe para o debate, defendendo o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e produzir alimentos em seus territórios, tendo como prioridade às necessidades humanas e não a pressão do mercado.

O modelo dos monocultivos do agronegócio tem gerado inúmeras contradições para a humanidade do ponto de vista ambiental, do trabalho e no que diz respeito à questão social. Na produção da mercadoria açúcar e etanol, a partir da cana de açúcar essas consequências ficam evidentes, como veremos a partir do estudo de caso sobre a empresa Raízen.

Analisando o movimento histórico do setor sucroenergético no Brasil, é notável a extrema dependência do Estado, mesmo no período de auge da entrada de investimentos estrangeiros. As corporações transnacionais também passaram a pressionar pela intervenção do aparato estatal na forma de financiamento ou investimento em infraestrutura e logística.

Essa dependência fica explícita nos períodos de crise do setor, que são cada vez mais constantes, como é possível verificar no processo em curso na atualidade. Nos últimos dois anos, somente na região Centro Sul, foram fechadas trinta usinas, fato que provocou a extinção de catorze mil empregos. Após a crise de 2008, que partiu principalmente do centro do capital mundial, vários foram os reflexos no agronegócio.

Até 2008 é possível notar uma grande euforia no setor sucroenergético, principalmente a partir do lançamento do Programa Nacional de Agroenergia. Atualmente, porém, essa realidade vem apresentando alterações significativas. Existem muitas ofertas de usinas no mercado, de pequenas a grandes unidades.

Maior produtora de etanol dos Estados Unidos, a multinacional Archer Daniels Midland (ADM) pretende desistir, ao menos temporariamente, dos planos de se tornar relevante nesse mercado também no Brasil. O Valor apurou que a empresa contratou o Bank of America Merrill Lynch (BofA) para vender a única unidade industrial de etanol que mantém no país, no Estado de Minas Gerais, esvaziando um projeto que contemplava a construção de duas outras usinas. **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2012.**

Em relação à indústria de base do setor, ou seja, empresas que fabricam peças essenciais à instalação de novas usinas, o município de Sertãozinho - região de Ribeirão Preto - tem sido um bom termômetro para medirmos a demanda do setor. No momento não há nenhum grande projeto sendo executado:

Uma das principais empresas com unidade produtora em Sertãozinho, a Dedini (Dedini S/A Indústrias de Base) afirma que tem feito ajustes, diversificado portfólio e reduzido custos para atravessar o atual momento. Após demitir 220 funcionários em março (na entressafra), trabalha hoje com menos de 50% de sua capacidade instalada, devido à baixa demanda. (...) O parque industrial da cidade, capaz de produzir usinas inteiras e que já forneceu plantas completas para o exterior, registra saldo negativo de contratações -1.777 postos a menos em 12 meses. **FOLHA DE SÃO PAULO, 2012.**

Outros elementos da crise estão ligados a uma baixa na produtividade, falta de novos investimentos e elevação no índice de endividamento no setor:

Picos de euforia com muitos investimentos, inúmeros e ambiciosos projetos lançados, para se ter uma ideia, no auge do setor em 2008, foram investidos 10 bilhões de dólares em novas usinas, em 2009 o setor abastecia 54% da frota de veículos da frota de veículos médios (hoje está em 35%).

Abismos de dificuldades, descrenças, com alto endividamento (De 7 bilhões de dólares, em 2006, para mais de 25 bilhões de dólares em 2011), ausência de investimentos na reforma e ampliação dos canaviais (que estão velhos), projetos engavetados, custos altos (o custo praticamente dobrou em uma década), chuvas em excesso, seca em excesso, para se ter uma ideia, a produtividade caiu de quase 90 toneladas por hectare, em 2009, para 69 toneladas em 2011. (...) E sem perspectivas muitas usinas foram colocadas à venda. Para os próximos 10 anos, o setor precisa de investimentos de R\$ 110 bilhões para novas usinas e R\$ 46 bilhões para a área agrícola. **BRASILAGRO, 2012.**

Outros dados revelam que o endividamento no setor pode ser ainda maior:

O endividamento do setor sucroalcooleiro do Centro-Sul chegou a R\$ 48 bilhões na safra 2011/2012 e deve continuar aumentando, segundo estudo divulgado em agosto pelo Itaú BBA. De acordo com os dados da análise, a dívida cresceu R\$ 5 bilhões no último ano e deve chegar a uma situação de "fundo do poço", em março de 2014. As principais razões para o déficit são o aumento de custo de produção, em função da quebra da safra de cana-de-açúcar, falta de competitividade do etanol e investimentos tardios na recuperação de canaviais e mecanização. **NOVA CANA, 2012.**

Atualmente não existem grandes projetos em pauta no BNDES que estejam ligados aos negócios de açúcar, etanol e cogeração de energia. Mas, isso não minimiza a importância dos investimentos para esse setor.

De acordo com dados do BNDES, entre 2008 e 2010 o banco financiou mais de 90 empreendimentos sucroalcooleiros, despendendo algo em torno de R\$ 17 bilhões em projetos como ampliação de lavouras e da capacidade industrial, cogeração de energia e outros. Apenas em 2010, foram liberados

cerca de R\$ 7 bilhões para as usinas, 4,6% a mais do que os R\$ 6,4 bilhões desembolsados em todo o ano de 2009. Cerca de R\$ 3,6 bilhões foram investidos no setor em 2008. **REPÓRTER BRASIL, 2011.**

Mesmo sob o contexto de crise, os dados da CONAB demonstram aumento na colheita da cana:

A atual previsão do total de cana-de-açúcar para ser moída na safra 2012/13 é de 595,13 milhões de toneladas, com aumento de 6,2% em relação à safra 2011/12, que foi de 560,36 milhões de toneladas, significando que a quantidade que será moída deve ser 34,76 milhões de toneladas a mais que na safra anterior. **CONAB, 2012.**

Esse dado demonstra que a crise existente no setor é extremamente necessária para a reorganização do capital, provocando uma centralização no setor sob o controle de alguns grupos econômicos e por outro lado exercendo uma pressão sobre o Estado para o alargamento de seus mecanismos de suporte.

Outro elemento importante para entender a crise do setor é explicitar em qual ramo produtivo a crise está localizada. Nesse caso, a crise reside na produção de etanol como os dados abaixo confirmam:

(...) a produção de etanol total é estimada em 23,62 bilhões de litros, 5,22% menor que a produção da safra 2011/12. Deste total, 9,66 bilhões de litros serão de etanol anidro, e 13,96 bilhões de litros serão de etanol hidratado. Assim, o etanol anidro deverá ter uma redução de 0,88% na produção, e o etanol hidratado terá redução de 8,01%, quando comparados com a produção de etanol da safra anterior. **CONAB, 2012.**

Por outro lado:

A previsão atual de produção de açúcar na safra 2012/13 é de 37,66 milhões de toneladas, 4,72% a mais que na safra anterior, que foi de 35,97 milhões de toneladas. Deste total 69,46% produzido na Região Sudeste, 11,32% na Região Nordeste, 10,95% na Região Centro-Oeste e 8,13% na Região Sul. **CONAB, 2012.**

Portanto a crise está localizada principalmente no projeto estratégico do setor do ponto de vista da produção energética e para isso contribui o fato do açúcar ser uma commodity e o etanol ainda não. O diretor da MBF Agribusiness, Jair Pires, aponta as possíveis causas do etanol não ter alcançado o lugar commodity:

O Brasil não se estruturou para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, ele afirma, levantando a questão da deficiente e custosa logística nacional. E os usineiros não evoluíram em termos administrativos, diz, atribuindo o alto grau de endividamento das usinas, em parte, à ausência de gestões mais eficientes, que reduzissem os custos. O terceiro - e mais aclamado - fator é a impossibilidade de o biocombustível competir com os preços da gasolina no País. E também do açúcar no mercado financeiro internacional. **JORNAL DCI, 2012.**

Segundo a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) é possível identificar quatro fases nesse período de reconfiguração do setor, que passou de sucroalcooleiro na década de 1970 a sucroenergético na década de 2000: a primeira fase foi de investimentos a partir de fundos tais como Blackstone, Carlyle e Soros, que depositou R\$ 900 milhões em usinas; a segunda veio com as tradings (Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, por exemplo); na terceira fase, chegaram as empresas petrolíferas (Shell, British Petroleum e Petrobras), somada a entrada de entrada de empresas de tecnologia, através de parcerias com grupos empresariais nacionais e a quarta fase ainda está sendo gestada, e pode se consolidar com a presença de empresas químicas principalmente através da produção do etanol de segunda geração (etanol celulósico).



Mas para continuar trilhando esse caminho de sucesso e altos ganhos para o capital, o representante da ABAG, Luis Carlos Corrêa (Caio), evidencia uma condição fundamental:

“Acredito que, daqui para frente tudo dependerá de políticas públicas”, prevê Caio, repetindo o clamor geral do setor por uma definição federal, em forma de plano, que oriente e defenda a produção sucroalcooleira no Brasil. **JORNAL DCI, 2012.**

A crise também revela como ocorre a criação de mecanismos que contribuem para a centralização de capital por parte dos grandes grupos econômicos, a exemplo do que tem ocorrido com o grupo Raízen, que extrai benefícios significativos desse processo.

A Cosan reportou receita líquida consolidada de R\$ 24,1 bilhões no ano fiscal 2012, 33,4% superior ao do ano anterior. O lucro líquido foi de R\$ 2,6 bilhões, valor mais que três vezes superior aos R\$ 771,6 milhões obtidos em igual período anterior. (...) reflexo das sinergias com a formação da Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, constituída em 1º de julho de 2011. O balanço de resultados do grupo agradou ao mercado. (...) Apesar da receita e lucro líquidos recuarem no quarto trimestre de 2012, analistas consideram que a empresa entregou bom desempenho, sobretudo na área de combustíveis. **JORNAL VALOR, 2012.**

As projeções do grupo Raízen revelam o significado das fusões e das aquisições na atualidade do desenvolvimento do capital. O mercado extremamente competitivo elimina os considerados menos eficientes e contribui para a formação de monopólios, como veremos mais adiante. E mesmo os monopólios, que são a expressão concreta da concentração de capitais, têm que fazer manobras cada vez mais elaboradas para evitar o seu próprio

colapso. Manobras essas que colocam em risco a existência da humanidade, que sofre as consequências desse modelo nefasto.

### **A crise permanente do capital**

Para uma compreensão mais consistente da atual crise no setor sucroenergético, é necessário relacioná-la com os elementos constitutivos da análise de crise estrutural do capital.

Segundo Mészáros, vivemos uma crise estrutural do sistema metabólico do capital, a partir da década de 1970, período no qual, o capital não reunia mais condições de desenvolver-se sem necessariamente destruir e travar o processo de emancipação da humanidade. Em linhas gerais, trata-se de uma perda do sentido civilizatório do capital.

Assim, a influência civilizadora [do capital] encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna da auto reprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas. **MÉSZÁROS, 2010.**

Desde então, o crescimento requerido pelo capital se mantém mediante níveis altíssimos de concentração da riqueza material socialmente produzida, do desemprego crônico (ou estrutural), da perda progressiva de direitos trabalhistas, da degradação brutal das condições de trabalho – dentre as quais cresce a ocorrência de relações análogas à escravidão -, e uma alarmante destruição do ecossistema. A centralidade do processo é conduzida pela necessidade permanente de criar valor através do trabalho subsumido às suas imperativas condições de expansão e acumulação. Pois é neste quadro, em que prevalece a lógica da produção destrutiva, da qual o agronegócio é parte integrante.

O fenômeno é planetário, mas seus efeitos mais devastadores continuam mais explícitos nos países de extração colonial -, elo débil do desenvolvimento desigual e combinado do sistema sócio metabólico do capital que ao longo da história impôs uma estrutural miserabilidade à classe trabalhadora servindo-se principalmente disso para absorver o permanente desequilíbrio causado por suas contradições.

Ao gerar a riqueza, o capital potencializa, em proporções absurdas, o crescimento da pobreza. Na medida, então, em que só pode desenvolver-se com base no aprofundamento da desigualdade e das contradições sociais, o sistema sócio metabólico do capital, na atualidade, perde a olhos vistos qualquer resquício de legitimidade histórica.

Ainda de acordo com Mészáros, os elementos que caracterizam a crise estrutural são de caráter universal, seu alcance é global, sua escala de tempo é extensa e contínua e seu desdobramento é do tipo rastejante. O sistema metabólico ativou seus limites absolutos, colocando-o em constante contradição. Para se reproduzir, precisa intensificar sua auto expansão e como sua atuação já ocorre em escala mundial de forma hegemônica, isso provoca uma crise de retração.

Esses limites absolutos estabelecem uma ameaça à existência da humanidade e sua superação não pode ocorrer sob o sistema metabólico do capital. Essa análise pode ser considerada catastrófica, mas ao contrário, está imbuída de uma perspectiva libertária. As forças destrutivas do capital atuam como entraves para a emancipação humana. Segundo Vania Bambirra:

O capitalismo é reacionário porque não pode produzir progresso. (...) Esse é o grande problema do mundo que está aí. E que sem um instrumental marxista as pessoas não conseguem entender. São contradições que vão se acirrando. As forças produtivas querendo se desenvolver e, ao mesmo tempo, impossibilitadas de se desenvolver porque o capitalismo tem de manter a exploração do ser humano. **BAMBIRRA, 2008.**

A crise estrutural do capital não representa o fim do sistema metabólico do capital. A crise estrutural reside na máxima, em que o capital não pode construir, sem necessariamente destruir. Mas é evidente que o capital se lança numa luta desenfreada por sua existência, recriando-se de forma permanente para aumentar sua margem de manobra a cada curva de contradição que necessariamente encontra no seu curso histórico.

A questão que nos defrontamos na atualidade é que a cada manobra do capital, os prejuízos causados para a humanidade são imensos e a eficácia da solução dos problemas enfrentados é pontual e pouco duradoura. Com isso o sistema metabólico do capital torna-se uma máquina permanente de destruição, mesmo se acaso desejasse o seu contrário.

Para Mézaros, o capital é incontrolável e não tem personificações. A compreensão da incontrolabilidade do capital não pode nos causar a ilusão de conceber o capital como algo superior com capacidades místicas. O capital está situado historicamente como uma construção social. E como toda construção social pode ser destruído.

Pinassi propõe uma reflexão sobre a necessidade de uma redescoberta humanista como uma condição para a superação dos conflitos da atualidade. Para ela:

(...) o desencantamento deste mundo não precisa ser o desencantamento do mundo, que a decadência desta história não precisa significar o fim da história dos homens. História que, de fato, nem ao menos começou. **(2009)**.

Períodos de transição e indefinição podem ser portadores de um poder criativo da humanidade. Na transição de um modo de produção, os homens e mulheres podem experimentar a sua capacidade de criação com liberdade de referências entre o velho que está sob forte crise de justificação e ante um novo que ainda está em construção.

## 2. A Raízen e a atualidade do capital na agricultura

O Grupo Cosan-Shell reúne elementos fundamentais para entendermos as diferentes esferas da produção, industrialização e circulação da cadeia produtiva do agronegócio no Brasil. A consolidação deste forte grupo econômico é recente; em setembro de 2010 foi anunciada uma *joint venture* (empresa conjunta) entre a multinacional anglo-holandesa Shell e a empresa brasileira do setor sucroalcooleiro, a Cosan. Porém, o acordo somente foi assinado em definitivo no mês de julho de 2011. A *joint venture* criada entre a Cosan e a Shell chama-se Raízen.

Para entender a importância da formação desta *joint venture* vale destacar alguns elementos da formação histórica da Cosan, fruto de diversas aquisições e incorporações.

A partir de 1986, o empresário Rubens Ometto funda a Cosan, empresa que à época tinha uma capacidade de moer 4,3 milhões de toneladas por safra. Hoje o grupo tem capacidade para moer 60 milhões de toneladas, como mostra a seguinte matéria:

Rubens Ometto liderou praticamente sozinho a consolidação do império da Cosan a partir de 1986. Na época, a empresa controlava apenas as usinas Costa Pinto e Santa Bárbara, ambas no interior de São Paulo. As duas unidades, juntas, moíam 4,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Atualmente, depois de uma longa série de aquisições e incorporações, a capacidade de moagem da Cosan, que já controla 23 usinas, saltou para aproximadamente 60 milhões de toneladas, a maior do país e do mundo. **JORNAL VALOR, 2009.**

Obviamente que, ao longo de sua trajetória, o grupo se capitalizou substantivamente. Além de ações na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), em 2007, o empresário Rubens Ometto criou uma *holding* que passou a ter ações na Bolsa de valores de Nova York.

Ate o momento da fusão, a Cosan possuía 23 unidades produtoras (usinas - sendo 21 no estado de São Paulo, 1 no estado do Mato Grosso do Sul e 1 no estado de Goiás); 4 refinarias; 2 terminais portuários; 2 marcas de açúcar no varejo: Da Barra e União. A partir de 2007, a empresa Cosan, passou a controlar 1,7 mil postos de combustíveis, como resultado da aquisição do grupo Esso.

A Cosan não é uma empresa dedicada somente à atividade sucroalcooleira, ela controla diversos outros ramos: da bioenergia, da produção de alimentos, de logística, de combustíveis e de aquisição de terras.

Por outro lado, a empresa Shell possuía 2,7 mil postos de combustíveis, sendo uma das maiores no ramo.

Mais do que identificar a potência empresarial do grupo Raízen, o que mais interessa nessa pesquisa é verificar o movimento do capital na agricultura, identificando suas principais contradições do ponto de vista do trabalho e da apropriação dos recursos naturais. Na fusão, a Raízen incorporou de cada grupo:

<b>COSAN</b>	<b>SHELL</b>
1.700 postos de combustíveis (da aquisição da Rede Esso)	2.700 postos de combustíveis + lojas de conveniência
23 usinas	
Projetos de cogeração de energia elétrica	
Direitos de comercialização da Shell na logen energy technology (empresa de biotecnologia)	
Participação no capital social da empresa Codexis (empresa biocatalizadora)	

Parte dos produtos da Cosan, não entrou na negociação:

<b>COSAN</b>
Produção e comercialização de lubrificantes – marca: MOBIL

Empresa de transporte e operação portuária – marca: Companhia Rumo Logística S.A.
Empresa de administração de terras e novas incorporações – marca: Radar Propriedades Agrícolas S.A.
Empresa de produção e comercialização de açúcar no varejo – marcas: Da Barra e União
Propriedades agrícolas, exceto aquelas onde as usinas estão situadas

A distinção desse patrimônio é importante para compreender o movimento que a Cosan fez na sequência da fusão com a Shell. Em matéria publicada pela revista EXAME, em maio de 2012, o empresário Rubens Ometto anunciou que está saindo dos negócios da cana de açúcar. Vejamos:

Diversificar a atuação de uma companhia e, assim, reduzir seus riscos é uma decisão que vem entrando no radar de executivos e empresários do mundo inteiro. Um estudo recém concluído da consultoria americana Boston Consulting Group mostra que os grupos que não dependem de apenas um negócio, se saíram melhor durante a crise. **REVISTA EXAME, 2012.**

No caso do grupo Cosan, uma recente aquisição foi fundamental para a mudança de ramo de produção da empresa. Por R\$ 3,4 bilhões, acertou a compra da COMGÁS, maior distribuidora de gás natural do país. Além disso, em fevereiro de 2012, a empresa fez a proposta de R\$ 900 milhões para assumir o controle de 49,1% da Operadora Logística All (empresa de transportes de cargas em linha ferroviária). Com essas aquisições, o grupo Cosan deve atingir uma dívida de cerca de R\$ 7 bilhões.

A Cosan também tem atuado de maneira agressiva no mercado de terras, através da empresa Radar. A Cosan é uma de suas principais acionistas (detém 37,7% das ações) ao lado de fundos de pensão americanos. Sua atuação tem priorizado áreas e culturas lucrativas, para além dos negócios a partir da cana de açúcar. Seu principal foco tem sido a aquisição de terras para arrendamentos, a fim de serem destinadas para grandes produtores rurais.

A companhia juntou décadas de experiência em agronegócio, imagens de satélite que acumulou enquanto tocava suas usinas de cana-de-açúcar e bancos de dados públicos sobre o campo para criar uma imobiliária agrícola de alta tecnologia. "A Radar é exclusivamente imobiliária, a gente compra, vende e arrenda terras, mas não planta nem opera as fazendas", diz Ricardo Mussa, CEO (sigla em inglês para presidente-executivo) da empresa. (...) Com apenas 25 funcionários, já tem 392 fazendas, que valem R\$ 2,35 bilhões – e a meta é comprar mais R\$ 450 milhões em 2013. A valorização desse portfólio foi de 93% no ano passado, contra 56% do mercado de terras como um todo. Neste ano, deve ser de 117%. **PORTAL IG, 2012.**

Segundo o Portal IG, a empresa Radar adquiriu uma fazenda na Bahia em 2010 e na ocasião o hectare valia R\$ 3.170 (três mil, cento e setenta Reais) o hectare e em 2012, o mesmo hectare vale R\$ 13.910 (treze mil novecentos e dez Reais). Isso demonstra como a empresa Radar tem atuado no sentido de garantir o aumento do seu lucro e ainda como tem influenciado na valorização das ações dos grupos econômicos acionistas.

Além disso, a Radar pretende atuar como uma imobiliária internacional no mercado de terras, ou seja, está se preparando para oferecer o serviço de identificação de áreas, diagnóstico das mesmas, através do uso de tecnologia avançada, negociação com os proprietários e intermediação da venda para compradores estrangeiros.

Em relação à Raízen, o grupo Cosan direcionou a ela todos os negócios ligados ao ramo de cana de açúcar. Além disso, o acordo entre a Cosan e a Shell prevê que, em 2020, a Shell adquira o direito de comprar os 50% que atualmente a Cosan detém da empresa. E caso a Shell não queira comprar os 50% da Cosan, pode ocorrer o inverso, ou seja, a Cosan comprar os 50% da Shell.

A movimentação da empresa Cosan, no entanto, evidencia um sistema em crise, que tem provocado ações desenfreadas para ampliar sua margem de manobra e garantir a elevação de seu lucro. Marx já apontou o limite dessas manobras, nos marcos do próprio sistema do capital:



Mas o fato de o capital definir cada um desses limites como uma barreira e, como consequência avançar idealmente para além dela, não significa, de modo algum, que a tenha de fato superado e, já que toda barreira contradiz seu caráter, sua produção se mova em contradições que são constantemente superadas, mas que, da mesma maneira, são continuamente repostas. Além disso, a universalidade que o capital persegue de modo irresistível encontra barreira em sua própria natureza, que, em certa fase de seu desenvolvimento, permite que ele se reconheça como sendo, ele próprio, a maior barreira a essa tendência, e em consequência o impulsionará para a sua própria suspensão. **MARX, 2011.**

A esse respeito, Mézáros faz uma reflexão interessante. Segundo o autor, há uma diferença fundamental entre barreira e limite e, neste caso, limites relativos e absolutos. Enquanto o capital tiver condições de transpor barreiras – os limites relativos, deslocando e transferindo as contradições encontradas, ele continuará seu curso relativamente tranquilo. O limite absoluto, ao contrário, pode até ter uma aparência de barreira, na medida em que contém os tais limites relativos, mas coloca um obstáculo fundamental para o capital, que dado a sua incontrolabilidade, passa a colidir de modo cada vez mais intenso com as reais necessidades e aspirações da humanidade. Com isso, vai perdendo sua racionalidade histórica. A criação do grupo Raízen deve ser compreendida sob a lógica da busca incessante de quebra das aparentes barreiras.

A nova empresa nasceu com as velhas contradições entre o capital e o trabalho. Analisarei alguns aspectos dessas contradições que envolvem o grupo Cosan e a empresa Shell, em separado, para contribuir com a junção de elementos que estão na base da fusão que deu origem à Raízen. Tais contradições não desaparecem com a fusão, somente mudam de forma e se aprofundam.

Segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), a área agrícola destinada ao cultivo de cana de açúcar, passou de 4,8 milhões de hectares em 2000, para 8,1 milhões de hectares em 2011. As duas formas

principais de crescimento do setor sucroenergético tem se dado através do aumento da produtividade e da área de expansão.

Atualmente, 89% da produção de cana estão concentradas na região centro – sul, dos quais 54,23% somente no estado de São Paulo, e 11% na região Nordeste. Na safra 2009/2010, a CONAB identificou que as maiores áreas de expansão estiveram localizadas na região centro – oeste, sendo 50,10% no estado de Goiás e 38,80% no Mato Grosso do Sul. Segundo a ONG Repórter Brasil, a expansão está ocorrendo sobre o bioma do Cerrado, atingindo bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental e áreas de produção de alimentos.

Em 2006, a Cosan inaugurou a usina Nova América, em Caarapó no estado do Mato Grosso do Sul, que mais tarde, com a fusão com o grupo Shell, passou a pertencer à Raízen. De acordo com a prática de compra da cana por uma rede de fornecedores, já desenvolvida em outras usinas, a Nova América passou a comprar o produto de fazendas que foram tomadas de comunidades indígenas. Na carta escrita pela comunidade indígena Guyraroka (ANEXO B) é possível perceber os impactos da Usina Nova América para a cultura dos povos tradicionais.

Segundo o Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul (MPF/MS), há cerca de 100 anos a comunidade indígena Guyraroka foi expulsa de seu território tradicional, onde hoje está situado o município de Caarapó. Com base na comprovação legal do território indígena, o MPF/MS entrou em junho de 2012, com um pedido de indenização de R\$ 170 milhões sobre as perdas e os danos sofridos pelos indígenas. O pedido foi movido contra a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a União.

As diversas etnias indígenas foram expulsas à força de seus territórios ou reunidas em pequenas áreas, para dar lugar à agropecuária. Passaram, então, a depender de políticas compensatórias até que a Constituição Federal de 1988 garantiu aos indígenas o direito aos territórios tradicionalmente ocupados. Hoje, Mato Grosso do Sul tem a 2ª maior população indígena do país - 70 mil pessoas – e disputas de terras que geram os mais altos índices de homicídios do país. **MIDIAMAX, 2012.**

Segundo o CIMI (Centro Indigenista Missionário), desde 2003, duzentos indígenas do povo Guarani Kaiowá foram assassinados. Um dos casos recentes foi o que vitimou o cacique Nísio Gomes ocorrido em novembro de 2011. Em julho de 2012, uma operação da Polícia Federal (PF) de Ponta Porã/MS prendeu 20 pessoas envolvidas no assassinato. A PF investiga a ação das empresas privadas de segurança que atuam na região, como milícias armadas, a mando dos fazendeiros e do agronegócio.

Após inúmeras pressões por parte das comunidades indígenas, movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos das comunidades tradicionais, o grupo Raízen recuou na compra de cana proveniente de áreas indígenas, invadidas ilegalmente por fazendeiros. Para essa decisão, também exerceu peso fundamental, o pedido do MPF ao BNDES para bloqueio de financiamentos:

A Raízen, holding formada pelas multinacionais Shell e Cosan, assinou acordo em 20 de abril (de 2012) com a Funai, em que se compromete a não mais comprar cana-de-açúcar produzida nas fazendas que incidem sobre as Terras Indígenas Guyraroká, Taquara e Caarapó, todas no sul de Mato Grosso do Sul e já declaradas pelo Ministério da Justiça. O MPF denunciou o caso e determinou ao BNDES que não mais empreste recursos para empresas que descumprem a legislação. **MIDIAMAX, 2012.**

Também na questão do trabalho, é possível identificar várias contradições que envolvem a Cosan, com destaque às práticas de trabalho escravo.

Em junho de 2007, uma fiscalização na Usina Junqueira, em Igarapava (SP), pertencente à Cosan, libertou 42 trabalhadores escravos. Em 31 de dezembro de 2009, a Cosan teve seu nome incluído na “lista suja” do trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas através de liminar a empresa foi retirada do cadastro em 8 de janeiro de 2010. **REPÓRTER BRASIL, 2012.**

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 2003 e 2010 foram resgatados mais de 10 mil trabalhadores em condições análogas à de escravo nos canaviais brasileiros.

Além da prática de trabalho escravo, a empresa acumula uma extensa lista de conflitos trabalhistas, seja na forma de denúncia ou em alguns casos, de condenação.

Em 2010, a empresa foi obrigada a firmar dois acordos com o Ministério Público do Trabalho - PRT 15, de Campinas (um de R\$ 2,5 milhões e outro de R\$ 900 mil) referente a problemas trabalhistas e também descumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) anteriores. Em julho de 2010, uma fornecedora da Cosan em Santa Cruz do Rio Pardo (SP) foi flagrada pelo Ministério Público do Trabalho com trabalhadores em condições degradantes, com salários atrasados e sem água potável na frente de trabalho. Em 2009, a Usina Diamante, da Cosan, na região de Jaú (SP), recebeu 22 autos de infração do grupo de fiscalização rural do Ministério do Trabalho. Foram fiscalizados 2.628 trabalhadores, sendo 464 mulheres, e houve autos de infração para falta de registro (6 trabalhadores), generalizada falta de controle de jornada, desrespeito ao descanso semanal nos domingos e feriados, corte de sete ruas em vez de cinco, banheiro sem higiene, Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e PPRA sem avaliação dos riscos ao trabalhador, falta de plano para atender acidentado, alojamento com irregularidades, empresas terceirizadas para o transporte não tinham sanitários e locais para refeição. Na safra de 2008, trabalhadores da Usina Diamante já haviam entrado em greve exigindo melhores condições de trabalho. Nas safras de 2007 e 2008, trabalhadores da Usina Gasa, da Cosan, em Andradina (SP), entraram em greve por melhores condições de trabalho. O sindicato dos trabalhadores disse que grevistas foram demitidos após as manifestações, violando o direito à greve garantido constitucionalmente. Em 2009, trabalhadores da Unidade Da Barra foram encontrados com ausência de registro em carteira, inclusive ausência de registro de entrada e saída dos trabalhadores, trabalho realizado aos domingos, ausência de licenças trabalhistas, irregularidades em

Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e banheiros sujos. Unidade Benálcool: Em junho de 2010 a Cosan foi obrigada a pagar 26.100,00 reais em multas por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Trabalhadores eram obrigados a trabalhar aos domingos e feriados. Unidade Univalem: em julho de 2010, a Cosan foi multada em 2 milhões e quinhentos mil reais por descumprimento de duas cláusulas da TAC assinada em 2007. O descumprimento ocorreu na unidade de Valparaíso. A Companhia foi obrigada a dar 11 horas de descanso entre dois dias de trabalho e a não estender os limites legais de um dia normal de trabalho. Entretanto, de acordo com inspetores, 65 empregados foram encontrados em situação irregular de jornada de trabalho. Estas irregularidades são relatadas anualmente, desde 2005, por isso o descumprimento do TAC. Unidade Serra: em 2009, a Cosan foi obrigada a pagar R\$ 200.000,00 por irregularidade nas condições de trabalho na cidade de Ibaté (SP). Unidade Mundial: em julho de 2008, foi notificada, por meio de intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, a presença de 53 empregados contratados por meio de “gatos” para fazerem o trabalho de plantio da cana-de-açúcar numa área de aproximadamente 16 alqueires no município de Murutinga do Sul/SP. Os trabalhadores se encontravam sem registro em carteira e demais equipamentos de proteção individual. Inicialmente a área foi arrendada pela empresa Cosan que, seguidamente, firmou contrato de terceirização para produção de cana. Nesse processo, a figura do terceiro é que contratou os respectivos “gatos” para arregimentação da mão-de-obra. Verificou-se a “quarteirização” dos trabalhadores, haja vista que se encontravam à mercê de um turmeiro, o qual sequer os trabalhadores sabiam identificar no momento da entrevista com a fiscalização. Em março de 2010, foi apresentado ao Ministério do Trabalho denúncias de irregularidades em três fazendas de produção canavieira voltada para empresa Cosan (Usina Gaza). Em tais propriedades, os fazendeiros arrendavam ou outorgavam em parceria terras para o Grupo Cosan realizar o plantio de cana, que seguidamente promovia contratos de subarrendamento e/ou subparceria a terceiros desconhecidos. Ao todo cerca de 350 trabalhadores estavam empregados na atividade de plantio e corte manual, aos quais faltavam o fornecimento de EPIs, de ferramentas, de assistência ambulatoria e primeiros socorros, além da precariedade das formas de transporte, barraca sanitária e água potável. Outro problema verificado diz respeito à extrapolação do horário de trabalho, mediado pela lógica da produtividade. **REPÓRTER BRASIL, 2012.**

A grande parte das violações ocorre na atividade produtiva de campo, principalmente no corte da cana de açúcar. Mas para além dessas violações do que está previsto na legislação brasileira, a atividade de trabalho dos cortadores de cana possui um aspecto estruturalmente degradante, determinado pela forma de pagamento historicamente adotada no setor. O pagamento dos cortadores de cana ocorre por volume de produção e não por hora trabalhada, o que provoca uma condição de competição permanente entre os trabalhadores e uma busca da superação dos limites físicos para atingir uma média de corte ou mesmo, superá-la. Daí decorre os casos de exaustão, com mortes de trabalhadores como já tratado nesse texto bem como a criação de um enorme contingente de trabalhadores completamente descartáveis para o capital, os quais passam a disputar um auxílio doença ou uma antecipação da aposentadoria permanente junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

A atividade do corte de cana tem sido alvo de constantes denúncias por parte de movimentos sociais e de organizações de defesa dos direitos humanos, por conta das violações cometidas pelo agronegócio. Por esse motivo e pela busca do aumento da produtividade, o corte da cana mecanizado tende a aumentar consideravelmente. Além disso, no estado de São Paulo, que é o maior produtor de cana do Brasil, existe uma determinação legal<sup>7</sup> de acabar com a queima da palha da cana e conseqüentemente com o corte manual até 2014 em áreas próprias e até 2017 em terrenos irregulares. O corte mecanizado no estado de São Paulo atingiu 87% da safra 2012/2013 (ANEXO C), com destaque para a tradicional região produtora de cana, Ribeirão Preto, onde a mecanização foi de 94% na safra deste ano.

O aumento da mecanização tem provocado um acentuado desemprego entre os cortadores de cana e as nem as usinas e nem o Estado tem se responsabilizado pela busca de alternativas de criação de novos postos de trabalho. No máximo oferecem cursos de qualificação para inserção no

---

<sup>7</sup> Lei 11.241/02 e o Protocolo Agroambiental assinado em 2007.

processo produtivo mecanizado, mas obviamente não há vagas para todos nessa nova configuração.

Por outro lado, é importante destacar que o corte mecanizado ainda convive na maioria das regiões com o corte manual e os efeitos dessa relação tem provocado índices de exploração ainda maiores para os trabalhadores.

(...) nas regiões onde prevalece o corte mecanizado, como no estado de São Paulo, pioram as condições de trabalho, pois os cortadores necessitam atingir uma cota de produtividade cada vez maior para garantir seu emprego. Além disso, as empresas utilizam a mecanização como chantagem para evitar que os cortadores reivindiquem melhorias de salário e condições de trabalho. **REPÓRTER BRASIL, 2012.**

A mecanização está presente em várias fases no processo produtivo da cana, inclusive no plantio, que é um trabalho feito basicamente por mulheres. Os impactos da mecanização no plantio são semelhantes aos já mencionados no processo do corte da cana: desemprego, aumento da pressão por produtividade e a competitividade constante, ditada pelo desempenho das outras trabalhadoras e pelo ritmo da máquina. O pagamento das mulheres, em geral é feito por uma combinação entre o valor fixo de uma diária, combinado a uma meta de produção. Uma pesquisa feita pela ONG (organização não governamental) Repórter Brasil em 2012, na Usina ao grupo Raízen, situada município de Andradina, identificou o valor de R\$19,00 (dezenove Reais) por uma diária, no entanto se a meta não for atingida, essa quantia não está assegurada. Na prática, vejamos o que ocorre:

Para cada trabalhadora é designada na primeira hora do dia uma área de plantio de aproximadamente 750 m<sup>2</sup>. Essa área é referente no campo ao total de 8 “ruas”, com espaçamento intercalado entre as mesmas de 90 cm e 150 cm, e comprimento de cada “rua” medido em cerca de 76 m. O pagamento referente ao plantio dessa área corresponde à cifra de R\$9,00. Se levarmos em consideração que o tempo médio para realização dessa tarefa é de cinco horas para cada trabalhadora, verificamos a extrema dificuldade em cumprir

até mesmo o mínimo exigido pela usina para o pagamento da diária.  
**REPÓRTER BRASIL, 2012.**

Portanto, o aumento da mecanização tem provocado um aprofundamento da exploração nas relações sociais do trabalho, gerando uma superexploração. Note-se que estamos debatendo sobre o elo da cadeia do agronegócio tido como moderno, o que faz cair por terra o mito de que as relações arcaicas do setor estariam somente no velho latifúndio.

A cana de açúcar da Raízen é produzida tanto em terras próprias quanto em outras áreas anexadas através de parcerias ou arrendamentos. Somadas às terras próprias já adquiridas, outras propriedades estão sendo incorporadas, através da atuação da empresa do grupo que atua no mercado de terras – Radar Propriedades Agrícolas.

Além das parcerias e arrendamentos, também ocorre a terceirização da produção, ou seja, a Raízen compra a produção de fornecedores. Constantemente a existência dos terceirizados é utilizada para a empresa se eximir de qualquer responsabilidade sobre as relações sociais e de trabalho que ocorrem nos campos de produção. No entanto, na maioria dos contratos com os fornecedores, existem regras e obrigações, tais como: o fornecedor deve vender a cana exclusivamente para a Raízen, ou ainda, se o fornecedor não atingir a qualidade necessária dentro do padrão produtivo exigido pela Raízen, a mesma pode assumir temporariamente a posse da área e a condução do processo de produção.

Na questão ambiental, também existem vários pontos contraditórios que cercam o grupo Raízen. Como já foi apresentado anteriormente, o setor sucroenergético se propõe a produzir uma energia limpa e renovável, que se contraponha às energias de origem fóssil, incorporando o discurso da responsabilidade ambiental. No entanto, na base do processo produtivo, na industrialização de seus produtos e na distribuição das mercadorias, é possível encontrar pontos que contradizem a aparente proposta ambiental da empresa. Apresentaremos a seguir alguns desses pontos, no sentido de exemplificar o que foi dito.



No processo produtivo, vários são os problemas ambientais: a monocultura, o uso intensivo de agrotóxicos, a emissão de dióxido de carbono com a queima da palha da cana, poluição do ar, despejo do vinhoto, violações à legislação ambiental não respeitando áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente, degradação do solo, apropriação dos recursos naturais etc. Entre esses pontos vale destacar a ação provocada pelo despejo do vinhoto: a cada dez litros de etanol são gerados de dez a dezoito litros de vinhoto e parte dele é devolvido para as lavouras de cana como fertilizante. No entanto o vinhoto é extremamente nocivo, pois chega a ser cem vezes mais poluente que o esgoto doméstico e sua temperatura pode chegar a oitenta graus centígrados provocando problemas no solo, além de poluir lençóis freáticos e aquíferos.

Essas práticas de danos ambientais marcam a trajetória da Cosan, antes mesmo da criação da Raízen, mas com a fusão o passivo também é incorporado e a tendência é que não haja mudanças significativas, apesar do discurso de sustentabilidade.

Em relação à Shell, a empresa entrou no ramo dos agrocombustíveis, tal como fez outras petroleiras: a BP (British Petroleum) e a Petrobrás. No negócio com a Cosan, a Shell também entrou com um passivo que envolve a questão ambiental e mais que isso, a vida de pessoas.

### **A contaminação da Shell no bairro Recanto dos Pássaros em Paulínia/SP e na Vila Carioca em São Paulo/SP**

Entre 1977 e 1995, oitocentos e quarenta e quatro trabalhadores da Shell e duzentos e vinte moradores de sessenta e seis chácaras do bairro Recanto dos Pássaros, no município de Paulínia/SP, foram expostos a contaminação por organoclorados Aldrin, Endrin e Dieldrin. Além da contaminação do lençol freático próximo ao rio Atibaia, que serve como importante manancial de abastecimento de água para cerca de dois milhões de moradores na Região de Campinas. Esses produtos químicos, utilizados como agrotóxicos, são considerados altamente tóxicos e tem efeito bioacumulativo no

organismo humano. Segundo o Sindicato dos Químicos Unificado, tais produtos foram incluídos na lista dos 12 poluentes orgânicos persistentes (POPs) a serem banidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A tragédia da contaminação veio a público em 1984 quando a Shell negociava a venda dessa sua planta industrial para a Cyanamid Química, sendo obrigada a realizar uma perícia técnica sobre os impactos ambientais provocados pela atuação da empresa. O laudo da perícia revelou ter ocorrido contaminação no lençol freático devido à rachadura encontrada em piscina de contenção de resíduos.

A empresa procurou o Ministério Público e foi elaborado um Termo de Ajustamento de Conduta, no qual ela foi responsabilizada pela construção de uma estação de tratamento de toda a água que passa debaixo da área atingida e entorno. O fato teve repercussão nacional, causando muita revolta e indignação entre os trabalhadores e os moradores da região. Atualmente, a antiga planta da Shell pertence à Basf, que adquiriu a comprou da Cyanamid no ano de 2000.

Os nove anos na Shell (1979-1988) tiveram consequências trágicas na vida de Benedita Mary Andrade, ex-coordenadora de serviços gerais. Em 20 de abril de 1990, nasceu com paralisia cerebral seu filho Leonardo, hoje com 21 anos.

— Ele teve má-formação na quarta e quinta semanas devido a problemas de contaminação ambiental — conta Mary, que é professora de artes de uma escola em Campinas e briga na Justiça para receber ajuda da empresa para custear o tratamento de Leonardo.

— Não resolve (a indenização), mas vou poder pagar um convênio. Preciso garantir o futuro dele. Saber que o problema dele foi por causa do meu trabalho, é doloroso. **JORNAL O GLOBO, 2012.**

Em 2001, a Justiça de Paulínia determinou que a Shell removesse os moradores de 66 chácaras do Recanto dos Pássaros, bem como assegurasse os tratamentos médicos e o atendimento necessário. No entanto, os

depoimentos de moradores revelam o real impacto na vida das famílias afetadas:

A Shell Química, na década de 70, veio para o Brasil, em especial no meu portão, onde construiu uma fábrica onde manipulava DRIN'S e outros organoclorados, que são agrotóxicos PROIBIDOS desde antes de 1970, nos Estados Unidos e em Países desenvolvidos. Ela veio produzir isso aqui e mesmo sabendo de todos os perigos a que ela expunha as pessoas e o meio ambiente, não tomou precaução nenhuma, cuidado nenhum!!... e nem as autoridades "competentes" do Município ou do Estado se preocuparam em fiscalizar ou coisa parecida. Logo que a empresa começou funcionar já começaram os problemas para quem já morava no local! só que nós não sabíamos o que ela fabricava ali! A fumaça do incinerador, que descia ainda com brasas, sobre nossa casa, nós chamávamos de vagalumes vermelhos, a gente não sabia o que era!!! A fumaça branca, de um outro chaminé, com cheiro, ruim, pesado, que ardia os olhos, sufocava e fazia vomitar, que o vento trazia pelo lado direito da nossa casa, a gente não sabia que era veneno!!!! A GENTE NÃO SABIA NADA! Hoje a gente já sabe! e posso até fazer uma ligação entre o que meus filhos passaram e o que faziam no local!! Aquela fumaça, aqueles detritos era o que fazia mal pra gente!!!! A SHELL SABIA O QUE FAZIA, SEMPRE SOUBE!!! MAS NUNCA SE PREOCUPOU CONOSCO!! Nem quando soube que o tanque de decantação de veneno dela rachou e vazou para o lençol freático contaminando nossa água, que passou ter gosto e cheiro de remédio, de veneno, sei lá. Começamos sentir gosto e cheiro na água + ou - em 1986/87. As pessoas que nos visitavam sentiam mais. Depois de 1990 o gosto e o cheiro pioraram, lembro que eu enchia a caixa d'água à noite para conseguir usar de manhã, pois na hora que ela subia do poço o cheiro era tão forte, que dava até ânsia de vômito, não dava para beber. Pergunte por que eu continuava usando e eu respondo:- PORQUE NUNCA PENSEI QUE FOSSE POSSÍVEL A SHELL SE OMITIR E PERMITIR QUE SERES HUMANOS FOSSEM ENVENENADOS, COMO SE FOSSEM MENOS QUE AMEBAS!!!!!! Eu confiava na Shell!!! Eu confiava no ser "HUMANO"(?)!!! eu não achava que era possível existir gente(?) que permitisse isso, conscientemente!!! e a Shell era consciente do que fazia! ELA SABIA O QUE ERAM ORGANOCORADOS, DRIN'S E ETC. QUE ELA

MANIPULAVA E INCINERAVA LÁ!!!! EU NÃO!!!! EU APENAS ERA FELIZ ALI, CONFIANDO E ACREDITANDO EM QUEM TINHA VINDO PARA TRAZER O "PROGRESSO"!!!!!! Eu achava que se aquilo fizesse mal a Shell avisaria! Muitas pessoas chegaram me falar que aqueles produtos eram "acumulativos" ou cumulativos, sei lá, e iriam causar doenças futuramente, mas eu não me preocupava, eu confiava na Shell !!! Hoje, recordando tudo que karlzinho sofreu eu me revolto. Lembro que ele só dormia, por algumas horas, em cima da minha barriga, com a cabecinha entre meus seios, ouvindo as batidas do meu coração que acompanhavam a canção que eu cantava; lembro que cantava "Asa Branca" e por não saber a letra toda, boa parte ia no "larirarai" mesmo!! e eu chorava, feliz e cantando ao sentir que ele estava tranquilo, dormindo no meu peito. Até poucos meses antes do Kaká nascer ele dormia em cima da minha barriga! Hoje, morando num hotel, sendo alvo de discriminações, humilhações e etc., tentamos sobreviver de cabeça erguida, pois até de oportunistas somos chamados! Acabaram com a nossa vida, com a nossa casa, com a nossa autonomia, com os nossos sonhos, anseios e planos... destruíram tudo que foi construído e vivido com amor e dedicação e ainda nos humilham!!!! Tiraram nosso chão, roubaram nossa paz, arrebutaram nossos corações e ainda pisam nos cacos que ainda restaram!!! Com relação à nossa saúde (da minha família) a única coisa que posso dizer é que tem "alguma coisa errada" conosco, só que não posso dizer nada, não sou médica. **BLOG CASO SHELL, 2006.**

A Shell admite o uso de substâncias nocivas na fábrica de pesticidas e reconhece ter contaminado o meio ambiente. No entanto, apresenta resistência em admitir a contaminação nos seres humanos. Em 2005 o Ministério da Saúde apresentou um relatório sobre o caso, revelando que, além dos moradores das chácaras nos arredores das fábricas, todos os trabalhadores foram diretamente expostos – na produção, no armazenamento e no transporte – a vários agentes que afetam a função sexual, a ação imunológica e neurológica e induzem a tumores malignos nas mamas, testículos e próstata.

Dona Jandira Janasco, que nunca trabalhou na Shell, teve de retirar a mama esquerda. Ela sempre lavou à mão as roupas com que o marido, Nivaldo, ia trabalhar. Aos 58 anos, ele tem linfoma linfoblástico, câncer que atinge os

gânglios linfáticos, responsáveis pelo sistema de defesa natural do organismo. Conforme o Inca, esses tumores estão ligados a pesticidas, solventes e fertilizantes; e a contaminação da água pelo nitrato presente em fertilizantes pode aumentar os riscos para a doença. “Já levanto tomando remédio”, diz Nivaldo, que faz quimioterapia. **REVISTA DO BRASIL, 2012.**

Em 2010, a 2ª Vara do Trabalho de Paulínia determinou que a Shell e a Basf teriam que de custear totalmente as despesas médicas, laboratoriais e hospitalares dos ex-funcionários e de seus parentes, além de terceirizados que prestaram serviços à fábrica. As empresas recorreram ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) para reverter a decisão. Em 2012, o TST determinou a suspensão do pagamento de R\$ 1 bilhão (um bilhão de Reais) aos antigos trabalhadores das empresas. Até o momento 61 (sessenta e uma) pessoas morreram em decorrência das contaminações, a maioria delas, por terem desenvolvido algum tipo de câncer.

Após inúmeras audiências de conciliação no TST (Tribunal Superior do Trabalho) com todas as partes envolvidas, os ex trabalhadores da Shell analisaram as propostas de acordo com a empresa e aprovaram os seguintes termos:

- A Shell/Basf pagarão, conjuntamente, R\$ 200 milhões a título de danos coletivos. Destes, R\$ 50 milhões serão destinados para a construção de uma maternidade em Paulínia. O restante será pago em cinco parcelas anuais no valor de R\$ 30 milhões, sendo 50% de cada parcela destinados à Fundacentro e 50% ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) em Campinas. As parcelas começarão a ser pagas em janeiro de 2014.
- Pagamento ao conjunto dos trabalhadores de 70% do valor a ser definido em cálculo judicial, com juros e correção monetária. Esse valor será encontrado a partir de uma equação individual que levará em conta o tempo trabalhado nas duas multinacionais mais o período em que os ex trabalhadores e dependentes habilitados ficaram descobertos em relação à saúde.

- A Shell e a Basf reconhecem o total de 1.068 trabalhadores atingidos, conforme cadastro realizado e apresentado pela Atesq e pelo Unificados. Outros 76 ex trabalhadores que entraram com ações judiciais individuais podem aderir a este acordo, caso desistam do processo que movem em nome próprio.
- Assistência médica vitalícia a estes 1.068 trabalhadores. **SINDICATO QUÍMICOS UNIFICADOS, 2013.**

O acordo representa uma vitória parcial para os trabalhadores envolvidos, mas não anula o enorme prejuízo causado para esses seres humanos e para o meio ambiente. Em relação aos moradores das chácaras do bairro Recanto dos Pássaros que foram removidos para hotéis, ainda permanece o impasse e, portanto o caso não está encerrado. O fato de sessenta e uma pessoas já ter morrido em decorrência da contaminação e outras tantas que poderão vir a óbito pelo efeito bioacumulativo dos agrotóxicos e das demais substâncias químicas envolvidas, colocam em evidência a perversidade do sistema do capital.

Caso semelhante de contaminação, envolvendo a empresa Shell, ocorreu na Vila Carioca na cidade de São Paulo / SP:

Uma área equivalente a pelo menos 25 campos de futebol na Vila Carioca foi contaminada por borras tóxicas enterradas na década de 70 pela Shell. As borras são o resultado da lavagem dos tanques de combustíveis. Após a lavagem, a sujeira era enterrada ao lado dos tanques o que na época era permitido por lei. Essas borras, entretanto, penetraram no solo e se espalharam pela área, contaminando a terra e os lençóis freáticos com metais pesados e derivados de petróleo, como o benzeno. Além disso, a Shell Química, anexa à base de combustíveis, é acusada de ter poluído o solo com restos de pesticidas. **BLOG ZONA DE RISCO, 2012.**

A Vila Carioca está situada numa região marcada pela presença de indústrias altamente poluidoras, principalmente do setor petroquímico: fábricas

de tinta, peças de automóveis, recapagem de pneus, indústrias de alumínio, cobre, ferro e aço, refinarias químicas e de combustíveis, entre outras.

Segundo dados da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) existem no local: noventa e nove indústrias, mais de duzentos e vinte estabelecimentos comerciais e quase mil e quinhentas casas com água encanada, além de inúmeros barracos concentrados em favelas. O Ministério Público Estadual estima que existam no bairro, cerca de trinta mil moradores.

Durante o processo de avaliação da contaminação, as empresas contratadas pela Shell para fazer o estudo identificaram também altas concentrações de pesticidas como aldrin, dieldrin e isodrin, que intoxicam o sistema neurológico. Em 2002, a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, confirmou que foi constatada a contaminação das águas subterrâneas da região por benzeno, tolueno, xileno, etilbenzeno, chumbo e outros metais pesados (substâncias tóxicas, com propriedades cancerígenas e que causam danos à saúde mesmo em concentrações baixas).

Um estudo da Secretaria Municipal de Saúde em 2005 revelou que a taxa de mortalidade na Vila Carioca é 78,2% maior do que a de outro bairro da cidade com as mesmas proporções.

O caso de contaminação da planta da Shell em Paulínia/SP no bairro Recanto dos Pássaros e da base da empresa na Vila Carioca em São Paulo/SP trazem à tona a real face do capital: a supervalorização do lucro em detrimento da vida. E a resistência e o enfrentamento à esse modelo de reprodução do capital tem sido gestado no interior dos movimentos sociais. Nessa direção, analisaremos a seguir qual tem sido a reflexão e a ação política das mulheres da Via Campesina.

### **III. O sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina**

#### **1. Reforma Agrária Popular e a articulação entre as Organizações do campo**

Para compreender o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina, que tem se expressado através das ações políticas do Dia Internacional das Mulheres, faz-se necessário uma contextualização sobre a percepção dos movimentos sociais do campo diante de um cenário marcado pela hegemonia do agronegócio.

A perspectiva política do projeto do agronegócio tem impactado diretamente os movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra e pela realização da Reforma Agrária. Tais impactos atingem os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem terra, os assentados e as assentadas, as comunidades indígenas, as comunidades tradicionais e quilombolas, os pescadores artesanais, os atingidos e as atingidas por barragens, os pequenos agricultores e as pequenas agricultoras, as comunidades extrativistas, os assalariados e as assalariadas rurais, bem como o proletariado do agronegócio, em geral.

Como já vimos anteriormente, a atuação do capital no campo, tem assumido formas desastrosas no que diz respeito ao meio ambiente, ao trabalho e à dimensão da sociabilidade camponesa.

A ofensiva do capital tem levado a luta por Reforma Agrária para um patamar de enfrentamento de classe. Há uma mudança significativa no caráter da luta pela terra e por mudanças estruturais no campo. Os movimentos sociais, que até então, se defrontavam com as forças do latifúndio e seus métodos agressivos, mas previsíveis, estão diante de um novo cenário. O agronegócio preserva elementos fundamentais do latifúndio, mas consolida uma aliança entre diferentes frentes do capital: o capital financeiro e os bancos, os grandes proprietários de terra, as empresas transnacionais que controlam insumos, os preços e o comércio das mercadorias, a mídia burguesa e o aparato de Estado.



Mas para os movimentos sociais do campo não está posto somente o caminho do enfrentamento ao capital. Outra possibilidade é a de integração ao modelo, mesmo que de forma extremamente subordinada, criando uma espécie de *agronegocinho*.

A tentativa de integração dos movimentos sociais ao agronegócio tem sido feita em grande medida através das diferentes táticas de cooptação. Isso não é novo, mas na configuração atual, os métodos mais utilizados, são sutis e refinados, o que provoca muita confusão de caráter ideológico. Mas trilhar esse caminho recoloca um dilema para os movimentos: a integração necessariamente significa negociar a garantia de ganhos pontuais, tendo como moeda de troca a bandeira das mudanças estruturais, entre elas, a Reforma Agrária.

A questão se torna ainda mais complexa se analisarmos que na base social desses movimentos existe uma pressão objetiva por uma pauta econômica represada. O que move a base social dos movimentos sociais são necessidades concretas sem necessariamente manter a vinculação com uma dimensão política transformadora. Essas questões precisam ser consideradas para analisar a atuação e a perspectiva de projeção dos movimentos sociais.

Nesse sentido, é importante destacar o movimento em torno da construção unitária de ações em torno das Organizações Sociais do Campo. Historicamente os camponeses e as camponesas se organizaram de forma unitária na década de 1960 e a expressão maior dessa articulação foi materializada na realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária, no ano de 1961, em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Essa unidade e força política levaram o governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte de suas reformas de base, contrariando os interesses das elites e transformando-se num dos elementos que levou ao golpe de 1964. Os governos golpistas perseguiram, torturaram, aprisionaram e assassinaram lideranças, mas não destruíram o sonho, nem as lutas camponesas por um pedaço de chão. **MST, 2012.**

Depois de um longo período de luta e resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e da construção de instrumentos organizativos específicos, foram criadas as condições para a realização de uma nova articulação entre os movimentos do campo.

Após cinquenta e um anos, ocorreu em agosto de 2012 em Brasília, o Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

Com a participação de cerca de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras, o Encontro reuniu as principais forças políticas existentes no campo. Os debates a partir da realidade que cada movimento vem enfrentando, foram sintetizados numa declaração conjunta (ANEXO D) que aponta para um plano de lutas unitário. No Encontro, as Organizações se comprometeram a dar continuidade nessa articulação unitária e a consolidar processos de enfrentamento ao agronegócio, numa perspectiva de atuação como classe trabalhadora.

*(Nos comprometemos) a construir e fortalecer alianças entre sujeitos do campo e da cidade, em nível nacional e internacional, em estratégias de classe contra o capital e em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável. MST, 2012.*

A retomada da articulação em torno das Organizações do campo no Brasil, pode significar uma retomada histórica de ofensiva ao agronegócio e reafirmação da perspectiva da Reforma Agrária e de transformação social. Por enquanto essa articulação tem um potencial mobilizador, mas ainda é necessário um amadurecimento das relações sociais entre essas Organizações para que o sentido unitário se dê nos debates e principalmente nas lutas efetivas. E essa unidade não pode ter o sentido de pensamento único, ao contrário, deve abarcar as diferenças que cada Organização carrega e do movimento contraditório da luta de classes.

Outra articulação entre os camponeses e as camponesas, tem se dado através da consolidação da Via Campesina, que tem atuação em nível internacional com presença em todos os continentes. A Via Campesina do Brasil congrega movimentos sociais de expressão tais como o MST, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

A Via Campesina também tem participado e ajudado a fortalecer a construção da articulação unitária no campo, buscando consolidar relações com os outros Movimentos e Organizações existentes.

Na articulação em torno da Via Campesina, é possível notar maior coesão em torno da concepção de projeto de campo. Além disso, ao longo de sua trajetória, a Via Campesina tem travado importantes lutas conjuntas envolvendo as bases sociais dos Movimentos que a compõem.

Do ponto de vista de sua concepção, é importante destacar os elementos contidos em sua plataforma política, que representa o Programa da Via Campesina (ANEXO E). Vejamos alguns pontos que são defendidos por essa articulação:

Um programa agrícola e hídrico, que priorize a soberania alimentar de nosso país, com estímulo à produção de alimentos saudáveis, à diversificação da agricultura, à reforma agrária (com ampla democratização da propriedade da terra), à distribuição de renda e fixação das pessoas no meio rural brasileiro. Impedir a concentração da propriedade privada da terra, das florestas e da água, e fazer uma ampla distribuição das maiores fazendas, instituindo um limite de tamanho máximo da propriedade de bens da natureza. **VIA CAMPESINA, 2010.**

O MST integra a Via Campesina e tem ajudado a construir a articulação entre as diferentes forças que estavam presentes no Encontro Unitário realizado em Brasília. O MST completa trinta anos em 2014 e ao longo dessa trajetória foi reformulando seu programa e suas formas organizativas e de luta,

pautado pelas contradições de um campo que se transformou para conservar a concentração das terras e da riqueza.

O atual Programa Agrário do MST (ANEXO F) foi definido no seu V Congresso, que ocorreu em 2007, em Brasília. O componente central desse Programa, é a defesa de uma Reforma Agrária Popular e a reflexão que culminou nessa proposição, aponta para um esgotamento da Reforma Agrária do tipo clássica.

O tema da Reforma Agrária como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo já foi abordada nesse texto. Vimos como a proposta de mudanças estruturais no campo sobre a base da Reforma Agrária tem sido superada pelas mudanças de caráter conservador do agronegócio. Ou seja, o capitalismo no Brasil não precisou fazer uma Reforma Agrária, tal como realizada em outros países, para garantir seu pleno desenvolvimento. Na reflexão do MST, o esgotamento da possibilidade de uma Reforma Agrária do tipo clássica constrói um cenário com duas alternativas: a não realização efetiva da Reforma Agrária ou resignificação do Programa em torno dela.

O esforço contido no Programa de Reforma Agrária Popular vai nessa direção, combinado aos elementos de alteração estrutural da sociedade. Mas não basta ter isso claro somente no âmbito dos movimentos sociais do campo, é necessário agregar outros sujeitos da sociedade, especialmente da classe trabalhadora para se somar ao projeto..

O conteúdo do Programa de Reforma Agrária Popular traz componentes de uma luta de caráter anti sistêmico. Não existe correlação de forças na atualidade para uma efetivação do Programa, mas para atingir esse objetivo o MST tem se lançado em tarefas organizativas e políticas que ocorrem numa intensa contradição entre avançar ou retroceder, presente como um dilema insistente no curso histórico das Organizações. Nesse sentido um dos maiores desafios que os movimentos sociais tem enfrentado é o de fazer a vinculação necessária entre a luta econômica e a luta política.

Estamos diante de um quadro que coloca ao MST o desafio (trans) histórico de enfrentar crônicos problemas do prussianismo colonial brasileiro – entre os

quais se destaca a forte concentração da propriedade da terra (habilmente transformada pelo capital na mina de ouro do agronegócio) e lidar diretamente com alguns dos mais graves sintomas sociais da atualidade, personificados na militância atingida pelo *desemprego estrutural*. Nessa medida, acredita-se que o MST, tanto quanto inúmeros outros movimentos sociais de massas que eclodem na América Latina, venham cobrar velhas dívidas específicas da constituição do capitalismo neste *cantinho do mundo* ao mesmo tempo em que procuram responder às suas contradições mais contemporâneas. O desafio está na predisposição, nas condições potenciais e possibilidades para superá-las radicalmente. **PINASSI, 2008.**

Diante da complexidade dos desafios que tem se defrontado, o MST se prepara para a realização do seu VI Congresso, no qual definirá os rumos políticos da Organização para o próximo período histórico. Para tal, elencou alguns temas estruturais que tem norteado o debate entre sua base social de famílias acampadas e assentadas e suas diferentes instâncias organizadas em nível local, estadual e nacional. Os temas são os seguintes: o capitalismo no campo, a sociedade brasileira, a relação do Movimento com o Estado e os Governos, política de alianças, a estratégia e as táticas, a Reforma Agrária Popular e a trajetória e as perspectivas de projeção do MST.

## **2. Reforma Agrária e o dia internacional das mulheres**

A partir de março de 2006, as mulheres do MST lançaram-se, em conjunto com a Via Campesina, na construção de uma resposta à realidade objetiva da luta por Reforma Agrária. Durante a realização do encontro internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), para discutir a Reforma Agrária e o desenvolvimento rural, que ocorreu em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, as mulheres protagonizaram uma ação política fundamental no enfrentamento às transnacionais. Cerca de duas mil mulheres, militantes das várias organizações que compõem a Via

Campesina no Brasil, ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul.

O ato de enfrentar uma transnacional tão gigantesca, de violar seus domínios e destruir uma respeitável quantidade de mudas transgênicas prontas para o plantio foi o modo extremo que encontraram para protestar contra as graves consequências socioambientais provocadas pelo imenso Deserto Verde, uma imperativa especialidade da empresa escolhida: o monocultivo do eucalipto destinado à produção de celulose em larga escala. O ato, enfim, praticado por mulheres trabalhadoras em defesa do meio ambiente e *contra o capital*, transformou a data numa jornada internacional de luta das mulheres contra toda e qualquer forma de exploração. Em função desse processo de luta, as mulheres do movimento criaram a Articulação Deserto Verde. **PINASSI, 2008.**

A ação foi alvo de contundentes críticas deflagradas por uma parcela da academia que considerou a ação um ataque à ciência e por parte da mídia burguesa, com forte repercussão internacional:

Mil e duzentos integrantes do MST e da Via Campesina, a maioria mulheres, invadiram o horto florestal da empresa Aracruz Celulose. (...) rasgaram as estufas e fizeram questão de arrancar com as mãos as mudas dos viveiros. A ação durou meia hora. (...) Os sem-terra também atacaram o laboratório da empresa. Eles quebraram equipamentos e espalharam pelo chão, 500 quilos de sementes, que estavam separadas em envelopes. O trabalho de melhoramento das espécies foi perdido, porque as informações ficaram misturadas. Segundo a empresa o prejuízo é de US\$ 400 mil. **O GLOBO, 2006.**

As ações do Dia Internacional das Mulheres (ANEXO G) tem sido uma das expressões de um intenso processo de reflexão acerca das transformações ocorridas no campo brasileiro, da materialidade da luta por

Reforma Agrária, da crise e fragmentação da esquerda em torno do seu projeto estratégico e da gênese, trajetória e posicionamento político do MST.

A partir deste marco da ação contra a empresa Aracruz, as mulheres da Via Campesina foram rompendo o silêncio dos monocultivos de eucalipto, dos canaviais, dos cultivos transgênicos, dos agrotóxicos, da indústria da seca, da extração mineral, do cercamento das águas e da paralisia da Reforma Agrária.

Vejamos algumas reflexões das mulheres que participaram da ação contra a Aracruz e o sentido da Reforma Agrária e do projeto societário que elas trazem:

“O 8 de março de 2006 representou a afirmação e a construção de um feminismo proletário contra o capital. Porque até o momento, o feminismo era muito vinculado à classe média, às demandas que são importantes para as mulheres, mas até então não tínhamos uma ação mais concreta de enfrentamento com o capital,” explica Claudia Teixeira, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). **MST, 2011.**

“Chegamos no momento de dizer que neste modelo de sociedade, nem homens nem mulheres têm vida. Também teve uma repercussão grande nos movimentos, pois as mulheres assumiram todas as instâncias da preparação do ato. Isso representou um empoderamento interno muito importante”, avalia Sarai Brixner, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). **MST, 2011.**

“Significou, então, um marco histórico para nós enquanto movimento social de luta das mulheres. Além disso, a ação revelou toda uma discussão sobre monocultura, transgenia e contaminação do meio ambiente com a produção de pasta de celulose,” afirma Rosieli Lüdtkke, do MPA. **MST, 2011.**

“Essa ação nos projetou enquanto referência política de luta de classe. Nós temos que responder a altura e isso ultrapassa as pautas dos movimentos”, explica Ana Hanauer, do MST. **MST, 2011.**

“As mulheres se identificaram, pois a ação bateu forte na questão do monocultivo, na questão ambiental e na questão do capital. Isso fortaleceu muito os movimentos que participaram da luta”, diz Elci da Paz, do MMC. **MST, 2011.**

“Aquela ação mostrou que as mulheres pobres que se movimentavam ali não se sentiam incluídas neste poder, na medida em que denunciavam que o governo Lula liberou os transgênicos e flexibilizou as leis ambientais. Então é uma ação que também chocou por questionar essa via de fazer a luta”, explica Ivanete Tonin, do MST. **MST, 2011.**

“Uma parcela importante da sociedade entendeu que as mulheres destruíram aquilo que viria a destruir a terra, secar os rios e causar uma série de problemas, inclusive para a saúde”, avalia Neiva Vivian, do MST. **MST, 2011.**

“Nós mulheres não temos nada a perder. E esse gesto de radicalidade é compreensível a partir do momento em que as mulheres dizem que só o socialismo que resolve o problema das mulheres. Não é possível remediar em nenhum aspecto. Não tem reforma, não tem ação governamental que amenize a condição de opressão da mulher na sociedade em que a gente vive”, sintetiza Ana Hanauer, do MST. **MST, 2011.**

As ações desenvolvidas, pelas mulheres da Via Campesina, têm como característica fundamental a denúncia daquilo que denominam “modelo de desenvolvimento do campo” e não propriamente um caráter reivindicativo de arrecadação da área ocupada em si, para fins de Reforma Agrária.



O conjunto destas ações pode evidenciar uma mudança na trajetória de como os movimentos sociais historicamente organizam-se para apresentar suas demandas para a sociedade e para o Estado.

No caso do MST, desde sua formação, está presente uma característica reivindicativa marcante, no que diz respeito ao questionamento da existência dos latifúndios, a apresentação da demanda social de famílias sem terra e a pressão pelo atendimento de sua pauta: criação dos assentamentos e a implantação de uma ampla política de Reforma Agrária. Como já vimos anteriormente, essa configuração sofreu alterações significativas devido às mudanças ocorridas no campo e pelo estabelecimento do agronegócio como projeto hegemônico. Ou seja, as formas tradicionais de luta acumuladas pelos Movimentos Sociais do campo, por mais valor histórico que tenham, são incapazes de enfrentar a grandiosidade da aliança do capital, materializado no agronegócio.

Evidentemente, o caráter de denúncia das ações descritas, parece não substituir o caráter reivindicativo presente historicamente na trajetória dos movimentos sociais. E nem ao contrário, afirmar que em sua gênese reivindicativa, os movimentos sociais também não tenham incorporado os aspectos relacionados à denúncia do modelo agrícola como um todo. No entanto, destaca-se a ênfase dada a um aspecto ou outro e o que isso pode revelar.

Claro está que a Reforma Agrária, concebida como uma política de mudanças estruturais é inconciliável com o agronegócio. Na tentativa de conciliação de projetos, tende a prevalecer aquele que tem força hegemônica, no caso, o agronegócio. Nesse trabalho foram abordadas as principais características do agronegócio e suas contradições para a humanidade; nessa abordagem o grupo Raízen foi escolhido por ser um expoente importante do setor e também por estar no centro das contradições de uma das ações das mulheres da Via Campesina, ainda antes da fusão entre a Cosan e a Shell.

Na semana do Dia Internacional das Mulheres do ano de 2009, cerca de seiscentas integrantes do MST e da Via Campesina ocuparam uma área

agrícola com plantio de cana de açúcar pertencente à Usina Cosan, no município de Barra Bonita – estado de São Paulo:

Cerca de 600 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e La Via Campesina, realizou ontem (dia 9/3) a ocupação da Fazenda Santa Luiza, área do grupo Cosan, em Barra Bonita. (...) Como justificativa para a invasão, o movimento explica que o grupo Cosan explora uma área duas vezes maior que o total de hectares destinados para a reforma agrária no Estado de São Paulo: 605 mil hectares pelo grupo, contra apenas 300 mil para as 15 mil famílias em assentamentos estaduais e federais. **RECCHIA, 2009.**

Nessa ação (ANEXO H), as mulheres ocuparam a área, cortaram a cana de açúcar para montar os barracos de lona, construíram espaços de formação política e discussão sobre gênero e classe, organizaram o espaço e as condições para fazer a sua alimentação, as reuniões, as assembleias e a Ciranda Infantil. Três dias depois tiveram que deixar a área por força de uma liminar de reintegração de posse expedida pela justiça local. Ao saírem da fazenda, organizaram uma marcha até o portão de entrada da Usina Cosan, que estava fechado por um cordão humano de policiais que empunhavam cassetetes e ostentavam armas na cintura. A marcha das mulheres se posicionou em frente aos policiais e sob palavras de ordem que denunciavam a Cosan e o agronegócio, foram jogando a cana arrancada no chão, como símbolo de um campo dominado pelo capital que não serve aos povos. Ali fizeram intervenções a fim de divulgar os motivos da ação contra a Cosan: trabalho escravo, superexploração do trabalho, degradação ambiental etc. Além dos policiais e da imprensa, as mulheres sem terra foram ouvidas por um potencial aliado – os trabalhadores e as trabalhadoras da Usina. Eles se amontoaram nos alambrados e ali ficaram observando o movimento daquelas mulheres, suas falas, seus lenços de chita nas cabeças, os chapéus de palha, a roupa colorida e o jeito firme e alegre de fazer a luta. A cada denúncia anunciada, os trabalhadores da Usina conversavam entre si; mas quando uma representante do MST falou das mortes dos trabalhadores no corte da cana por

exaustão, um trabalhador balançou a cabeça discretamente em sinal de acordo. O podão em suas mãos revelava que ele próprio sabia bem do que as mulheres da Via Campesina estavam falando.

A ação fez parte de um conjunto de mobilizações organizadas pelas mulheres da Via Campesina no mesmo período e amplamente divulgadas pela imprensa.

Trabalhadoras rurais ligadas ao MST e à Via Campesina protestaram com ocupações de empresas nesta segunda-feira contra o agronegócio e as grandes empresas exportadoras de produtos agrícolas e em defesa da reforma agrária. Apenas mulheres e crianças participaram dos atos, como parte do Dia Internacional da Mulher, no domingo. Pelo menos quatro grandes companhias foram ocupadas temporariamente: a Votorantim Celulose e Papel (VCP), uma usina de açúcar da Cosan e outra da Cruangi, além do porto de exportações da Aracruz Celulose. A sede do Ministério da Agricultura também fez parte da lista. **AGÊNCIA REUTERS, 2009.**

Depois de 2006, todo o 8 de março foi marcado por ações contundentes protagonizadas pelas mulheres, como as que ocorreram na Jornada de Lutas de 2013 que teve o seguinte lema - Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela soberania dos povos:

**Distrito Federal:** (...) cerca de mil Sem Terra que estão acampadas desde 05 de março de 2013 no acampamento batizado de Hugo Chávez, em Brasília, ocuparam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As camponesas cobram a priorização da Reforma Agrária enquanto política agrícola para o país e denunciam o modelo do agronegócio, que segundo elas, utiliza-se de trabalho escravo, enormes quantidades de agrotóxicos, expulsa o trabalhador do campo e não produz alimentos para o povo brasileiro. (...) as camponesas marcharam junto com outros 50 mil trabalhadores e trabalhadoras de seis centrais sindicais no Distrito Federal, em que uma das principais pautas unitárias é a realização da Reforma Agrária. À tarde, as camponesas promoveram um ato na embaixada da

Venezuela, em homenagem à memória do presidente Hugo Chávez e em solidariedade ao povo venezuelano.

**Tocantins:** no município de Aliança (TO), cerca de 500 mulheres do MST ocuparam na manhã desta quinta-feira (7) a fazenda Aliança, de propriedade da ruralista Kátia Abreu (PSD-TO), para denunciar os passivos ambientais da área. A fazenda foi embargada em duas situações – 2011 e 2012 – pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) de Tocantins por desmatamento e derrubamento de árvores e demais formas de vegetação natural em área considerada de preservação permanente. As mulheres também interditaram a rodovia Belém – Brasília.

**Pernambuco:** nesta sexta-feira (8), cerca de 400 trabalhadoras rurais do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ocuparam a Usina Maravilha, no município de Condado. A Usina Maravilha, pertencente ao Grupo Andrade Queiroz, um dos maiores concentradores de terras do estado. Sem operar desde a década de 1990, a usina cedia terras à Cruangi (cerca de 19 mil hectares) que administrava as duas propriedades. A usina faliu e não pagou seus funcionários e fornecedores. As dívidas somam aproximadamente R\$ 35 milhões de Reais. A mobilização tem o objetivo de fazer com que todas as terras das usinas Maravilha e Cruangi sejam desapropriadas para fins de Reforma Agrária.

**São Paulo:** no interior do estado de São Paulo, nesta quinta-feira, por volta de mil mulheres se mobilizaram para denunciar a paralisia da Reforma Agrária. Foram ocupadas duas fazendas (a Fazenda Nazareth, no município de Marabá Paulista e a Fazenda Martinópolis, ligada a Usina Nova União, em Ribeirão Preto) e as sedes da empresa de assistência técnica terceirizada IBS, nos municípios de Bauru e Iaras. Na região de Itapeva, as camponesas realizaram uma manifestação contra o poder Judiciário e distribuição de alimentos produzidos nos assentamentos da região para a sociedade, no município de Itaporanga, e outras Sem Terra realizaram uma marcha pelo município de São José do Rio Preto, encerrando com ato político em frente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**Mato Grosso do Sul:** na manhã desta sexta-feira, cerca de 600 mulheres da Via Campesina e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) trancaram a rodovia BR 264 no município de Nova Alvorada do Sul, em Mato Grosso do Sul,. As camponesas denunciam os milhares de hectares de monocultivo de

cana na região e a grande quantidade de agrotóxicos utilizados pelas usinas, que contaminam o Aquífero Guarani.

**Santa Catarina:** no município de Calmon, cerca de 300 mulheres do MST saíram em marcha nesta sexta-feira rumo à empresa Rigesa S/A, líder global em produção de embalagens, produtos para escritórios, químicos especiais e papel. A empresa Rigesa subsidiária da MeadWestvaco (empresa Norte Americana, sucessora da Lumber, empresa responsável pela expulsão e assassinato de milhares de caboclos na Guerra do Contestado), está instalada no Brasil há quase 70 anos com filiais localizadas em Manaus, uma perto de Salvador e Fortaleza, uma em São Paulo e outra em Santa Catarina do sul.

**Rio Grande do Sul:** na manhã desta sexta-feira, cerca de 500 mulheres do Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e Levante ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre. A ocupação busca dar visibilidade a pauta geral do Movimento, reivindicando maior agilidade na aquisição de terras, marcação de lotes e fornecimento de água potável para as famílias assentadas. Elas também realizaram um ato de denúncia em uma das obras da Copa em Porto Alegre, ao se somam às moradoras da região para denunciar a violação de direitos humanos e sociais, marcada pelos despejos e remoções forçados das famílias, trazendo diversas consequências à população. Na quarta-feira (5), no município de Taquari (RS), 600 mulheres da Via Campesina ocuparam a empresa fabricante de agrotóxicos Milenia. A companhia faz parte do grupo israelense Makhteshim Agan, fabricante de agrotóxicos, sendo a maior unidade industrial localizada fora de Israel. Outras 400 mulheres ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Conselho Municipal da Mulher e Escola Família Agrícola realizaram uma marcha no centro da cidade de Santa Cruz do Sul, tendo como tema de denúncia a violência praticada contra as mulheres e a alimentação produzida com agrotóxicos.

**Sergipe:** mulheres do MST junto com o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) fazem uma marcha pela cidade de Aracaju, em Sergipe, nesta sexta-feira (8), no dia Internacional da Mulher para denunciar o agronegócio e pautar a Reforma Agrária e a Soberania dos povos. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Aracaju (SE) foi ocupado por 600 Mulheres camponesas do MST, nesta sexta-feira (8). As

mulheres reivindicam a desapropriação das áreas ocupadas pelas famílias Sem Terra no estado. Há mais de 11 mil famílias acampadas em Sergipe, esperando a Reforma Agrária debaixo das lonas pretas.

**Minas Gerais:** neste dia 7, as mulheres farão uma vigília em frente ao Tribunal de Justiça, na Av. Afonso Pena, a partir das 21h, em Belo Horizonte. O objetivo é exigir que seja marcada imediatamente a data do julgamento de Adriano Chafik, réu confesso, mandante e executor do Massacre de Felisburgo, episódio no qual cinco trabalhadores foram assassinados e outros 12 ficaram feridos, entre eles uma criança de 12 anos. Desde o dia 6 de março, 300 mulheres do MST encontram-se acampadas em frente à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, realizando atividades formativas e manifestações que tem como principal objetivo debater a violência contra as mulheres do campo, denunciar os 36 despejos expedidos desde dezembro de 2012, e clamar por justiça para o Massacre de Felisburgo, que tem previsão para julgamento em abril.

**Maranhão:** em Imperatriz, cerca de 300 as mulheres organizadas pelo MST e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA) ocuparam nesta quarta-feira a sede regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Mobilizadas desde terça-feira (5), as camponesas pressionam a realização de uma audiência para discutir a situação de terras da união ocupadas pelos trabalhadores.

**Bahia:** nesta terça-feira (5), mais de 400 mulheres do MST ocuparam a Fazenda Cultrosa, no município de Camamu, para denunciar a desigualdade social provocada pelos grandes latifúndios na região. No município de Itaberaba, 1200 trabalhadoras e trabalhadores rurais, em sua maioria mulheres, ocuparam a sede regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para reivindicar a liberação imediata das cestas básicas que estão retidas no galpão da Companhia e exigirem a renegociação da dívida contraída por meio do Programa Compra Antecipada. Já na segunda-feira, mais de 1.200 mulheres da Via Campesina ocuparam uma área da Veracel Celulose no município de Itabela (BA) e outras duzentas famílias ocuparam duas áreas da Suzano celulose no município de Teixeira de Freitas, para denunciar à sociedade a ofensiva do agronegócio e os impactos ambientais e sociais que essas empresas provocam na vida da população.

**Pará:** em Belém do Pará, começou nesta terça-feira o 2º Encontro das Mulheres do Campo e da Cidade, onde mais de 300 trabalhadoras participam do evento, que será realizado na Escola Estadual Augusto Meira até o dia 8 de março. Cerca de duzentas mulheres ligadas aos movimentos do campo e da cidade de Marabá realizaram no oito de março um ato em frente a prefeitura da cidade as atividades referente ao dia internacional das mulheres.

**Espírito Santo:** no Espírito Santo, por volta de 300 trabalhadoras e trabalhadores rurais realizaram uma marcha pelas ruas município de Ponto Belo e seguiram em fileira até a cidade vizinho de Mucurici.

**Mato Grosso:** cerca de 150 camponesas do MST fizeram uma marcha pelas ruas de Cuiabá na segunda-feira. A marcha partiu da Igreja Sagrada Família, no bairro Carumbé, até o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde as camponesas acamparam. Durante a semana, as mulheres Sem Terra farão marchas, protestos e outras atividades políticas e culturais na região.

**Alagoas:** No dia Internacional de Luta das Mulheres, trabalhadoras rurais de Alagoas organizadas no MST marcharam pela cidade de Atalaia (a 45km da capital Maceió). De lenço lilás e fitas pretas, as camponesas caminharam representando o luto contra a violência às mulheres e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra pelas mãos do latifúndio.

**Piauí:** Mulheres do campo e da cidade se reuniram nesse domingo, 03 de março, no centro cultural de São João do Piauí para o início da II semana de mobilização da mulher organizada pelo Movimento de mulheres sanjoanenses. A semana de mobilização acontece de 03 a 08 de março envolve 200 mulheres.

**Paraíba:** durante as comemorações do Dia 8 de Março, mais 500 pessoas, a maioria mulheres Sem Terra, ocuparam a estação de águas do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa (Pivas), no sertão do estado da Paraíba, há 400 km da capital João Pessoa. O projeto de irrigação capta água dos açudes Coremas e Mãe d'água, distribuindo em mais de 4.390 hectares entre os municípios de Sousa e Aparecida. A ocupação por parte das mulheres é pra denunciar o avanço do agronegócio na região e a enorme utilização de água para as plantações de monocultivos. No município de Condado, também no sertão paraibano, as mulheres da Via Campesina fecharam a BR 230, que liga o sertão ao resto do estado

**Paraná:** no Paraná, as atividades regionais iniciaram na quinta-feira (7). Na região centro, as mulheres realizaram o 8º Encontro Regional de Mulheres Camponesas do MST, MPA e sindicatos, envolvendo os grupos que atuam nos assentamentos, acampamentos e comunidades da região. O encontro que aconteceu neste sábado (9) na cidade de Quedas do Iguaçu, reuniu aproximadamente 800 mulheres de municípios vizinhos. As mesmas foram acolhidas na cidade com um café colonial, e logo após seguiram em marcha pelo centro com faixas e cartazes sobre o lema do encontro, e fortalecendo a Campanha Contra os Agrotóxicos e a Favor da Vida. A campanha Fechar Escola é Crime foi outra pauta das mulheres. No município de Quedas do Iguaçu, por exemplo, onde tem um dos maiores assentamentos da América Latina com 1100 famílias assentadas, o prefeito já fechou duas escolas municipais do campo, e as crianças tem que pegar ônibus para ir a escolas mais longes, ou se deslocar para a cidade para estudar. Na região oeste, 250 mulheres participaram de estudos, marcha e lançamento da Campanha Contra a Violência sofrida pelas Mulheres. Na região sul, no Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, aconteceu discussões sobre a violência do agronegócio contra as mulheres, envolvendo 70 participantes. Além do estudo e reflexões sobre a mulher, a noite foi o momento de discutir a mulher na arte, desde como ela é retratada nas pinturas, até as artistas que marcaram época, como por exemplo, Frida Kahlo, pintora mexicana, nascida em 1907. Na região norte pioneiro, os impactos dos agrotóxicos na saúde da mulher foi o que norteou o encontro das mulheres no Assentamento Guanabara. Foram aproximadamente 100 mulheres resgatando a história do 8 de março, debatendo a violência que sofrem constantemente pelo agronegócio, e buscando formas de continuarem se organizando para enfrentar as dificuldades e a opressão que vivem diariamente. **MST, 2013.**

As ações da Jornada de lutas de 2013 foram realizadas em 18 estados e envolveram mais de doze mil mulheres. Entre ações orgânicas, de estudo, de mobilização e lutas, as mulheres da Via Campesina reafirmaram o seu protagonismo para a sociedade e para o interior dos Movimentos Sociais.



Frente ao quadro desenhado, a perspectiva feminista da Via Campesina traz um componente inovador no cenário da luta de classes. As ações que realizam contra os agrotóxicos, a transgenia e o agronegócio vão muito além da crítica ou da mera reivindicação; são formas político-ofensivas de enfrentamento do Estado, qualquer que seja o seu formato, e do grande capital, qualquer que seja o investimento, porque expõem os limites absolutos do sistema, o caráter mais nefasto da crise estrutural: sua total incompatibilidade com a vida em amplo espectro. Suas manifestações expõem ainda os limites e a irresponsabilidade da própria classe trabalhadora que, negando-se à autocrítica, se põe a negociar com o algoz de si e de toda a humanidade. Enfim, essas mulheres impõem que pensemos urgentemente numa alternativa radical ao sistema, uma alternativa que se constitua no reino da igualdade substantiva. **PINASSI, 2008.**

Entre todas as ações dessa Jornada, ganhou destaque a ocupação na fazenda Aliança no estado do Tocantins, de propriedade da família da senadora Katia Abreu, porta voz do agronegócio brasileiro. A reação da senadora foi imediata, ao lançar uma nota à imprensa. A nota reforça o caráter conservador e reacionário do agronegócio ao classificar a Via Campesina como uma milícia do MST.

“Repúdio, com indignação, a invasão perpetrada pela Via Campesina, uma das milícias do MST, em uma propriedade da minha família localizada em Aliança, Tocantins.

Trata-se de uma propriedade produtiva, moderna, que emprega 48 trabalhadores, hoje violentamente transformados em reféns, enquanto o grupo de vândalos destruía viveiros de mudas cultivadas com alta tecnologia, destinadas ao plantio de eucaliptos, que é a atividade principal do empreendimento.

Esta invasão é um ato de retaliação contra minha atuação democrática como senadora e líder do setor produtivo rural, em defesa do Estado de Direito e dos direitos fundamentais, neste caso traduzido no direito de propriedade.

Não vão me fazer recuar. Não vão me amedrontar. Não vão impedir que continue mostrando ao Brasil as mentiras e as atrocidades cometidas por este movimento dos sem lei.

Neste momento, minha família está se dirigindo ao local para tomar as medidas judiciais cabíveis e prestar atendimento aos verdadeiros trabalhadores que lá foram feitos reféns”. Katia Abreu, senadora e proprietária de terras. **MST, 2013.**

### **3. Gênero e feminismo na Via Campesina**

As ações do 8 de março evidenciam um debate em ponto de ebulição no interior das Organizações que compõem a Via Campesina, principalmente nos Movimentos de composição mista de homens e mulheres. No entanto, a cada jornada de lutas as mulheres revelam um cotidiano marcado pela exploração de classe e também pelas marcas do patriarcado presente em toda a sociedade, inclusive no campo.

Numa perspectiva de classe, não há como garantir a igualdade das mulheres nos marcos do capital, mas por outro lado, a luta por mudanças estruturais deve ter como prioridade a luta dos sujeitos envolvidos, suas necessidades, a fim de garantir o protagonismo na gestação de processos de transformação.

(...) dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. **MÉSZÁROS, 2002.**

Uma mudança estrutural não representa uma alternância de poder. Ela deve ser portadora de uma sociabilidade que precisa ser construída na realidade objetiva que vivemos, mesmo que a efetivação plena do processo de emancipação ocorra sob outro contexto.

No caso do MST, desde a criação do Movimento Sem Terra em 1984, existe a discussão sobre como envolver os diferentes sujeitos da luta no processo organizativo: homens, mulheres, jovens, idosos, crianças.

Durante esse debate, a participação das mulheres se colocou como desafio para o MST. A organização de coletivos específicos de mulheres e a discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero foi ao longo do tempo envolvendo o conjunto do Movimento, e foram na verdade as condições para o debate de gênero.

Gênero é uma categoria social de análise das relações sociais entre homens e mulheres. São papéis atribuídos para definir o que é ser homem e o que é ser mulher; o que é tido como “coisa” de homem e “coisa” de mulher. E como cada um e cada uma deve se comportar de acordo com os valores da sociedade vigente.

As desigualdades de gênero começam nas famílias, são reforçadas nas escolas, religiões e meios de comunicação que cotidianamente alimentam o machismo através de propagandas que sujeitam a mulher a mero objeto de desejo e consumo.

Uma das expressões desse padrão de gênero desigual é o próprio trabalho doméstico (cozinhar limpar a casa, lavar roupa, cuidar das crianças e idosos, cultivar a horta, cuidar de pequenos animais, buscar água, etc.). Também é tido como trabalho invisível, geralmente realizado pelas mulheres e não considerado como trabalho produtivo, porque não está diretamente vinculado à produção de mercadorias, mas sim à subsistência e manutenção da família e, portanto da força de trabalho disponível para o capital. Logo, o sistema capitalista lucra com a opressão das mulheres.

O padrão de gênero não surge por acaso e nem permanece o mesmo ao longo da história. Ele é dinâmico e vai sendo construído ao longo do tempo e

se transformando de acordo com os interesses da classe que está no bloco de poder, ou a partir das lutas de quem está sendo oprimido pelo modelo de gênero existente. Os papéis de homens e mulheres não podem e não devem ser naturalizados.

Para o MST, a luta pela construção de novas relações de gênero está estreitamente vinculada à luta de classes. A luta pela construção de uma sociedade socialista exige sem dúvida a luta feminista, através de debates e de medidas concretas que alterem a vida social e política das famílias e particularmente das mulheres.

O debate sobre o desafio de construir novas relações de gênero e a necessária vinculação com o componente de classe contido no objetivo estratégico da Via Campesina e do MST levou essas Organizações ao encontro com o legado feminista.

Feminismo é um movimento sócio-político que surge em meados do século XIX pela participação das mulheres na esfera da vida política, nas discussões e decisões da vida política. Com as primeiras experiências de luta socialista, o feminismo vai tomando corpo e estabelecendo a crítica ao sistema capitalista e ao patriarcado como parte da opressão de classes. Já o machismo é a expressão da ideologia dominante, da dominação de classes transposta ao cotidiano das relações entre homens e mulheres, na dominação da mulher pelo homem.

### **Breve histórico do Setor de Gênero do MST**

No I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instancias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das

mulheres, a luta contra o machismo, e todas as manifestações que impedissem igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras.

Por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as lideranças femininas começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990. A necessidade de envolver o todo da organização neste debate deságua na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero instancias e espaços de formação da organização, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres e assim fortalecendo o próprio MST.

Foram definidas linhas políticas (ANEXO I) que passaram a fazer parte da vida das famílias sem terra. Ainda persistem muitos desafios na prática, mas a definição das linhas fortalece e estabelece metas que o conjunto do Movimento deve atingir. Isso possibilita um novo significado à luta pela terra, onde todos e todas se sentem sujeitos participantes de um processo de mudança.

## Considerações Finais

Através do estudo realizado, é possível concluir que a questão agrária brasileira não está superada, nem tão pouco, encontrou uma solução definitiva para o campo, através da hegemonia do agronegócio.

A atualidade do capital no campo, tem trazido consequências dramáticas para a humanidade, principalmente em relação à destruição dos recursos naturais e na consolidação do desemprego estrutural. O grupo Raízen é um expoente poderoso dessa vertente, que carrega todas as contradições desse modelo.

A luta pela Reforma Agrária mudou de conteúdo devido às alterações no contexto da luta de classes no campo brasileiro. O agronegócio se consolidou de forma hegemônica, impondo limites destrutivos para os trabalhadores e para as trabalhadoras. Nesse cenário, as mulheres do MST e da Via Campesina, abriram um processo de resistência, luta e enfrentamento ao capital, através das ações realizadas no 8 de março, dia internacional das mulheres.

As questões sintetizadas por Maria Orlanda Pinassi ajudam a pontuar a continuidade desse debate, não só para o MST, mas para os movimentos sociais do campo de maneira geral:

- 1) Para o MST, a luta pela terra constitui um fim ou uma mediação, uma continuidade ou uma ruptura com a ordem estabelecida pelo capital? Ou seja, o MST, pela natureza da luta mais imediata que defende, está historicamente condenado à regressividade ou é um movimento com potencialidades emancipatórias?
- 2) Em que medida o MST, um movimento social de massas centrado na luta pela terra, luta que carrega todo um lastro histórico, reformista e específico do capitalismo brasileiro, poderia ser uma alternativa mais universal e concreta para as necessidades atuais de atuação política ofensiva da classe trabalhadora frente à completude destrutiva do capital?
- 3) Até que ponto o MST, mediante a sua organização interna, cria condições para a formação de uma sociabilidade capaz de provocar rupturas com a relação-capital? **PINASSI, 2009.**

## Referências Bibliográficas

AGENCIA REUTERS. **Mulheres sem-terra ocupam grandes empresas e ministério.** São Paulo, 09/03/2009. Disponível em: <http://www.br.reuters.com>. Acesso em 10 de maio de 2010.

ARACRUZ. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br>. Acesso em 12 de julho de 2010.

BRASILAGRO. **Crise do setor canavieiro afeta Sertãozinho.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/55044-cri-se-do-setor-canavieiro-afeta-sertaozinho.shtml>. Acessado em 20/06/2012.

\_\_\_\_\_. **Cosan projeta crescimento de ate 20% em 2013.** Disponível em: <http://alfonsin.com.br/cosan-projeta-crescimento-de-at-20-em-2013/>. Acessado em 20/06/2012.

BRASIL DE FATO. **Agronegócio, agrotóxico e “agrocâncer”.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/Agronegocio-agrotoxico-e-agrocancer>. Acessado em 14/06/2012.

COSAN. Disponível em: <http://www.cosan.com.br>. Acesso em 03 de maio de 2012.

DELGADO, Guilherme. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**, in: VÁRIOS AUTORES. **Questão agrária no Brasil> perspectiva histórica e configuração atual.** São Paulo: INCRA, 2005.

GLOBO ONLINE. **MST invade centro de pesquisa da Aracruz Celulose.** Rio Grande do Sul, 08/03/2006. Disponível em: <http://www.oglobo.globo.com>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

JORNAL O VALOR. **Ibovespa tem pior pregão em 5 meses.** Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2558126/ibovespa-tem-pior-pregao-em-5-meses>. Acessado em 09/03/2012.

JORNAL LE MONDE DIPLOMATIQUE – edição brasileira. **Quando a fome vira um produto financeiro.** Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/>. Acessado em 17/03/2012.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZAROS, István. **Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista.** São Paulo, Boitempo editorial, 2010.

MINISTERIO DO PLANEJAMENTO. **Lider em etanol nos EUA, ADM coloca a venda usina no Brasil.** Disponível em: <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/4/25/lder-em-etanol-nos-eua-adm-coloca-a-venda-usina-no-brasil/> Acessado em 10/07/2012.

MIDIAMAX. **MPF/MS pede indenização de R\$ 170 milhões para comunidade indígena Guyraroká de Caarapó.** Disponível em <http://www.midiamax.com/noticias/803302mpf+ms+pede+indenizacao+r+170+milhoes+para+comunidade+indigena+guyraroka+caarapo>. Acessado em 20/06/2012.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Entrevista com Vânia Bambirra.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/5203>. Acesso em 07/07/2011.

\_\_\_\_\_. **Venda de terras para estrangeiros aumenta a vulnerabilidade da pobreza.** Disponível em <http://www.mst.org.br/Venda-de-terras-para-estrangeiros-aumenta-vulnerabilidade-da-pobreza>. Acesso em 19 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Planos agrícolas promovem concentração de terra e especulação financeira.** Disponível em <http://www.mst.org.br/node/13626>. Acessado em 18/07/2012.

NAVARRO, Zander. **Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil.** Caxambú: ANPOCS, 2008.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Alto custo de usina provoca fuga de investidor.** Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,alto-custo-de-usinas-de-cana-provoca-fuga-de-investidor--,875708,0.htm>. Acessado em 22/06/2012.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica.** São Paulo: Boitempo, 2009.

PINASSI, Maria Orlanda. **Mulheres, o MST e os desafios da ação revolucionária.** Revista Herramienta n.45. Buenos Aires: ediciones herramienta, 2010. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-45/>. Acesso em 25/07/2011.

POMAR, Wladimir. **Agrária, uma questão controvertida,** in: VÁRIOS AUTORES. Revista Reforma Agrária, vol. 15, n.º 1. São Paulo: ABRA, 1985.

RECCHIA. **Jornada Nacional das Mulheres: MST ocupa área da Cosan em Barra .** Disponível em: <http://www.blogdorecchia.com>. Acesso em 10/08/2009.



REVISTA EXAME. **A marcha da economia brasileira.** Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1006/>. Acessado em 03/02/2012.

REVISTA EXAME. **A Nova vida do usineiro.** Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1016/noticias/adeus-etanol-diz-rubens-ometto?page=6>. Acessado em 01/07/2012.

REVISTA RETRATO DO BRASIL. **Fome e Mercado.** Disponível em <http://www.oretratodobrasil.com.br/revista>. Acessado em 15/02/2012.

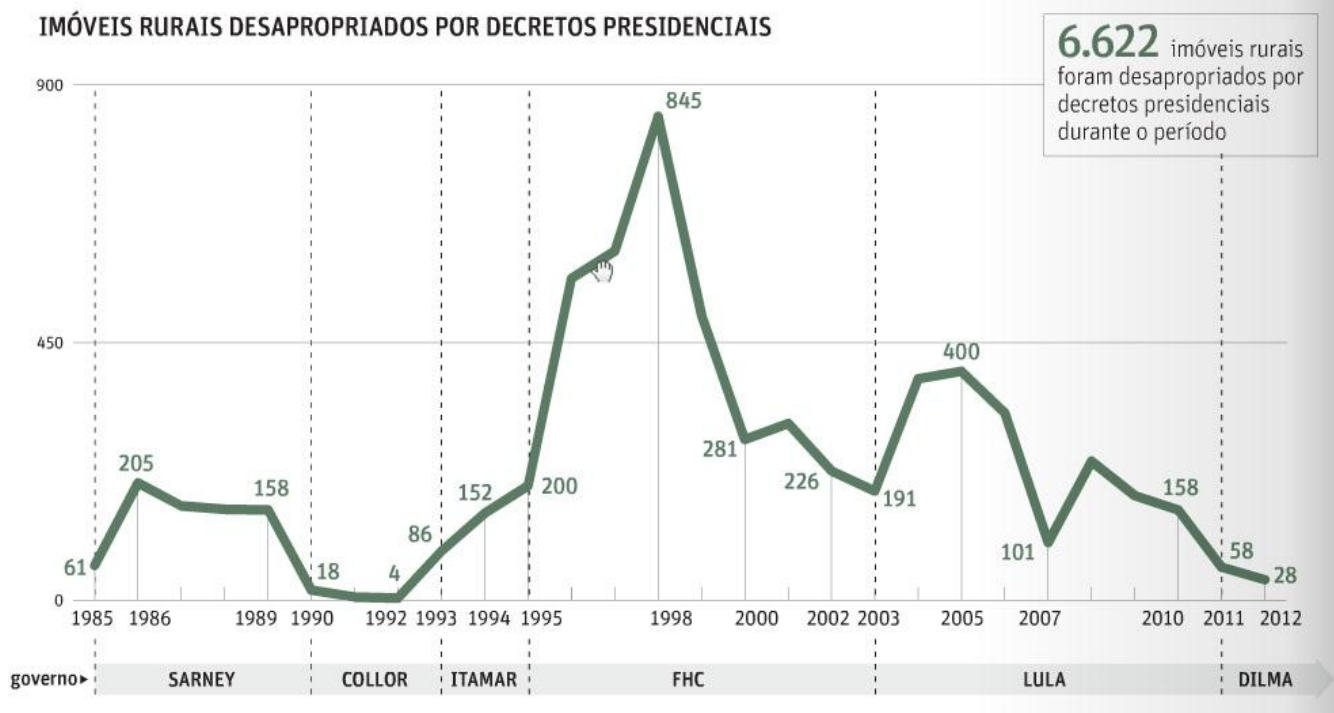
SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

## ANEXO A - Evolução da Desapropriação de terras no Brasil

### Decretos Emitidos pelo governo federal-1985-2012

Evolução da Desapropriação de terras no Brasil - Decretos Emitidos pelo governo federal-1985-2012			
A N O/ GOVERNOS	Numero de Famílias que poderiam ser assentadas	Área total dos imóveis desapropriados-hectares	Numero de Imóveis Rurais desapropriados pelos decretos
1985/Sarney	8.058	257.233	61
1986	29.262	1.684.993	205
1987	20.661	4.224.479	165
1988	17.997	1.607.113	159
1989	12.250	645.672	158
1990/Collor	1.939	96.964	18
1991	512	12.597	6
1992	415	19.922	4
1993/ Itamar	13.831	552.154	86
1994/Itamar	19.745	796.937	152
1995/ FHC	26.403	1.181.927	200
1996	56.076	2.012.589	562
1997	58.141	1.850.976	610
1998	64.718	2.248.488	845
1999	38.592	1.190.978	499
2000	18.746	556.702	281
2001	22.815	753.361	309
2002	14.138	480.639	226
2003/LULA	13.587	407.342	191

<b>2004</b>	<b>24.936</b>	<b>863.810</b>	<b>387</b>
<b>2005</b>	<b>24.934</b>	<b>980.163</b>	<b>400</b>
<b>2006</b>	<b>16.965</b>	<b>554.770</b>	<b>327</b>
<b>2007</b>	<b>5.369</b>	<b>207.481</b>	<b>101</b>
<b>2008</b>	<b>13.893</b>	<b>529.610</b>	<b>243</b>
<b>2009</b>	<b>8.925</b>	<b>413.670</b>	<b>183</b>
<b>2010</b>	<b>8.540</b>	<b>321.525</b>	<b>158</b>
<b>2011/DILMA</b>	<b>2.790</b>	<b>101.960</b>	<b>58</b>
<b>2012</b>	<b>702</b>	<b>27.614</b>	<b>18</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>544.940</b>	<b>24.581.670 ha</b>	<b>6.612 imóveis</b>
Fonte: DT/Gab/Monitoria - INCRA- 14/dez/2012			



Fonte: Página do MST

**ANEXO B – Carta da comunidade indígena Guyraroka para a sociedade**

CAARAPÓ, 11 DE JULHO DE 2011.

AOS INTERESSADOS,

A USINA NOVA AMÉRICA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ, SE EU ME LEMBRO, COMEÇOU A FUNCIONAR NO INÍCIO DE 2010. O PLANTIO COMEÇOU ANTES. PARECE QUE FOI EM 2005. COMEÇOU ALI NO ZÉ TEIXEIRA NA REGIÃO DO CABO DE AÇO, 250 HECTARE. ELE PLANTOU PRIMEIRO, AI FOI CONTINUAR PLANTANDO.

NAQUELE LUGAR, EM PURO PASTO DA FAZENDA, QUE ANTES DE SER FAZENDA ERA MATO. TINHA UMA PARTE DE CAMPO COM GUAVIRA E REMÉDIO, HOJE TUDO SÓ FICOU CANAVIAL. QUANDO COMEÇARAM A PLANTAR CANA TERMO DE ZÉ TEIXEIRA TEVE UM CAPÃO DE MATO QUE DESAPARECEU, CAVUCARAM COM A MÁQUINA E ENTERRAM.

DEPOIS QUE COMEÇOU A FUNCIONAR A USINA A SAÚDE FICOU RUIM PARA TODOS - CRIANÇAS, ADULTOS E ANIMAIS. PERDEMOS 7 CAVALOS, DUAS VARAS E UM BOI. DEPOIS QUE A USINA FUNCIONOU AS NASCENTES DAS ÁGUA FICOU RASA. A LAVAGEM QUE ELES PASSAM NA CANA QUANDO CHOVE PREJUDICA OS PEIXES TAMBÉM. O PEIXE DO RIO, DO Córrego, DA LAGOA. AÍ DAVA PINTADO DOURADINHO, CURIMBA, PEIXE ESPADA E VÁRIOS OUTROS PEIXES MIÚDOS, QUE ANTES TINHA, SUMIU TUDO.

TAMBÉM ACABOU REMÉDIOS DE VÁRIOS TIPOS QUE DÁ NO MATO NA BEIRA DO RIO. A PLANTA ACABOU PELO ENVENENAMENTO. REMÉDIO PARA A COLUNA, ESTÔMAGO, CABEÇA. DE PRIMEIRO TINHA SUMIU TUDO. QUANDO A GENTE RETOMOU TINHA MUITO.

OS ESTUDOS DA FUNAI TERMINARAM EM 2003. QUANDO TERMINOU, ESSES PROPRIETÁRIOS VEM TER.

## ANEXO C – Mecanização do corte de cana de açúcar

### COLHEITA DE CANA MECANIZADA

#### Proporção de área colhida mecanicamente\*

##### No centro-sul

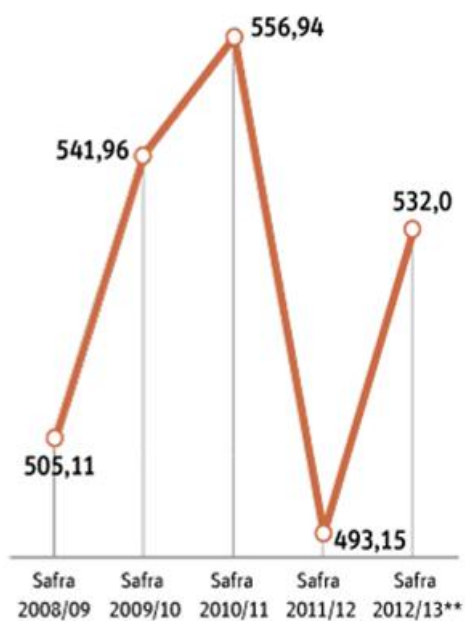


##### No Estado de SP



#### Produção de cana no centro-sul

Em milhões de toneladas



\*Cana própria das usinas - não inclui fornecedores \*\*Previsão  
Fontes: Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) e CTC (Centro de Tecnologia Canavieira)

Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

## **ANEXO D - Declaração do Encontro Nacional Unitário dos trabalhadores, das trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas.**

### **Por Terra, Território e Dignidade!**

**Brasília, 20 a 22 de agosto de 2012**

Após séculos de opressão e resistência, “as massas camponesas oprimidas e exploradas”, numa demonstração de capacidade de articulação, unidade política e construção de uma proposta nacional, se reuniram no “I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária”, no ano de 1961, em Belo Horizonte. Já nesse I Congresso os povos do campo, assumindo um papel de sujeitos políticos, apontavam a centralidade da terra como espaço de vida, de produção e identidade sociocultural.

Essa unidade e força política levaram o governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte de suas reformas de base, contrariando os interesses das elites e transformando-se num dos elementos que levou ao golpe de 1964. Os governos golpistas perseguiram, torturaram, aprisionaram e assassinaram lideranças, mas não destruíram o sonho, nem as lutas camponesas por um pedaço de chão.

Após décadas de resistência e denúncias da opressão, as mobilizações e lutas sociais criaram condições para a retomada e ampliação da organização camponesa, fazendo emergir uma diversidade de sujeitos e pautas. Junto com a luta pela reforma agrária, a luta pela terra e por território vem afirmando sujeitos como sem terra, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, quebradeiras, comunidades tradicionais, agricultores familiares, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais povos do campo, das águas e das florestas. Neste processo de constituição de sujeitos políticos, afirmam-se as mulheres e a juventude na luta contra a cultura patriarcal, pela visibilidade e igualdade de direitos e dignidade no campo.

Em nova demonstração de capacidade de articulação e unidade política, nós homens e mulheres de todas as idades, nos reunimos 51 anos depois, em Brasília, no Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

Nós estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como nos anos 60, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em consequência da especialização primária da economia.

A primeira década do Século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão primária para o setor externo nos últimos doze anos, sob a denominação de agronegócio, que se configura como nosso inimigo comum.

Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultra predatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de *commodities* de escala mundial, o latifúndio e o

Estado brasileiro nas suas funções financiadora – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des)reguladora da terra.

O projeto capitalista em curso no Brasil persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo superexploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira. Esta superexploração, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio.

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas consequências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda consequências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato.

Estas consequências foram agravadas pela ausência, falta de adequação ou caráter assistencialista e emergencial das políticas públicas. Estas políticas contribuíram para o processo de desigualdade social entre o campo e a cidade, o esvaziamento do meio rural e o aumento da vulnerabilidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Em vez de promover a igualdade e a dignidade, as políticas e ações do Estado, muitas vezes, retiram direitos e promovem a violência no campo.

Mesmo gerando conflitos e sendo inimigo dos povos, o Estado brasileiro nas suas esferas do Executivo, Judiciário e Legislativo, historicamente vem investindo no fortalecimento do modelo de desenvolvimento concentrador, excludente e degradador. Apesar de todos os problemas gerados, os sucessivos governos – inclusive o atual – mantêm a opção pelo agro e hidronegócio.

O Brasil, como um país rico em terra, água, bens naturais e biodiversidade, atrai o capital especulativo e agroexportador, acirrando os impactos negativos sobre os territórios e populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas. Externamente, o Brasil vem se tornando alavanca do projeto neocolonizador, expandindo este modelo para outros países, especialmente na América Latina e África.

Torna-se indispensável um projeto de vida e trabalho para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que respeite a natureza e gere dignidade no campo. Ao mesmo tempo, o resgate e fortalecimento dos campesinatos, a defesa e recuperação das suas culturas e saberes se faz necessário para projetos alternativos de desenvolvimento e sociedade.

### **Diante disto, afirmamos:**

- 1) a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.



- 2) a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.
- 3) a soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos.
- 4) a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.
- 5) a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado as realidades; assistência técnica baseada nos princípios agroecológicos; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação, especialmente da juventude; incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização.
- 6) a necessidade de relações igualitárias, de reconhecimento e respeito mútuo, especialmente em relação às mulheres, superando a divisão sexual do trabalho e o poder patriarcal e combatendo todos os tipos de violência.
- 7) a soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, alterando o atual modelo energético brasileiro.
- 8) a educação do campo, indígena e quilombola como ferramentas estratégicas para a emancipação dos sujeitos, que surgem das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político-pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Elas se contrapõem à educação rural, que tem como objetivo auxiliar um projeto de agricultura e sociedade subordinada aos interesses do capital, que submete a educação escolar à preparação de mão-de-obra minimamente qualificada e barata e que escraviza trabalhadores e trabalhadoras no sistema de produção de monocultura.
- 9) a necessidade de democratização dos meios de comunicação, hoje concentrados em poucas famílias e a serviço do projeto capitalista concentrador, que criminalizam os movimentos e organizações sociais do campo, das águas e das florestas.
- 10) a necessidade do reconhecimento pelo Estado dos direitos das populações atingidas por grandes projetos, assegurando a consulta livre, prévia e informada e a reparação nos casos de violação de direitos.

**Nos comprometemos:**

1. a fortalecer as organizações sociais e a intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas, colocando como centro a luta de classes e o enfrentamento ao inimigo comum, o capital e sua expressão atual no campo, o agro e hidronegócio.
2. a ampliar a unidade nos próximos períodos, construindo pautas comuns e processos unitários de luta pela realização da reforma agrária, pela reconhecimento, titulação, demarcação e desinversão das terras indígenas, dos territórios quilombolas e de comunidades tradicionais, garantindo direitos territoriais, dignidade e autonomia.
3. a fortalecer a luta pela reforma agrária como bandeira unitária dos trabalhadores e trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas.
4. a construir e fortalecer alianças entre sujeitos do campo e da cidade, em nível nacional e internacional, em estratégias de classe contra o capital e em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável.
5. a lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, pela soberania alimentar, em defesa da biodiversidade e das sementes.
6. a construir uma agenda comum para discutir os critérios de construção, acesso, abrangência, caráter e controle social sobre as políticas públicas, a exemplo do PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA, PRONACAMPO, pesquisa e extensão, dentre outras, voltadas para os povos do campo, das águas e das florestas.
7. a fortalecer a luta das mulheres por direitos, pela igualdade e pelo fim da violência.
8. a ampliar o reconhecimento da importância estratégica da juventude na dinâmica do desenvolvimento e na reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.
9. a lutar por mudanças no atual modelo de produção pautado nos petrodólares dependentes, de alto consumo energético.
10. a combater e denunciar a violência e a impunidade no campo e a criminalização das lideranças e movimentos sociais, promovidas pelos agentes públicos e privados.
11. a lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas exigimos o redirecionamento das políticas e ações do Estado brasileiro, pois o campo não suporta mais. Seguiremos em marcha, mobilizados em unidade e luta e, no combate ao nosso inimigo comum, construiremos um País e uma sociedade justa, solidária e sustentável.

Brasília, 22 de agosto de 2012.

Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR)	Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
Associação das Mulheres do Brasil (AMB)	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)	Movimento Camponês Popular (MCP)
Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF)	Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)
CARITAS Brasileira	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ)	Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)	Oxfam Brasil
Comissão Pastoral da Pesca (CPP)	Pastoral da Juventude Rural (PJR)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Plataforma Dhesca
Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)	Rede Cefas
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF)
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)	SINPRO DF
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF)	Terra de Direitos
FASE	Unicafes
Greenpeace	VIA CAMPESINA BRASIL
INESC	

## **ANEXO E – Plataforma da Via Campesina**

### **Plataformas políticas que defendemos - O Programa da Via Campesina Brasil**

1. Um programa agrícola e hídrico, que priorize a soberania alimentar de nosso país, com estímulo à produção de alimentos saudáveis, à diversificação da agricultura, à reforma agrária (com ampla democratização da propriedade da terra), à distribuição de renda e fixação das pessoas no meio rural brasileiro;
2. Impedir a concentração da propriedade privada da terra, das florestas e da água, e fazer uma ampla distribuição das maiores fazendas, instituindo um limite de tamanho máximo da propriedade de bens da natureza;
3. A agricultura brasileira precisa ser controlada pelos brasileiros e que tenha como base a produção de alimentos saudáveis, a organização de agroindústrias na forma cooperativa em todos os municípios do país;
4. A produção deve ser diversificada, na forma de policultura, priorizando a produção camponesa;
5. As técnicas de produção devem buscar o aumento da produtividade respeitando o meio ambiente, ou seja, sem causar grandes impactos na natureza. Para isso é preciso por em prática a agroecologia, combatendo principalmente o uso de agrotóxicos;
6. Adotar a produção de celulose em pequenas unidades, sem monocultivo extensivo, e buscando atender as necessidades brasileiras, em escala agroindústrias menores, como é feito nos países nórdicos;
7. Defender a “política de desmatamento zero” na Amazônia e Cerrado, preservando a riqueza e usando os recursos naturais de forma adequada e a favor do povo local. Defender o direito coletivo da exploração responsável dos babaçuais;
8. Preservar, difundir e multiplicar as sementes nativas e melhoradas, de acordo com nosso clima e biomas, para que todos os agricultores tenham acesso a elas;
9. Penalizar rigorosamente todos os fazendeiros e empresas que devastam e poluem o meio ambiente;
10. Implementar as medidas propostas pela Agência Nacional de Águas (Atlas do Nordeste), que prevê obras e investimentos em cada município do semiárido e que, com menor custo, resolveria o problema de água de todos os camponeses e população residente na região;
11. A água é um bem da natureza, um direito de todo cidadão. Não pode ser uma mercadoria e deve ser gerenciada como um bem público, acessível a todos e todas. Defendemos um programa de preservação de nossos aquíferos, como as nascentes das três principais bacias que nascem no Cerrado, o Aquífero Guarani e a mais recente descoberta do Aquífero Alter do Chão, na região amazônica;
12. Defendemos um novo projeto energético popular para o país, tendo como base a soberania energética, onde o planejamento, a produção e a distribuição da energia e de suas fontes estejam sob controle do povo brasileiro. Onde seja estimulada todas as múltiplas formas de fontes de energia, com prioridade para as potencialidades locais e de uso popular. Revisão das atuais tarifas de energia elétrica cobradas da população, garantindo o acesso a todos a preços justos;
13. Que seja regularizada todas as terras quilombolas, em todo país;
14. Que seja proibida a aquisição de terras brasileiras por empresas transnacionais e “seus laranjas”, acima do módulo familiar;
15. Demarcação imediata de todas as áreas indígenas e retirada de todos os fazendeiros invasores, em especial as áreas dos guaranis no Mato Grosso do Sul;
16. Defendemos políticas públicas para agricultura, através do estado, que garantam:

- a) A prioridade da produção de alimentos para o mercado interno;
  - b) Preços justos aos pequenos agricultores, garantindo a compra pela CONAB;
  - c) O estabelecimento de uma nova política de crédito rural, em especial para investimento nos pequenas e médios estabelecimentos agrícolas;
  - d) Que a política de pesquisa da EMBRAPA seja definida a partir das necessidades dos camponeses e da produção de alimentos;
  - e) A adequação da legislação sanitária da produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos;
  - f) Políticas públicas para a agricultura direcionadas e adequadas às realidades regionais;
17. **Seguridade Social** - Defendemos a manutenção do caráter público, universal, solidário e redistributivista da seguridade social no Brasil como garantia a todos trabalhadores da agricultura. E deve ser garantido o orçamento para a previdência social e a ampliação dos direitos sociais a todos trabalhadores, os que estão na informalidade e os trabalhadores domésticos.
  18. **Rever o atual modelo de transporte individual e desenvolver um programa nacional de transporte coletivo**, que priorize o sistemas ferroviário, metrô, hidrovias etc (que usam menos energia, menos poluentes e mais acessíveis para toda população);
  19. **Educação no campo** - Implementar um amplo programa de escolarização no campo, que busque elevar o nível de consciência social dos camponeses, universalizar o acesso dos jovens do meio rural a todos os níveis de escolarização, em especial ao ensino médio e superior. Desenvolver uma campanha massiva de alfabetização de todos adultos. Desenvolver programas de educação no campo em todos os níveis, adequados à realidade de cada região;
  20. **Mudar os acordos internacionais da OMC, EU-Mercosul, convenções e conferências no âmbito das Nações Unidas**, que defendem apenas os interesses do capital internacional, do livre comércio, em detrimento dos camponeses e dos interesses dos povos do sul;
  21. **Aprovação da lei que determina expropriação de toda fazenda com trabalho escravo**. Impor pesadas multas às fazendas que não respeitam as leis trabalhistas e previdenciárias. E revogação da lei que possibilita contratação temporária de assalariados rurais, sem carteira assinada.

Por trabalho, alimento sadio, um novo modelo agrícola e soberania nacional!  
Brasil, 10 de maio de 2010.

*Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF);  
Conselho Indigenista Missionário (CIMI);  
Comissão Pastoral da Terra (CPT);  
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA);  
Movimento das Mulheres Camponesas (MMC);  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Pastoral da Juventude Rural (PJR);  
Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil.*

## **ANEXO F – Programa Agrário do MST**

### **Proposta de reforma agrária popular do MST**

**Síntese do que foi aprovado no V Congresso Nacional do MST (2007)  
e depois complementado com debates, sobretudo no setor de produção nacional**

#### **I - Objetivos**

Essa proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. Isso significa valorizar e garantir trabalho a todas as pessoas como condição à emancipação humana e à construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas e no estabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza. A reforma agrária tem por objetivos gerais:

- a)** Eliminar a pobreza no campo;
- b)** Combater a desigualdade social, todas as formas de exploração dos camponeses e a degradação da natureza, que têm suas raízes na concentração da propriedade e da produção no campo;
- c)** Garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda;
- d)** Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo todos os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais;
- e)** Garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres;
- f)** Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, e que formam nossos distintos biomas;
- g)** Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial a juventude.

#### **II - As mudanças necessárias**

##### **1. A terra**

A terra e os bens da natureza são, acima de tudo, um patrimônio dos povos que habitam cada território e devem estar a serviço do desenvolvimento da humanidade. É necessário democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura a todos que querem nela viver e trabalhar. A propriedade, posse e uso da terra e dos bens da natureza, devem estar subordinados aos interesses do povo brasileiro para atender as necessidades de toda população.

##### **Medidas fundamentais**

1.1 - Estabelecer um tamanho máximo da propriedade rural para cada família de agricultor, somados todos os imóveis que tiver no país, estabelecido por região (por exemplo, fixar em 35 módulos fiscais, que representam uma média nacional de 1.000 hectares). Desapropriar todas as fazendas acima desse módulo, independente do nível de produção e de produtividade;

1.2 - Garantir acesso à terra a todas as famílias que quiserem nela morar e trabalhar;

1.3 - Desapropriar todas as propriedades rurais de empresas estrangeiras, bancos, indústrias, comércio, empresas construtoras e igrejas, que não têm na agricultura sua atividade principal;

1.4 - Desapropriar as grandes propriedades que não cumprem com a função social. A função social é determinada pela necessidade de produzir de acordo com o potencial da região, respeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas. O valor pago na desapropriação deve ser equivalente àquele declarado para efeito de pagamento de impostos, descontando-se os prejuízos ambientais que houver, as dívidas de impostos e em bancos públicos;

1.5 - Expropriar, sem nenhum pagamento, todas as fazendas onde há trabalho escravo, trabalho não-pago, contrabando ou cultivo de psicotrópicos;

### **Medidas complementares**

1.6 - Demarcar como propriedade coletiva todas as terras indígenas, das áreas de quilombolas e das terras de uso coletivo como faxinais, manguezais, pastos e serras, de acordo com a tradição de cada região;

1.7- Priorizar para a reforma agrária a desapropriação de terras agricultáveis, de boa fertilidade e próximas às cidades, viabilizando de forma mais fácil e barata o abastecimento e a infraestrutura econômica e social;

1.8 - Dar o título de concessão de uso com direito a herança a todos os camponeses que vivem hoje como posseiros;

1.9 - Garantir que as riquezas naturais, que são patrimônio de toda sociedade, sejam administradas pelo Estado, para que beneficiem todo povo brasileiro. As riquezas naturais não poderão ser objeto de exploração lucrativa. Será proibida a exportação de madeira e a prática da biopirataria em todo território nacional e, em especial, na Amazônia;

1.10 - Proibir o arrendamento e cobrança de renda da terra, por qualquer proprietário;

1.11 - Assegurar que nenhum beneficiário da reforma agrária, da colonização ou regularização de posse poderá vender a terra. A titulação será com título de concessão de uso, com direito a herança, desde que os herdeiros morem no lote. A infração de venda de lotes da reforma agrária será punida com exclusão do comprador e do vendedor;

1.12 - Cadastrar todas as terras públicas estaduais e federais. Recuperar todas as terras que foram griladas, destinando-as à reforma agrária, sem indenização aos grileiros;

1.13 - Aplicar um sistema de imposto territorial rural progressivo, de acordo com tamanho e produtividade, para coibir a concentração da propriedade e arrecadar recursos para a reforma agrária.

## **2. Água: um bem da natureza para todos**

### **Medidas**

2.1 - A posse e uso da água deverão estar subordinados aos interesses de todo povo. Será proibida a propriedade privada da água, seja para consumo humano, agricultura, comércio ou indústria. Serão considerados de domínio público todos os reservatórios de água e das atuais barragens. O Estado deverá ter uma política de proteção especial ao aquífero guarani, às nascentes do cerrado que formam as três maiores bacias hidrográficas do país e ao bioma do Pantanal.

2.2 - O abastecimento de água potável em todas as comunidades rurais e nas cidades é dever do Estado e deve ser organizado por empresas públicas.

2.3 - O Estado deve garantir ao pequeno agricultor condições de recursos subsidiados para o acesso e uso adequado das águas, para proteção e manejo das fontes e mananciais e o reflorestamento com árvores nativas das margens de córregos e rios.

2.4 - O Estado deve conscientizar e realizar um plano de educação ambiental massivo para proteção das águas. E deve fiscalizar e punir rigorosamente todas as pessoas e empresas que poluem as águas e o lençol freático ou a usem de forma inadequada.

### **3. A organização da produção no campo brasileiro**

#### **Medidas fundamentais**

3.1 - Orientar a produção agrícola com prioridade absoluta para a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar.

3.2 - Organizar a produção com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e cooperativas de prestação de serviços.

3.3 - Organizar agroindústrias próximas ao local de produção agrícola, na forma de cooperativas, sob controle dos agricultores e dos trabalhadores da agroindústria.

3.4 - Romper com a monocultura e promover uma agricultura diversificada, sustentável em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando alimentos saudáveis. O novo modelo produtivo deve gerar uma nova base alimentar e novas formas de consumo, equilibrada, de acordo com o ecossistema local e culturalmente adequada;

#### **Medidas complementares**

3.5 - Trabalhadores assalariados de empresas agrícolas e agroindústrias deverão se organizar em cooperativas, associações, conselhos, comitês, movimentos, de acordo com sua experiência, tradição e realidade local. E através da organização popular, deverão participar da gestão, receber por sua produção e ter garantidos seus direitos sociais.

3.6 - Será proibido a atuação de empresas estrangeiras no controle da produção de alimentos e no comércio de sementes.

3.7 - O desenvolvimento da biotecnologia visará o aumento da produtividade do trabalho, das plantas e animais, preservando o meio ambiente, a saúde dos agricultores e do consumidor. Não poderão ser usadas sementes e plantas transgênicas e técnicas de esterilização como a do *terminator*.

3.8 - Estimular a realização de feiras permanentes de produtos agroecológicos (orgânicos), em todos os municípios do país. O Estado deve garantir a compra de todos os produtos dos assentamentos e das comunidades camponesas, podendo utilizá-los para abastecimento de hospitais, merenda escolar e outras instituições públicas, de assistência social e programas de abastecimento alimentar.



#### 4. Um novo modelo Tecnológico

A reorganização da produção agrícola brasileira deve vir acompanhada por um novo sistema de planejamento e tecnologias orientadas pelo enfoque ecológico e participativo, adequando-se à reforma agrária, às unidades camponesas de produção, buscando aumento da produtividade em equilíbrio com o meio ambiente.

##### Medidas

4.1 - Desenvolver programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a universidade, para atender a juventude do campo e os camponeses e camponesas de todas as regiões do país. Organizar campos de experimentação e troca de experiências agroecológicas entre agricultores em todas as regiões do país. Apoiar a consolidação das escolas técnicas de formação em agroecologia, bem como a criação de novas escolas de nível médio e universitário e o acesso a outros níveis de especialização nesta área do conhecimento, como: agronomia, veterinária, biologia, engenharia florestal etc. Estimular a produção, a distribuição e o controle das sementes, a diversidade genética vegetal e animal por parte dos próprios agricultores.

4.2 - Desenvolver um programa de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia, implementando:

- a) Pesquisa participativa: com a geração de tecnologias apropriadas às distintas realidades locais e regionais, com protagonismo dos camponeses e camponesas;
- b) Intercâmbio entre agricultores/as: incentivar e criar as condições para intercâmbios e trocas de experiências massivas, reconhecendo e valorizando as iniciativas locais e o acúmulo de conhecimento;
- c) Programa popular de agrobiodiversidade: criar programas de fomento, capacitação, assessoria tecnológica e infraestrutura que viabilize o manejo agroecológico da agrobiodiversidade, fomentando centros de sementes e mudas, unidades de reprodução animal e o melhoramento genético;
- d) Programa florestal: criar sistemas de incentivo para a preservação e ampliação das áreas de cobertura florestal de espécies nativas, com plantações e manejos sustentáveis. E com a remuneração pelo governo dos serviços ambientais prestados pelas famílias camponesas;
- e) Criar um organismo público de certificação, controle e fiscalização de todos os produtos alimentícios agroecológicos.

4.3 - Não haverá propriedade privada intelectual e de patentes, de variedades, sementes, animais, recursos naturais ou sistemas de produção.

4.4 - Desenvolver pesquisas e tecnologias agroecológicas adequadas aos agroecossistemas, que promovam a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental.

4.5 - A pesquisa agrícola, os serviços de assessoria tecnológica e de educação do campo deverão ser públicos, gratuitos, garantidos pelo Estado a todos os agricultores/as. Deverão estar voltados para as prioridades da reforma agrária, da soberania alimentar e para a implementação desse novo modelo agroecológico. As universidades públicas devem adequar suas pesquisas a essa integração com as necessidades dos agricultores/as.

4.6 - A produção de máquinas e equipam equipamentos agrícolas deve ser adequada à agricultura camponesa, com base na realidade regional e na produção desenvolvida.

4.7 - Desenvolver um programa nacional de apoio ao reflorestamento, com árvores nativas e frutíferas, nas áreas de assentamentos, da agricultura camponesa e áreas degradadas pelo agronegócio.

## 5. Manejo sustentável da água e a irrigação

A agricultura brasileira enfrenta cada vez mais, em quase todas as regiões, dificuldades relacionadas com a instabilidade do clima. Essa instabilidade afeta a produtividade, inviabiliza a produção e a renda dos pequenos agricultores. Por outro lado, o modelo do agronegócio em vigor usa as águas de forma predatória e irresponsável. É necessário combinar a democratização da terra, a reorganização da produção agrícola, com os meios necessários para garantir o acesso e o manejo sustentável da água, de forma a orientar sua conservação e uso no abastecimento humano e na produção.

### Medidas

5.1 - Implementar um amplo programa de manejo sustentado da água, que viabilize a sua conservação natural e a infraestrutura de captação e uso sustentável, como: sistemas de coleta, armazenamento e distribuição de água da chuva – cisternas, barragens subterrâneas, barreiros, açudes, represas; reaproveitamento da água em ambientes domiciliares e da produção; organização do saneamento com coleta e tratamento da água e dos dejetos humanos e dos animais; sistemas de distribuição de água nas atividades pecuárias e de irrigação agrícola; usar linhas de crédito específicas, com subsídio no investimento de infraestrutura de coleta, tratamento e armazenagem da água; uso adequado dos equipamentos de distribuição, combinado com capacitação técnica e ambiental a todos os agricultores.

5.2 - Garantir a todas as famílias assentadas e aos pequenos agricultores recursos de investimentos coletivos para a captação e distribuição da água e, em especial, projetos de irrigação destinados à produção de alimentos.

5.3 - Implementar um programa de irrigação com preços adequados da energia e estímulo ao desenvolvimento do uso de energias alternativas. Desenvolver programas educativos com as populações do campo, para melhorar o uso e manejo das águas na agricultura.

## 6. Política agrícola pública

### Medidas

6.1 - O Estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola como: garantia de preços rentáveis para o agricultor, crédito rural, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem e fomento à transição e consolidação da produção agroecológica.

6.2 - O Estado garantirá financiamento para que as comunidades do meio rural desenvolvam programas coletivos de autonomia energética, através de usinas de biodiesel, de óleo vegetal combustível e outras fontes alternativas como a energia solar, hídrica e eólica.

6.3 - O Estado deverá garantir condições para que todos os pequenos agricultores tenham acesso aos meios de produção necessários, como: máquinas, equipamentos, insumos, agroindústria e, se for preciso, instalar fábricas de empresas estatais no interior.

6.4 - Programa especial de crédito para a reforma agrária:

**a)** Criar um programa especial de crédito rural, através da rede de bancos públicos, destinado às famílias assentadas e aos pequenos agricultores, de forma desburocratizada e acessível;

**b)** Destinar recursos suficientes, priorizando investimentos que reestremem e ampliem a produção. Destinar recursos subsidiados para implantação de

agroindústrias, sistemas de irrigação e outras indústrias necessárias para a agricultura.

**c)** Desenvolver uma metodologia participativa em que o sistema financeiro público vá até os pequenos agricultores de forma desburocratizada e estimulando formas cooperadas, combatendo oportunismos e desvios. Combinar o uso de recursos de crédito com garantia de compra da produção.

## **7. A educação no campo**

O acesso à educação, tanto no sentido da escolarização ampla, quanto de bens e valores culturais, é condição necessária para a reforma agrária e para a democratização de nossa sociedade.

A educação que queremos vai além da escola e está vinculada a um novo projeto de desenvolvimento econômico, social e ecológico para o campo e tem como sujeito as próprias pessoas que vivem nas comunidades.

### **Medidas**

- 7.1 - A educação é um direito fundamental de todas as pessoas. A universalização do acesso à educação escolar, em todos os níveis e modalidades, com qualidade deve ser garantida através de escolas públicas e gratuitas. É dever do Estado assegurar esse direito a todas as pessoas que vivem no campo, nos assentamentos e nos acampamentos.
- 7.2 - Construção de escolas de qualidade nas comunidades rurais e agrovilas dos assentamentos para as famílias camponesas não precisarem sair de onde vivem em busca de educação.
- 7.3 - Realizar uma “Campanha Nacional” para alfabetizar todos os jovens e adultos das áreas de reforma agrária e das comunidades rurais, bem como estimulá-los a prosseguir em seu processo de escolarização.
- 7.4 - Realizar um programa especial para garantir o acesso de jovens e adultos das áreas de reforma agrária e comunidades rurais à educação profissional de nível médio e à educação superior, adequando cursos e formas de acesso à sua permanência no campo.
- 7.5 - Garantir a formação em licenciatura de educadores nas universidades públicas, para atuação nas escolas públicas das áreas de reforma agrária através de políticas específicas e massivas de formação continuada e de alternância, para escolarização de nível médio e superior.
- 7.6 - Todas as escolas dos assentamentos e das comunidades rurais devem ter infraestrutura básica de qualidade que inclua: biblioteca, videoteca, laboratórios (de informática, química, física e biologia), projetos culturais em torno da literatura, da música, da arte, do teatro, do artesanato e espaço para atividades comunitárias. Deve ser garantido também uma área para práticas de produção agroecológica em hortas e pomares.
- 7.7 - Viabilizar a elaboração de novos materiais didáticos e pedagógicos que contemplem a realidade da produção agrícola, os princípios agroecológicos, a cultura do campo, as diferenças regionais, de gênero, de etnia e religião para distribuir a educadores e educandos de todas as escolas.
- 7.8 - Os educadores/as das escolas de assentamentos e comunidades podem e devem ser indicados pelos movimentos sociais e pelas famílias da comunidade, respeitando os critérios de qualificação necessária e estimulando a residência no local.
- 7.9 - As escolas de assentamentos e comunidades devem ter uma gestão democrática com a participação da comunidade, de educadores e educandos. Devem ter autonomia na construção do projeto político pedagógico adequado à realidade local.

## **8. A industrialização**

O programa de reforma agrária deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, gerando mais empregos no interior e criando oportunidades de trabalho e renda para a juventude e para as mulheres. O processo de desenvolvimento deve eliminar as desigualdades socioeconômicas existentes entre a vida no campo e na cidade.

### **Medidas**

8.1 - Instalar agroindústrias nos municípios do interior buscando o aproveitamento de todos os produtos agrícolas para gerar mais empregos, aumentar a renda e criar alternativas para o crescimento da riqueza em todas as regiões do país, combatendo, assim, a migração e o êxodo rural. Onde não haja condições econômicas suficientes por parte das famílias de agricultores, o Estado deve tomar iniciativa e realizar parcerias com as organizações dos trabalhadores para viabilizar a instalação das agroindústrias.

8.2 - A produção industrializada deverá ser comercializada prioritariamente nas respectivas regiões, descentralizando o consumo e combinando com as compras governamentais para as necessidades públicas, como merenda escolar, presídios etc.

8.3 - As indústrias vinculadas à agricultura que produzem insumos e máquinas devem ser instaladas no interior.

8.4 - As plantas agroindustriais e seus processos e tecnologias de produção deverão estar orientadas por padrões e normas ecologicamente sustentáveis.

8.5 - Adequar a legislação e normas de funcionamento das agroindústrias às características e condições do campo e dos assentamentos, de forma a estimular seu funcionamento, sem prejuízo da qualidade dos alimentos.

## **9. O desenvolvimento da infraestrutura social**

O programa de reforma agrária para um novo projeto de agricultura popular deverá ser acompanhado por um amplo programa social por parte do Estado, que garanta a toda população do campo as mesmas oportunidades de todos os brasileiros. E esse projeto deve buscar em todos os aspectos a geração de oportunidades iguais para a juventude e as mulheres que vivem no campo.

### **Medidas**

9.1- Desenvolver um amplo programa de construção e melhoria das moradias no meio rural, conjugado com acesso à energia elétrica de fontes renováveis e alternativas, à água potável, transporte público e informática em todas as comunidades rurais. Orientar para que as moradias sejam aglutinadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo com sua cultura, de modo a facilitar o atendimento desses serviços.

9.2 - Desenvolver um programa de democratização dos meios de comunicação de massa para que as comunidades possam ter suas rádios comunitárias e acesso aos programas de TV comunitária. As televisões comerciais devem respeitar normas de valorização e respeito à cultura de quem vive no campo, sem preconceitos ou desprezo.

9.3 - Desenvolver programas de valorização da cultura do povo de cada região. Incentivar a prática de esportes, em todas as modalidades - educação física,

atividades de expressão corporal - em especial para crianças, jovens e pessoas da terceira idade.

9.4 - Desenvolver programas especiais que representem geração de renda para mulheres do campo. Construir estruturas sociais coletivas, como cirandas infantis, refeitórios e lavanderias coletivas, para viabilizar a participação das mulheres em igualdade de condições em todas as atividades.

9.5 - Implementar em todas as áreas de reforma agrária e comunidades rurais, uma política de atenção integral e preventiva de saúde, por meio de serviços e ações do SUS, do PSF, garantindo a infraestrutura necessária e o atendimento com agentes de saúde, multiprofissionais qualificados.

9.6 - Implementar uma política permanente nas comunidades, de educação ambiental, sanitária, alimentar, epidemiológica e toxicológica. E de capacitação de agentes populares de saúde, selecionados entre os moradores das comunidades.

9.7- O Estado deve proibir o patenteamento de nossas plantas medicinais por empresas e, ao mesmo tempo, estimular o cultivo de plantas medicinais em todas as comunidades, combinando com uma política dos fitoterápicos e de uso de terapias tradicionais nas ações e serviços do SUS, valorizando o saber e a cultura popular.

9.8 - Organizar sistemas de residência agrária nos assentamentos e comunidades, com estágio remunerado a formandos egressos de universidades públicas, das várias áreas de conhecimento (ciências agrárias, saúde e educação), como condição para obtenção do diploma.

## **10. A estrutura administrativa do Estado**

Para realização desse programa de reforma agrária, deve-se implementar mudanças imediatas na forma de funcionamento das instituições públicas que atuam na agricultura e em todos os Ministérios relacionados com os serviços públicos para o meio rural.

### **Medidas**

10.1 - Reestruturação e fortalecimento do Incra como instrumento público para reorganização da propriedade da terra no Brasil, adequando portarias, contratando funcionários e agilizando seus procedimentos administrativos. E vinculando-o diretamente à Presidência da República.

10.2 - Reestruturação da CONAB, transformando-a numa empresa pública da agricultura popular, tendo como papel a garantia de preços, o abastecimento dos mercados locais e regionais de alimentos e a compra de todos os produtos da agricultura reformada. Instalação de agroindústrias nos assentamentos. Garantia de fornecimento de insumos necessários para a reforma agrária.

10.3 - Criação de uma instituição pública, que tenha como função garantir a assessoria tecnológica, pública e gratuita, coordenando a metodologia e os programas de fomento e a capacitação geral dos agricultores para o novo modelo. Esse instituto atuará em coordenação com outros organismos públicos de pesquisa (Embrapa e empresas estaduais) e de assessoria tecnológica para atender melhor os seus objetivos. E terá a participação das organizações dos trabalhadores em todas as atividades. A EMBRAPA deve adequar suas linhas de pesquisa, priorizando as necessidades desse programa.

10.4 - Realizar uma ampla revisão e adequação da legislação necessária, seja de leis nacionais, portarias e normas para implementar esse programa de reorganização da agricultura brasileira. Essa legislação deve ser readequada de acordo com as necessidades de cada setor de atividade e área de atuação da reforma agrária, desde tributação, ordenamento fundiário, agroindústrias e meio ambiente.

10.5 - Realizar um amplo programa de capacitação e conscientização dos servidores públicos que atuarão nos diversos órgãos públicos relacionados com a reforma agrária, para que os servidores compreendam sua natureza e atuem em parceria com os camponeses.

### **III - Condições necessárias para implantação do programa popular de agricultura**

As propostas de mudanças no campo aqui defendidas, que atendem aos interesses da população brasileira, dependem de um processo de luta permanente do povo, no campo e nas cidades, para conseguir acumular força suficiente para impor essas mudanças. Mudanças que as classes dominantes, os latifundiários e empresas transnacionais jamais aceitarão, pois eliminaria seus mecanismos de exploração e acumulação.

Para que se possa viabilizar esse programa e torná-lo realidade, depende de dois fatores básicos:

#### **1. Mobilização popular**

O Povo deve ser o sujeito de todo o processo de mudanças no campo. E as mudanças somente acontecerão com a pressão popular.

Somente a construção de um amplo movimento popular, que reúna os milhões de trabalhadores interessados nas mudanças na sociedade, poderá alterar a atual correlação de forças e viabilizar essas mudanças necessárias.

Para isso, é necessário organizar, massificar e ampliar a participação popular nas lutas e mobilizações, de forma permanente. As mudanças necessárias somente serão realizáveis com ampla participação popular, antes e durante a aplicação do programa.

A necessidade de uma ampla reestruturação da propriedade e da produção agrária é um debate que deve ser levado a todas as escolas, meios de comunicação e demais espaços de discussão para conscientizar toda sociedade brasileira de sua importância e dos seus benefícios para todo povo.

As conquistas atuais de assentamentos, associações, cooperativas e organizações sociais fazem parte desse processo de mobilização e acúmulo de forças para realização de uma verdadeira reforma agrária. E, em cada um deles, devemos, desde logo, ir aplicando as nossas propostas.

#### **2. Ação do Estado Democrático e Popular**

Essas mudanças dependem necessariamente que o Estado e todos os poderes nele representados - Executivo, Legislativo, Judiciário - seja o instrumento fundamental de execução dessas medidas.

O Estado deve mudar sua natureza atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem comum. Deverá haver um novo nível de colaboração e complementaridade entre os governos federal, estadual e municipal na gestão das instituições públicas para viabilizar as mudanças necessárias.

**ANEXO G – Seleção de fotos das ações do 8 de março realizadas pelas mulheres da Via Campesina**



Arquivo MST - Mulheres da Via Campesina do estado do Rio Grande do Sul – 2008. Foco: luta contra a celulose e o Grupo Stora Enzo.



Arquivo MST - Mulher da Via Campesina do estado do Rio Grande do Sul – 2008. Foco: denúncia contra a celulose, a ameaça à soberania alimentar e a criminalização da luta deflagrada pela Governadora Yeda Crusius.



Arquivo MST – Mulheres da Via Campesina do estado de São Paulo – 2007. Foco: Participação das mulheres da Via na Marcha das Mulheres na Av. Paulista em São Paulo durante a vinda do presidente dos Estados Unidos, George Bush para assinatura de acordo com o Brasil para incentivos aos agrocombustíveis.





Arquivo MST: Mulheres da Via Campesina no estado de Minas Gerais – 2008. Foco: denúncia sobre os impactos da mineração e contra a construção de barragens / ação: paralisação dos trens da empresa VALE.

**ANEXO H – Seleção de fotos da luta do 8 de março de 2009, realizada pelas mulheres da Via Campesina no estado de São Paulo.**

**Foco: Grupo Cosan (fotos: arquivo MST)**









## **ANEXO I – Linhas Políticas do Setor de Gênero do MST**

### **LINHAS POLITICAS DO SETOR DE GÊNERO DO MST**

12. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja em nome do homem e da mulher;
13. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
14. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados.
15. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
16. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância.
17. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
18. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
19. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados e Assentadas) para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos;
20. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família dos penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc, comunitários.
21. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica.
22. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.